

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NÍVEL MESTRADO

CAROLINE BRITTO DA SILVA SILVEIRA

VULNERABILIDADE SOCIAL:

uma análise sobre a percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família no
município de Taquara/RS

TAQUARA

2024

CAROLINE BRITTO DA SILVA SILVEIRA

VULNERABILIDADE SOCIAL:

uma análise sobre a percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família no
município de Taquara/RS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Orientador(a): Profa. Dra. Dilani Bassan

TAQUARA

2024

CAROLINE BRITTO DA SILVA SILVEIRA

VULNERABILIDADE SOCIAL:

uma análise sobre a percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Taquara/RS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr
Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Profa. Dra. Rosane Janczura
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Profa. Dra. Moema Pereira Nunes
Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Dedico este trabalho ao meu Deus, pois foi Ele quem me deu sabedoria e força em toda essa jornada acadêmica. Sua direção que me auxiliou a persistir e sua bondade me sustentou nos momentos de dificuldade. Que este trabalho seja uma pequena expressão da minha gratidão, servindo não somente como um testemunho do meu esforço, mas também como uma homenagem à Sua grandiosidade e fidelidade inabalável.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, apoiando-me e incentivando-me ao longo desta jornada desafiadora.

À minha família, especialmente aos meus filhos, que pacientemente suportaram minha ausência e muitas horas de estudo, me apoiando com amor incondicional. Agradeço ao meu esposo, Fábio Cristiano Silveira, primeiramente pelo seu amor incondicional, pelo suporte incansável, tanto nas responsabilidades domésticas quanto em lidar com meu temperamento e faltas em diversos momentos, por me acolher e me animar nos dias mais difíceis. Aos meus irmãos e cunhados por compreenderem meu distanciamento nos últimos dois anos e minha dedicação a este projeto.

Aos amigos, por sua compreensão durante minha ausência e estresse, pelo apoio, incentivo e preocupação ao longo deste processo. O auxílio de vocês foi inestimável, e sou profundamente grata pela nossa amizade.

Aos colegas do mestrado, pela colaboração, troca de experiência, discussões enriquecedoras, incentivo e risadas que tornaram, muitas vezes, a situação mais leve.

Em particular, expresso minha gratidão a Simara Alves, pelo seu auxílio na coleta de dados e sua sensibilidade em relação às situações vivenciadas pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Aos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa, agradeço por abrir as portas de suas casas e compartilhar suas vidas de forma tão sincera. Suas histórias são uma inspiração e uma lembrança constante que enriqueceram e deram sentido a este trabalho.

Agradeço também a todos os professores que contribuíram para esta caminhada, cada um com seus ensinamentos, indicações e incentivos valiosos.

Não posso deixar de agradecer à minha orientadora, Dra. Dilani Bassa, por sua orientação, ensinamentos e encorajamento ao longo deste processo. Sua compreensão da minha individualidade, seu apoio inabalável e sua disposição para me ouvir nos momentos de conflitos foram fundamentais para minha jornada acadêmica. Quero agradecer e expressar minha admiração por toda a dedicação e condução em todas as situações.

Agradeço também a minha supervisora do estágio docente, Dra. Karla Rafaela Haack que reafirmou minha decisão em ser docente. Por todo o ensino durante todo o semestre, por me mostrar os desafios de ser professor e como conduzir as situações desafiadoras.

Por fim, agradeço a todas as outras pessoas que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho e para minha formação acadêmica. Seu apoio e presença foram fundamentais e serão sempre lembrados com gratidão.

Muito Obrigado.

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.

Amartya Sen

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a percepção das beneficiárias do Programa Bolsa Família em relação às dificuldades enfrentadas para superar a situação de vulnerabilidade. Além disso, procura-se conhecer o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, analisar os suportes que elas possuem no que se refere às políticas públicas e identificar os elementos positivos para potencializar o desenvolvimento humano e a superação das dificuldades. Importante destacar que a vulnerabilidade social transcende esse aspecto financeiro, sendo influenciada por uma série de outros fatores que exercem impacto negativo sobre o bem estar e a qualidade de vida do ser humano. Em relação ao cenário, o estudo foi realizado no município de Taquara, em um bairro na zona urbana e outro da zona rural onde havia maior população, tanto de cadastro único quanto de beneficiários do Programa Bolsa Família. No que se refere a metodologia, a pesquisa é qualitativa, com abordagem exploratória, além de pesquisa documental e estudo de campo, sendo a amostragem não probabilística por acessibilidade. Participaram 58 responsáveis familiares, sendo 56 da zona urbana e 02 da zona rural. Através das entrevistas realizadas, constata-se que são muitos os desafios enfrentados pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família, em diversos âmbitos como a saúde, educação, trabalho, saneamento/infraestrutura, segurança e suporte social. Ainda se destaca que as beneficiárias possuem diversas potencialidades com alternativas viáveis, além de possuírem sonhos e o desejo de estudarem e realizarem cursos para conquistarem estabilidade financeira e ofertarem um futuro mais promissor para seus filhos. Além disso, precisa haver espaços nos territórios vulneráveis, voltados para grupos de escuta ativa para que a população em situação de vulnerabilidade social possa falar sobre suas dificuldades e anseios, construindo em conjunto, possibilidades de mudança.

Palavras-chave: vulnerabilidade social; Programa Bolsa Família; pobreza; política de assistência social; potencialidades.

ABSTRACT

This research aims to analyze the perceptions of beneficiaries of the Bolsa Família Program regarding the challenges they face in overcoming their situation of vulnerability. Additionally, it seeks to understand the profile of the families benefiting from the Bolsa Família Program, analyze the support they receive in terms of public policies, and identify positive elements to enhance human development and overcome difficulties. It is important to highlight that social vulnerability transcends financial aspects, being influenced by a range of other factors that negatively impact human well-being and quality of life. The study was conducted in the municipality of Taquara, in an urban neighborhood and a rural neighborhood with the highest populations of both single registry entries and Bolsa Família beneficiaries. Methodologically, the research is qualitative with an exploratory approach, incorporating documentary research and field study, with a non-probabilistic sample for accessibility. A total of 58 family heads participated, 56 from the urban area and 2 from the rural area. The interviews reveal that the families benefiting from Bolsa Família face many challenges across various areas such as health, education, work, sanitation/infrastructure, security, and social support. It is also noted that the beneficiaries possess numerous potentialities with viable alternatives, in addition to having dreams and the desire to study and take courses to achieve financial stability and offer a more promising future for their children. Furthermore, there is a need for spaces in vulnerable territories dedicated to active listening groups so that the socially vulnerable population can discuss their difficulties and aspirations, collaboratively constructing possibilities for change.

Keywords: social vulnerability; Bolsa Família Program; poverty; social assistance policy; potentials.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Objetivos e Ações do PAIF	32
Figura 2 - Pirâmide de Maslow.....	50
Figura 3 - Faixa do IVS	56
Figura 4 - Mapa de Taquara.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cor/Raça	72
Gráfico 2 - Tipo de Residência.....	73
Gráfico 3 - Estrutura da Residência	74
Gráfico 4 - Destino do Lixo.....	75
Gráfico 5 - Energia Elétrica	77
Gráfico 6 - Escolas do Bairro	79
Gráfico 7 - Escolaridade do Responsável Familiar	79
Gráfico 8 - Responsável pela Renda Familiar.....	80
Gráfico 9 - Ocupação/Cargo/Função	81
Gráfico 10 - Atual Situação de Trabalho	82
Gráfico 11 - Situação Anterior de Trabalho.....	84
Gráfico 12 - Antiga Função	85
Gráfico 13 - Motivos de não conseguir emprego.....	88
Gráfico 14 - Situação Econômica.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metas do Objetivo 1 “Erradicar a Pobreza” da ODS.	54
Quadro 2 - Metas do Objetivo 10 “Redução das Desigualdades” da ODS	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - IVS Regiões Brasileiras	56
Tabela 2 - IVS dos Estados da Região Sul	59
Tabela 3 - Município de Taquara	69
Tabela 4 - Motivos por não procurar emprego	87
Tabela 5 - Setores.....	92
Tabela 6 - Categorias das Entrevistas	94

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Empresa de Reciclagem	76
Imagem 2 - Lixo depositado em terreno baldio	76

LISTA DE SIGLAS

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFB	Constituição Federal Brasileira
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNM	Confederação Nacional de Municípios
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEE	Departamento de Economia e Estatística
ESTAJA	Escola Taquarense de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PCD	Pessoa com Deficiência
PE	Pernambuco (estado)

PENSSAN	Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Política das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
PSE/MC	Proteção Social Especial de Média Complexidade
PSE/AC	Proteção Social Especial de Alta Complexidade
RS	Rio Grande do Sul
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SDSTC	Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 POLÍTICAS SOCIAIS.....	22
2.1 Políticas Sociais no Brasil.....	24
2.1.1 Política Nacional de Assistência Social.....	26
2.1.2 Proteção Social Básica.....	31
2.1.3 Proteção Social Especial.....	34
2.1.4 Programa de Transferência de Renda	37
2.1.5 Familismo	45
3 VULNERABILIDADE SOCIAL.....	47
3.1 Pobreza e Vulnerabilidade Social	48
3.1.1 Vulnerabilidade Social no Brasil.....	52
3.1.3 Vulnerabilidade no Rio Grande Do Sul.....	59
4 METODOLOGIA	62
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	66
5.1 Caracterização do Cenário	66
5.2 Caracterização dos usuários.....	71
5.3 Análise das Entrevistas	94
5.3.1 Dificuldades Enfrentadas.....	95
5.3.2 Potencialidades	118
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	152
Apêndice B - Instrumento Para A Coleta De Dados	154

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país bastante diverso, o que faz cada região ter sua identidade e suas particularidades. As cinco regiões do Brasil, Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul possuem características plurais em relação a seus climas, suas vegetações, densidades demográficas e sobretudo, no que concerne aos fatores socioeconômicos existentes. Em síntese, esse rol de atributos faz com que cada uma das regiões brasileiras deva ser vista e analisada conforme suas especificidades.

Assim, há diversos desafios a serem superados, em sua maioria dificuldades complexas, porém, interconectadas: por exemplo, as altas taxas de juros, a desigualdade social, o desemprego, a precarização do trabalho, dificuldades de acesso à moradia, os preconceitos de classe, cor e gênero, entre outras. Essas expressões da desigualdade resultam em problemas enfrentados de longa data no país, acerca dos quais têm-se investido capital humano e financeiro, a fim de superá-los.

Nesse sentido, é imprescindível que se reflita de modo mais aprofundado acerca de situações, que inicialmente, parecem – e são - mais amplas como, por exemplo, o fenômeno do desemprego. As causas do desemprego possuem particularidades distintas a depender do território analisado, que implica em questionamentos importantes, tais como: se estes territórios possuem o mesmo acesso à saúde e educação, ou como são as condições de vida e moradia. Inclusive, é pertinente questionar se tais fatores têm influência na saúde mental da população que ali reside.

Dessa forma, pode-se inferir que o desemprego não impacta de forma equânime a todos os milhares de brasileiros que se encontram desempregados. Embora, muitas vezes, em diversas situações, analisa-se o fenômeno de forma geral, buscando-se soluções mais amplas para problemas que têm, sim, suas especificidades. Todavia, parece bastante evidente que o indivíduo, na condição de desempregado, está em uma situação de vulnerabilidade social.

Cabe esclarecer que o termo “vulnerabilidade social” possui diversas concepções, a depender da corrente de pensamento do conceito. Para muitos autores, a vulnerabilidade está ligada somente à questão de renda: pessoas vivendo de forma precária em razão da baixa renda. Para outros, o termo evoca uma situação de pobreza em sentido amplo, na qual as pessoas dependerão de políticas públicas

para garantir um mínimo de dignidade, senão estarão sujeitas aos mais diversos riscos sociais. Assim, pode-se cogitar situações capazes de fazer com que as pessoas se sintam inseguras de modo geral, por exemplo: doenças, desemprego, conflitos familiares, entre outros. Além disso, também se pode relacionar tais fatores à fragilidade emocional (saúde mental) dos indivíduos, o que pode gerar diversos problemas no cotidiano das famílias.

Conforme mencionado, normalmente a vulnerabilidade está relacionada com a pobreza, mas estes são dois conceitos diferentes (pobreza e vulnerabilidade). De acordo com Moser (1998), nem todas as pessoas em situação de vulnerabilidade são pobres, mas as pessoas pobres geralmente estão entre as mais vulneráveis. Nesse sentido, uma pessoa materialmente pobre possui uma fragilidade de subsistência e, portanto, está em uma situação vulnerável.

A vulnerabilidade social está associada a diversos outros fatores além da renda. É necessário refletir acerca das famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza, qual (e como se dá) o acesso destas pessoas à rede de serviços, tais como postos de saúde, escolas, saneamento, energia elétrica, entre outros. Tais questionamentos devem ser mais profundos do que apenas avaliar aspectos limitados à renda, por exemplo.

No que se refere às políticas públicas, a análise ainda se dá de forma mais genérica. As políticas de saúde, educação e da assistência social, entre outras, são pensadas e executadas da mesma forma em todas as regiões do Brasil. Por um lado, isso faz com que haja a garantia de direitos sociais, mas em contrapartida, não há ponderação acerca das diferenças territoriais e de cunho socioeconômico existentes em cada região do país. Além disso, não são pensadas no cotidiano do trabalho e, dentro desta lógica, deve ser observado até que ponto os serviços e programas são suficientes para as famílias que estão em situação de vulnerabilidade.

À vista disso, é de extrema relevância analisar dados locais e verificar as particularidades de cada território, a fim de se pensar em alternativas mais pontuais, ao invés de somente se ponderar as generalidades. Isto, pois, a análise precisa antecipar a execução da política pública, posto que sem um diagnóstico adequado não há como se realizar um bom trabalho. Fahel e Teles (2018) indicam a importância de mensurar a pobreza multidimensional para construir um diagnóstico situacional que reflita melhor a realidade social das pessoas vulneráveis, o que contribuiria para o uso eficaz dos escassos recursos financeiros disponíveis para os estados e municípios.

Na maioria das vezes, as políticas públicas não são executadas a partir de uma análise mais aprofundada. Costuma-se implementar suas ações sem antes pesquisar os locais, as demandas, as potencialidades do território, o que pode gerar o não alcance dos objetivos do programa e/ou da política em si.

Confirmando isso, Santos e Magalhães (2012) apontam que os programas complementares de transferências de renda são implementados de forma hierárquica, sem realizar um diagnóstico local, desconsiderando as demandas locais e dificultando o alcance de seus objetivos. Não obstante, Mariucci e Cairo (2020) defendem que é necessário o reconhecimento do território, a fim de que as ações governamentais sejam planejadas por meio de um diagnóstico que considere as particularidades locais das diferentes regiões, pois, somente assim, se conhecerá a real demanda conforme suas características.

A exemplo disso, pode-se observar na análise dos beneficiários do Bolsa Família, identificando-se o tempo de percepção do benefício que muitos recebem há mais de cinco anos. Campello e Mello (2014) afirmam que, de 2003 a 2011, milhares de pessoas tiveram sua vida melhorada a partir de um amplo processo de inclusão. Contudo, alguns se mantiveram na miséria, no caso os mais vulneráveis, que são considerados o núcleo duro da pobreza.

É inquestionável o amparo que o Bolsa Família e outros benefícios de transferência de renda trouxeram para os usuários que os receberam. Mas também é importante e necessário que se aprecie tal fenômeno de modo mais aprofundado, com o intuito de compreender a real situação em que essas pessoas vivem.

Posto isso, resta imprescindível a análise de dados mais específicos. O Rio Grande do Sul possui uma população de 10.880.506 pessoas (IBGE, 2022) e, conforme dados do Ministério da Cidadania, em dezembro de 2022 havia 3.298.093 pessoas cadastradas no Cadastro Único¹ (CadÚnico), totalizando 30% da população do estado. Em relação aos dados de abril de 2023, 41% das pessoas com cadastro único estão inseridas em famílias em situação de extrema pobreza com renda *per capita* inferior a R\$105,00 (cento e cinco reais), totalizando 1.384.293 pessoas (Brasil, 2023).

¹ Cadastro Único é o “registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda” (art. 6º, Lei 14.284/2021).

O município de Taquara, território foco da atual pesquisa, está localizado na região do Vale do Paranhana, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. É considerado um município de médio porte, com população de 53.242 habitantes e área territorial 452.572 km² (IBGE, 2022). A população urbana do município é de 45.276 habitantes e na zona rural 9.380 habitantes (IBGE, 2022). Em relação ao Cadastro Único, em dezembro de 2022, havia 11.169 pessoas inseridas no sistema (Brasil, 2023). Ou seja, pouco mais de 20% da população de Taquara possui Cadastro Único.

Importante realizar um comparativo utilizando-se como parâmetro o próprio município de Taquara: desde novembro de 2016, quando havia 4.720 famílias cadastradas, ocorreu um decréscimo, chegando, em novembro de 2020, a um total de 2.562 famílias (Brasil, 2023). Assim, resta evidente que, em dois anos, ocorreu um aumento de quase 2.000 famílias inseridas no sistema, totalizando 4.522 famílias cadastradas até dezembro de 2022.

Considerando o aumento das famílias em situação de vulnerabilidade social e percebendo as dificuldades por estas encontradas, tanto no aspecto financeiro, quanto concernente ao acesso a bens e serviços, levando-se em conta os programas e serviços existentes na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), evidencia-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a percepção das famílias do município de Taquara em relação às dificuldades enfrentadas para superarem a sua situação de vulnerabilidade social?

O objetivo geral do estudo é analisar a percepção das famílias do município de Taquara/RS, beneficiárias do Programa Bolsa Família, referente às dificuldades enfrentadas para superarem a situação de vulnerabilidade social. Quanto aos objetivos específicos, incluem-se: I) Conhecer o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Taquara/RS; II) Analisar quais suportes que as famílias mais vulneráveis possuem no que se refere às políticas públicas e III) Identificar os elementos positivos para potencializar o desenvolvimento humano e a superação das dificuldades enfrentadas.

No que se refere ao método, a pesquisa é qualitativa, quanto ao tipo de pesquisa, o atual estudo é exploratório, com o objetivo de estudar a vulnerabilidade social. Referente a coleta de dados, foi utilizado pesquisa documental e estudo de campo, sendo realizada entrevistas com os beneficiários do Programa Bolsa Família.

O estudo foi dividido em seis capítulos, sendo o primeiro esta introdução, no segundo capítulo foi realizada uma revisão teórica sobre as políticas sociais,

conceituando-as, aprofundando mais a PNAS, bem como seus programas e serviços ofertados. O terceiro capítulo faz uma explanação sobre vulnerabilidade social e pobreza tanto em termos de conceitos quanto a realidade do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul. A quarta parte explicará a metodologia utilizada no estudo, sendo a quinta parte os resultados do estudo frente a percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família em relação ao suporte social, as dificuldades enfrentadas, bem como as potencialidades para o desenvolvimento humano. Após isso, será realizada as considerações finais.

2 POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais possuem um papel relevante no que se refere ao bem-estar e busca por igualdade dentro de uma sociedade. Elas abarcam diversas áreas como saúde, educação, assistência social, renda e seguridade social, no intuito de garantir que todas as pessoas tenham acesso às condições básicas para uma vida digna. Dessa forma, é necessária uma retrospectiva para entender o processo das políticas públicas.

A industrialização, nos séculos XVIII e XIX, provoca um êxodo significativo de camponeses em direção aos grandes centros urbanos, onde se submetem a extensas jornadas de trabalho por salários insuficientes para garantir condições básicas de subsistência. Esse cenário resulta em um aumento de enfermidades, uma vez que as condições de trabalho são precárias, e como consequência, muitos trabalhadores adoecem. Além disso, crianças são obrigadas a trabalhar longas jornadas, muitas vezes por troca de alimentação (Scortegagna; Oliveira, 2020).

Scortegagna e Oliveira (2020) também afirmam que com a industrialização, o trabalho se torna um fardo diário, e o trabalhador é tratado como mero objeto controlado, necessário para manter o funcionamento das fábricas, mas que pode ser facilmente substituído. Além disso, o trabalhador tem a incerteza do trabalho, pois se acontecer algo como demissão, adoecimento ou acidente, não conseguirá manter-se, de maneira que poderá ficar em condições de miserabilidade e necessitar de assistência cristã.

No século XIX os trabalhadores se uniram, possibilitando uma luta contra o regime trabalhista imposto pela burguesia, com ganhos ínfimos diante das necessidades dos trabalhadores. As políticas sociais são implementadas pelo estado de acordo com as necessidades da classe trabalhadora, mas também levam em consideração os interesses do capital. Essas políticas têm o propósito de regular as relações com o proletariado, visando evitar conflitos sociais e a instauração de uma luta generalizada entre diferentes grupos (Scortegagna; Oliveira, 2020).

Nesse sentido é válido entender o conceito de cidadania, o qual Menicucci e Gomes (2018), ao citar o célebre trabalho de Thomas Marshall, fragmentam a cidadania em três conjuntos de direitos: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Os direitos civis relacionam-se com a liberdade individual, os políticos com a participação do poder político e os direitos sociais é a participação à vida de acordo

com os padrões da sociedade. Assim, a cidadania seria o direito a ter direitos (PINHEIRO JUNIOR, 2014).

Couto (2010) indica que os direitos civis são o direito à vida, à liberdade de pensamento e fé, liberdade de imprensa, direito de ir e vir, à igualdade perante a lei e à propriedade privada. Além disso, a autora refere que os direitos políticos foram agregados aos direitos civis, sendo eles o direito de votar e ser votado, direito à associação e à organização. Esses são direitos de primeira geração, os direitos sociais seriam direitos de segunda geração (Couto, 2010).

As políticas sociais surgiram no final do século XIX, em que os sistemas previdenciários eram limitados a alguns segmentos da população. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ocorreu a consolidação em maior amplitude nos países desenvolvidos, formando sistemas de políticas sociais fundamentados na concepção de garantia de direitos sociais e de promoção de equidade (Menicucci; Gomes, 2018).

Boschetti *et al.* (2008) referem que as políticas sociais são uma espécie de políticas públicas. Nesse sentido, é válido explanar sobre política pública: os autores descrevem a política pública como um conjunto de ações e decisões de intervenções do estado e da sociedade que possuem algumas características.

No que diz respeito às características das políticas públicas, elas constituem uma linha de orientação para a ação pública com uma autoridade também pública, visando concretizar os direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados na lei. Além disso, precisa orientar-se pelo princípio do interesse comum, visando a satisfação das necessidades sociais (Boschetti *et al.*, 2008).

As políticas públicas devem concretizar os direitos sociais, as quais se guiam pelo princípio da igualdade, na perspectiva da equidade (dar mais a quem mais precisa) e a justiça social (Boschetti *et al.*, 2008). Cabe destacar que conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006, do Banco Mundial, a meta das políticas sociais é a equidade, vista como igualdade de oportunidades respeitando as liberdades individuais.

De acordo com Couto (2010), os direitos sociais tem como base a ideia de igualdade, uma vez que se originam pelo reconhecimento das desigualdades sociais geradas pelo capitalismo. A autora baseia-se na visão de Bobbio, em que os direitos sociais são vistos como direitos de crédito do indivíduo acerca da coletividade, expressando pelo direito à educação, saúde, trabalho, assistência e previdência.

Behring e Boschetti (2011) compreendem as políticas sociais como funcionais à acumulação capitalista. No que se refere à questão econômica, elas assumem a função de diminuir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, mantendo os níveis de demanda e consumo em alta nos momentos de crise. No âmbito político, as políticas sociais são interpretadas como instrumentos de cooptação e validação do sistema capitalista, pois buscam obter a adesão dos trabalhadores ao sistema

De acordo com Menicucci e Gomes (2018), é comum que as políticas sociais sejam determinadas com base em seus objetivos, que podem incluir a garantia da segurança aos cidadãos diante dos riscos sociais inerentes à sociedade moderna, promover maior igualdade socioeconômica e reduzir desigualdades, além de oferecer serviços ou benefícios que ampliem as oportunidades de escolha ao longo da vida dos cidadãos. Outras abordagens podem enfatizar uma distinção setorial ou por áreas, como políticas de educação, saúde, previdência, entre outras, ou adotar definições funcionais que se concentram nas consequências das políticas implementadas. Em suma, as políticas sociais são moldadas com base em diferentes perspectivas e objetivos, visando melhorar o bem-estar e qualidade de vida da população.

Scortegagna e Oliveira (2020) apontam que o Brasil ainda enfrenta desafios no alcance do desenvolvimento econômico, e enfrenta questões sociais mais prementes e complexas, tais como a miséria e a fome. Altas taxas tributárias, políticas descontínuas, falta de fiscalização e privatizações são exemplos que ilustram a realidade das políticas e ações sociais brasileiras.

2.1 Políticas Sociais no Brasil

As políticas sociais no Brasil atuam frente às expressões das questões sociais, fornecendo suporte aos cidadãos brasileiros. Além disso, o modelo de Estado no Brasil deve ter como principal objetivo o progresso social e econômico do país, bem como a promoção da cidadania da população (Cunha; Mafra, 2023).

A Constituição Federal Brasileira (CFB) (Brasil, 1988) efetuou transformações significativas, incluindo como responsabilidade pública e estatal necessidades que

eram anteriormente consideradas de caráter pessoal ou individual. Nesse caminho, a seguridade foi incluída como um guarda-chuva que abriga três políticas de proteção social: à saúde, à previdência e à assistência social (Sposati, 2009).

Menicucci e Gomes (2018) seguindo os estudos de Castro *et al.* afirmam que a política social brasileira se classifica em dois grandes grupos: as que se destinam à proteção social como a saúde, assistência social, seguro-desemprego e previdência social, e as que buscam a promoção social como a educação, cultura, agricultura familiar, qualificação profissional, habitação, entre outras. Além desses dois grupos, existem também políticas transversais, que são uma combinação entre as finalidades da proteção e promoção social, tais como as políticas destinadas aos idosos, jovens, igualdade de gênero e raça.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 traz em seu artigo 6º que os direitos sociais são “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988).

Conforme Scortegagna e Oliveira (2020), uma política social voltada para a população deve buscar uma abordagem abrangente que englobe não apenas questões de assistência social, mas também direitos relacionados à saúde, alimentação, moradia e previdência. Essa abordagem intersetorial visa garantir que todos esses direitos sejam contemplados e respeitados de forma integrada, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida da população como um todo.

Silveira (2017) faz uma crítica em relação à evolução histórica das políticas públicas no Brasil, principalmente as de natureza social. Estas são baseadas nos princípios de universalidade do Sistema de Proteção Social e na indivisibilidade dos direitos humanos, os quais têm origem na observação de políticas contraditórias que foram formuladas em momentos de autoritarismo e ideologias voltadas ao desenvolvimento. Essas políticas contribuíram para a incompletude da cidadania e da democracia.

Cunha e Mafra (2023) sinalizam que a forma como a proteção social é implementada no Brasil, dentro do contexto do sistema capitalista, gera desafios para sua eficácia. Isso ocorre porque a maioria das suas iniciativas é concebida a partir da perspectiva da classe dominante, podendo, conseqüentemente, funcionar como instrumentos estratégicos para mitigar as adversidades enfrentadas pela população,

ao mesmo tempo em que sustentam o funcionamento do sistema conforme os interesses dos grupos economicamente mais privilegiados.

As políticas sociais, ao longo da história, demonstram a predominância no controle de pobres e uma tendência a moralizar a pobreza. Pode-se afirmar tal fato por conta das tentativas de ajustar os considerados “improdutivos” e “incapazes” a um padrão normativo e predominante. Há ineficácia e alcance social limitado das políticas públicas, com sobreposição de responsabilidades e interrupções nos processos, fragmentação absoluta e falta de coerência programática entre as diferentes políticas; e ainda, má alocação de recursos públicos (Silveira, 2017).

A área da assistência social, assim como outras políticas sociais, constitui um cenário complexo de interações entre ideias, visões, interesses e tradições. O seu desenvolvimento como política baseada em direitos não se desvincula do movimento histórico das relações de poder na sociedade. Portanto, é essencial entender o potencial dessa esfera e suas consequências no processo de evolução civilizatória da sociedade brasileira (Brasil, 2009).

2.1.1 Política Nacional de Assistência Social

A Constituição Federal Brasileira (1988), em seu artigo 1º traz como alguns fundamentos a dignidade humana e a cidadania. Ainda refere que um de seus objetivos é erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Além disso, em seu artigo nº 194 prevê o tripé da seguridade social com vistas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

A melhoria na estrutura da política nacional de assistência social, ao contemplar modalidades de controle social, gestão da informação, monitoramento e avaliação da assistência social, requer uma abordagem renovada para a proteção social no Brasil. Essa abordagem deve focar em indivíduos, famílias e comunidades, reconhecendo as necessidades sociais (Brambilla *et al.*, 2021). Além disso, a política de assistência social vem com o intuito de garantir a Proteção Social em relação às seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia), acolhida, convívio ou vivência familiar (Brasil, 2005).

Avaliando de maneira mais minuciosa, a proteção social à sobrevivência destina-se a oferecer benefícios contínuos e eventuais a indivíduos ou famílias que

carecem de segurança na autonomia ou na obtenção de renda, priorizando os mais vulneráveis. A salvaguarda do convívio implica uma reflexão aprofundada e o fortalecimento das relações e laços pessoais, familiares e comunitários. Por outro lado, a acolhida visa proporcionar proteção e oportunidades de recuperação a pessoas em maior estado de segregação e fragilidade social, que enfrentam situações de abandono e isolamento (Brambilla *et al.*, 2021).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993) prevê em seu primeiro artigo que a Assistência Social é um dever do estado e um direito do cidadão, sendo uma Política de Seguridade Social não Contributiva, prevendo os mínimos sociais, através de diversas ações que garantam o atendimento das necessidades básicas. A LOAS ainda traz como objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice; b) O amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) A promoção da integração ao mercado de trabalho; d) A habilitação e a reabilitação das PCD's e a promoção de sua integração à vida comunitária, e; e) A garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. (Brasil, 1993).

A PNAS/2004 (Brasil, 2005), traz que é uma inovação, a partir da CFB (Brasil, 1988) e da LOAS (Brasil, 1993), pautada na ética de incluir aqueles que são esquecidos, que são transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte da sociedade, mostrando uma realidade de diferenças e desigualdades. Ainda argumenta que a PNAS traz uma visão social de proteção, capaz de conhecer as vulnerabilidades sociais, de entender que a população tem necessidades, mas que também possui capacidades e possibilidades que podem ser desenvolvidas. Esta é uma visão que é capaz de identificar suas fragilidades, mas também suas forças.

A construção da Assistência Social como política pública precisa considerar três vertentes no caso de Proteção Social, sendo elas: as circunstâncias e as pessoas, e dentro disso, o primeiro núcleo de apoio que seria a família. Por isso a importância da aproximação do cotidiano da vida das pessoas, é necessário relacionar as pessoas a seus territórios, pois é ali que se encontram os riscos e vulnerabilidades (Brasil, 2005).

Santos (2007) infere o cidadão como o indivíduo em um lugar. Há desigualdades territoriais que geram desigualdades sociais, porque derivam do lugar onde cada um se encontra. Com isso, para tratar as desigualdades sociais é importante entender as realidades territoriais.

Corroborando com a questão da importância do território, Barros, Carvalho e Mendonça (2009) trazem que, através do Cadastro Único, é possível identificar não somente as carências da família, mas também traçar o perfil da pobreza e realizar diagnóstico que identifique as deficiências do município. Tudo isso possibilita um melhor direcionamento dos recursos públicos, aumentando a eficácia da política social.

Ainda, em relação ao território e as políticas públicas de proteção social, Guadagnin, Moreira Neto e Vianna (2019) apontam a importância de olhar para as situações concretas de vulnerabilidade social, pois isso auxilia a compreender o que gera e mantém as desigualdades e exclusão no território usado. Através da identificação das rugosidades existentes no território e do rompimento do olhar que unifica a pobreza, é possível a construção de ações que enfrentarão a atual situação.

Da mesma forma, Saquet (2018) avalia três projetos de cooperação realizados em comunidades no estado do Paraná, sendo adotada a abordagem territorial nas pesquisas e ações participativas. Os projetos tiveram a participação de diversos autores, inclusive, dos moradores do território. A construção foi feita através do ensino e da cooperação, que constituem a base para ativar as territorialidades, promover a participação popular, estimular a mobilização, fomentar a luta, incentivar a autogestão, facilitar o diálogo e construir contra-hegemonia

Ademais, o homem nasce com o território, assim como o território emerge junto com a civilização. À medida que os indivíduos adquirem consciência do espaço que habitam e o ocupam, contribuem para sua construção, sendo, por sua vez, moldados por ele (Haesbaert; Limonad, 1999).

Ainda nesse sentido, Mariucci e Cairo (2020) argumentam que precisa haver reconhecimento do território, para que as ações governamentais sejam planejadas através de um diagnóstico que considere as particularidades locais das diferentes regiões, pois somente assim se conhecerá a real demanda conforme suas características. Guadagnin, Moreira Neto e Vianna (2019) expõem que olhar para as situações reais de vulnerabilidade social, a compreensão dos fatores que geram e mantêm as desigualdades favorece a noção das necessidades que a comunidade

possui. Os autores ainda dizem que a atuação das equipes das políticas públicas junto ao território aproxima as famílias com maiores vulnerabilidades, favorecendo o desenvolvimento de soluções para os problemas sociais.

Silveira (2017) também aponta que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representa uma das principais transformações do cenário político-social do Brasil, especialmente durante sua recente redemocratização. Este sistema destaca-se por estabelecer dispositivos voltados para a formulação de políticas públicas estatais, concentrando-se na oferta de segurança de maneira padronizada por meio de instalações governamentais distribuídas nos territórios mais desfavorecidos.

Ademais, uma das principais características do SUAS é a implementação de repasses contínuos e regulares de recursos financeiros, direcionados através de critérios técnicos específicos. Estes obedecem a princípios como a busca pela universalização plena dos serviços, garantindo a integridade da proteção social. Isso inclui uma abordagem de expansão qualificada e gradual dos serviços, assegurando que todas as camadas da sociedade sejam atendidas (Silveira, 2017).

A NOB/SUAS (Brasil, 2012) aprovada por meio da Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é o documento norteador da política de assistência social. Ela prevê em seu artigo 3º parágrafo V, como um dos princípios do SUAS a “equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social” (Brasil, 2012, p.16).

De acordo com Castro *et al.* (2009) as políticas sociais, responsabilidade do estado, constituem a proteção social e se relacionam com a distribuição de benefícios sociais para reduzir as desigualdades estruturais. Conforme a NOB/SUAS (Brasil, 2012) é previsto como segurança afiançada pelo SUAS a acolhida, a renda e o convívio ou vivência familiar. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa para garantir uma renda mínima (Castro *et al.*, 2009).

Uchôa Barbosa, Rocha Diógenes e Gardano Bucharles Mont’Alverne (2014) apontam que a assistência social não garante o caráter de universalidade, sendo vista ainda como caridade, sendo os direitos sociais insuficientes e minimizados. Em pesquisa realizada por Silva *et al.* (2020) com clérigos, relatam que nas Igrejas ainda havia o estímulo para a caridade como forma de redenção e absolvição. Mas os autores defendem o desafio que precisa ser enfrentado para que a sociedade não dependa mais de caridade e sim, possa reivindicar a assistência social como um

direito. Fortalecendo isso, Lisbôa, Girianelli e Vasconcellos (2020) colocam que a assistência social é uma política importante para deixar acessível a todos as informações quanto ao direito, principalmente da população vulnerável.

Em contrapartida, Cavagnoli e Guareschi (2018) trazem uma outra visão dos programas sociais, afirmando que as famílias são trabalhadas de forma a realizar uma intervenção nos comportamentos e no modo de funcionamento delas, potencializando a vida que quer ser incluída. Os autores também defendem que o fortalecimento de vínculos, previsto na política pública de assistência social, deve ser construído de maneira a fortalecer os processos de solidariedade e pertencimento comunitário, criando uma atitude crítica.

Ainda, as pessoas constroem espaços para si, de forma concreta e/ou subjetiva, estabelecendo relações de pertencimento e identificação, ao mesmo tempo em que expressam sua sociabilidade. Com isso, as identidades emergem por meio de um processo no qual os usuários se apropriam do espaço, estabelecendo uma conexão de identidade e pertencimento, tanto de maneira tangível quanto subjetiva, com o ambiente criado por eles e para eles (Silva, 2013).

No entanto, Silveira (2017) refere que a política social de assistência social é marcada por seu papel na perpetuação da desigualdade, vinculando-se a mecanismos e estratégias de monitoramento das pessoas e famílias. Além disso, a política tem sido associada à criminalização dos indivíduos em situação de pobreza, bem como a sua conformidade com as oportunidades disponibilizadas por programas sociais. Essa abordagem também envolve o controle daqueles considerados “desajustados” em relação à norma instituída, resultando em efeitos de marginalização, institucionalização, estigmatização e segregação social - o que, por sua vez, contribui para a manutenção da conformidade social.

A Lei Orgânica de Assistência Social, Lei nº 8.742/1993 (Brasil, 1993), alterada pela Lei nº 12.435/2011 (Brasil, 2011), em seu artigo 2º refere que o objetivo da assistência social é a proteção social, vista esta como a garantia a vida, a prevenção a incidência de riscos e a redução de danos. Além disso, prevê a proteção à família, maternidade, infância, adolescência e a velhice, bem como o amparo às crianças e aos adolescentes carentes, a promoção da integração ao mercado de trabalho. Ainda, o artigo 6º da Lei nº 8.742/1993 menciona que a assistência social se organiza por dois tipos de proteção, sendo a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).

2.1.2 Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica, conforme a Lei nº 8.742/1993, artigo 6º, inciso I, é um conjunto de serviços, projetos, programas e benefícios da assistência social com o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social através do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 1993). Corroborando, D'Albuquerque e Sátyro (2020) afirmam que os serviços socioassistenciais da proteção básica se fundamentam na prevenção do rompimento de vínculos familiares e sociais e da violação de direitos, com o intuito de potencializar a família como unidade de referência, promovendo a convivência, o acolhimento, a socialização e a inserção no mercado de trabalho.

O CRAS é a unidade pública do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável por organizar todos os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica (PSB), ele faz parte da gestão local responsável pelo trabalho de prevenção com o intuito de garantir os direitos sociais das pessoas. Uma das garantias de direito é a transferência de renda que se dá, atualmente, através do Cadastro Único. As famílias inscritas no Cadastro Único podem ter acesso aos programas sociais, dentre eles, o antigo Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O BPC é voltado para pessoas com deficiência e idosos acima de 65 anos, sem contribuição, com renda per capita inferior a 1/4 salário-mínimo. Siqueira, Motta e Mendonça (2021) propõe que a renda básica no Brasil é uma forma de garantir a efetividade dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988.

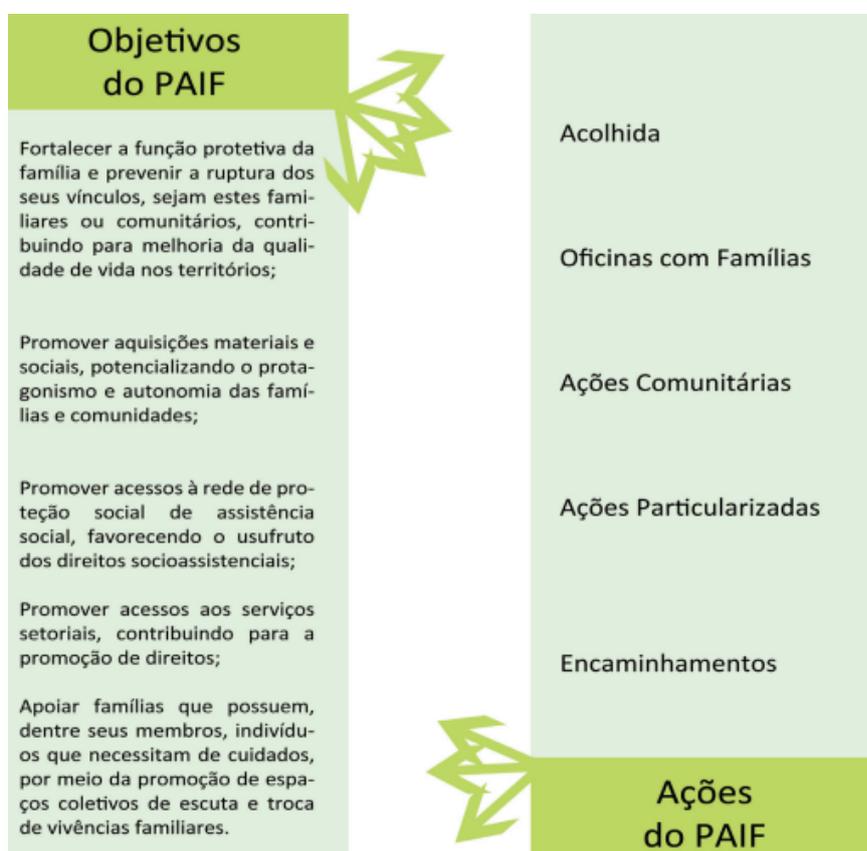
Em relação aos serviços ofertados pelo CRAS, sendo eles de caráter contínuo: o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Todos eles são considerados serviços da Proteção Social Básica, pois primam pela prevenção, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com o intuito de fortalecer a família.

O PAIF é o principal serviço ofertado pela Proteção Social Básica. O serviço tem como objetivo fortalecer a convivência familiar e comunitária, reconhecendo a

família como local privilegiado de proteção e desenvolvimento das pessoas (Brasil, 2009b).

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido com as famílias através do PAIF, é materializado por meio de ações, como: acolhida, oficinas com as famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamento. A acolhida pode ser realizada tanto individualmente quanto de maneira coletiva, mas as ações particularizadas e os encaminhamentos são realizados de forma individual, sendo as oficinas com as famílias e as ações comunitárias o formato coletivo. Todas as ações pretendem alcançar os objetivos do PAIF (figura 01) (Brasil, 2012).

Figura 1 - Objetivos e Ações do PAIF



Fonte: Brasil (2012) (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome)

A acolhida é o contato inicial do indivíduo ou família, através de uma escuta especializada das demandas e necessidades trazidas, além da oferta de informações sobre a rede de serviços socioassistenciais, principalmente do CRAS. É através da acolhida que ocorre o vínculo entre o usuário ou a família com o serviço (Brasil, 2012).

Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome declara que as ações comunitárias são voltadas para gerar dinamismo no território. Possuem o objetivo da mobilização social e o protagonismo da comunidade, fortalecimento do vínculo entre as famílias do território, desenvolvimento da sociabilidade, promoção da comunicação comunitária, além de gerar sentimento de coletividade e organização comunitária (Brasil 2012).

Em contrapartida, as ações particularizadas são atendimentos realizados de forma individual a uma família ou indivíduo, prestado pela equipe técnica do CRAS. Essas ações devem ser em situações extraordinárias, e tem como objetivo conhecer melhor a dinâmica familiar para poder ofertar um atendimento mais focado na família referenciada (Brasil, 2012).

Em relação aos encaminhamentos realizados pelo CRAS, esses têm por objetivo promover o acesso da pessoa aos seus direitos, bem como desenvolver a cidadania. São realizados de forma a orientar e direcionar as famílias ou indivíduos, tanto para serviços quanto benefícios socioassistenciais e também, se necessário, de outros setores (Brasil, 2012).

Outro serviço ofertado pela Proteção Social Básica (PSB) é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com o objetivo de complementar o trabalho realizado com as famílias, através do PAIF. O SCFV organiza-se em grupos, a fim de prevenir situações de risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Além disso, visa ampliar as trocas culturais e de vivências, bem como desenvolver os seus sentimentos de pertença e de identidade (Brasil, 2016a).

Em relação ao SCFV é importante considerar as especificidades do ciclo de vida do usuário, bem como respeitar suas necessidades. Com isso, o serviço pode ser organizado através de grupos de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, dependendo das demandas do município (Brasil, 2016a).

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas, visa a prevenção de agravos que possam vir a romper os vínculos familiares e sociais da pessoa com deficiência ou idosa. Além disso, tem por finalidade garantir os direitos, criar mecanismos que incluam o usuário na sociedade, oportunizando autonomia e participação a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, a fim de evitar a exclusão e o isolamento social (Brasil, 2016a).

Em pesquisa desenvolvida pelo CRAS no município de Salgueiro/PE, através do “Projeto Intersetorial Vida Nova”, foram realizadas intervenções resgatando o histórico da comunidade, bem como a origem das famílias. Além disso, atividades tinham o intuito de instigar a se perceberem como agentes de mudanças, fator este alcançado pelo projeto (Angelim; Silva, 2016).

Essa ação vem ao encontro do Caderno de Orientações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o qual ressalta a importância das atividades em caráter coletivo na Proteção Social Básica. Estas ações tem o objetivo de fomentar o diálogo, as experiências vivenciadas e valores, além de analisar as situações externas que impactam tanto as famílias como a comunidade em geral (Brasil, 2016a).

O Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) destaca que o maior desafio é priorizar as situações de vulnerabilidade, conhecendo e atuando na realidade do município. Além disso, menciona que os processos sociais de desproteção social e as grandes demandas existentes são complexas (Brasil, 2009a).

2.1.3 Proteção Social Especial

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei nº8.742/1993) em seu artigo 6º, inciso II traz que a proteção social especial é:

Conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (Brasil, 1993).

Nesse sentido, é importante avaliar, dentro das ações da Proteção Social Especial (PSE), o contexto socioeconômico, político, cultural e histórico e o quanto eles influenciam nas relações familiares, comunitárias e sociais, gerando conflitos nos relacionamentos. Nesse sentido, todos os programas, serviços e ações ofertados pela PSE objetivam promover e potencializar os recursos para superar e prevenir o agravamento de situações de risco pessoal e social (Brasil, 2011).

A Proteção Social Especial (PSE) é dividida entre Média e Alta Complexidade. A PSE de Média Complexidade é destinada a famílias e indivíduos que possuem situações de risco pessoal e social, por violações de direito. Em razão de serem casos mais agravados, o acompanhamento precisa ser “especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede” (p. 20) (Brasil, 2011, p.20).

Os programas e serviços da PSE de Média Complexidade tem como objetivo reduzir os agravos, reparar danos, redefinir as violações sofridas, contribuindo no fortalecimento da autonomia dos sujeitos. Para a execução dos serviços e programas que são ofertados pela PSE de Média Complexidade, as unidades que referenciadas são: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), Centro-Dia de referência para pessoas com deficiência (Brasil, 2016).

Em relação aos serviços ofertados pela Proteção Social Especial de Média Complexidade são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Brasil, 2014).

O PAEFI é o serviço ofertado com o intuito de trabalhar com as famílias cujo um ou mais de seus membros estejam em situação de ameaça ou violação de direitos. Com isso, realiza atendimentos direcionados a promover a concretização de seus direitos e principalmente, o fortalecimento da função protetiva (Brasil, 2014).

Complementando os serviços ofertados pelo CREAS, existe o Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à comunidade (PSC), destinado à adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. O acompanhamento deve ser sistemático, auxiliando os adolescentes e jovens a ressignificar os valores pessoais e sociais da vida, contribuindo para o acesso a direitos (Brasil, 2014).

Ainda, o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias é destinado a famílias que possuem membros idosos com algum grau de dependência e/ou com deficiência, em que suas limitações são

agravadas por violações de direitos. O objetivo do serviço é promover autonomia, inclusão social, além de melhorar a qualidade de vida dos participantes (Brasil, 2014).

Outro serviço executado pelo CREAS é o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que é destinado a indivíduos que utilizam as ruas como local de residência e/ou subsistência. Seu intuito é garantir assistência e atividades voltadas para o desenvolvimento de relações sociais, visando fortalecer vínculos interpessoais e/ou familiares que facilitem a criação de novos planos de vida (Brasil, 2014).

A PSE/AC tem como propósito ofertar serviços especializados visando assegurar um ambiente seguro para acolher, temporariamente, indivíduos e/ou famílias afastados de seu núcleo familiar e/ou comunitário de origem. Estes serviços devem garantir a proteção abrangente dos beneficiários e priorizar a preservação, fortalecimento ou resgate do convívio familiar e comunitário, ou a construção de novas referências quando necessário (Brasil, 2011b).

Um dos serviços ofertados pela PSE/AC é o acolhimento institucional para pessoas e/ou famílias com laços familiares rompidos ou muito fragilizados, visando assegurar proteção integral. O serviço deve possuir uma estrutura que assegure a privacidade, respeitando os costumes, tradições e a diversidade. Esse serviço pode ser oferecido para crianças e adolescentes, adultos e famílias, mulheres em situação de violência, jovens e adultos com deficiência e idosos (Brasil, 2014).

Outra oferta da PSE/AC é o serviço de acolhimento em repúblicas, o qual é destinado a oferecer proteção e moradia subsidiada a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos que se encontram em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social. Esses indivíduos possuem laços familiares rompidos ou extremamente fragilizados, e enfrentam dificuldades para obter moradia e sustento próprio. O objetivo é apoiar a construção e fortalecimento de vínculos comunitários, desenvolver autonomia e independência das pessoas assistidas, bem como promover a integração e participação social (Brasil, 2014).

Seguindo, outro serviço ofertado é o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, que é destinado a crianças e adolescentes que são afastados de suas famílias por medida de proteção e permanecem acolhidos temporariamente, em residências de famílias acolhedoras cadastradas. Um dos objetivos é acolher e dispensar cuidados individualizados em ambiente familiar, bem como possibilitar a convivência comunitária e o acesso à rede de políticas públicas (Brasil, 2014).

Além de todos estes serviços, a PSE/AC ainda oferta o Serviço de Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, visando promover apoio e proteção à população atingida. Esse serviço inclui a oferta de alojamentos provisórios, além de detectar as necessidades para atender as demandas com provisões materiais (Brasil, 2014).

2.1.4 Programa de Transferência de Renda

Os programas de transferência de renda no Brasil foram incorporados às pautas políticas a partir de 1991. O projeto inicial, chamado Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), tinha o intuito de beneficiar os cidadãos brasileiros com mais de 25 anos que possuíam renda de até 2,25 salários-mínimos nos valores vigentes da época. As experiências municipais dos Programas de Transferência de Renda são marcadas por diversas situações, como crescimento do desemprego, aumento da pobreza, elevados índices de trabalho infantil, agravamento da violência, entre outras (Silva, 2015).

Além do mais, Silva (2015) refere que em 2003 ocorrem mudanças qualitativas e quantitativas nos Programas de Transferência de Renda, atingindo um novo patamar com abrangência nacional. Com isso, destaca-se o entendimento que as políticas sociais são mecanismos de enfrentamento à pobreza, quando articuladas a uma política econômica de redistribuição de renda. Além disso, inicia-se um processo de unificação dos Programas Nacionais de Transferência de Renda, unificando 4 programas federais em um, o Programa Bolsa Família (PBF).

Para acessar os programas sociais, é necessário ter o Cadastro Único, que foi instituído através do Decreto nº 3.877 de 24 de julho de 2001 (Brasil, 2001). Após, foi revogado pelo Decreto nº 6.135/2007 (Brasil, 2007) em que definia questões conceituais do que seria considerado família, o que competia ao, na época, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outras providências, também foi revogado em 2022. Em 2021, o decreto nº 14.284 de 29 de dezembro (Brasil, 2021), instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, bem como, alterou a Lei 8.742/1993 (LOAS) incluindo o Cadastro Único no artigo 6º- F, revogou a Lei 10.836/2004 (Bolsa Família), entre outras medidas, revogada pela Medida Provisória nº 1.164/23 (Brasil, 2023a).

No ano de 2022 ocorreu a regulamentação do Cadastro Único, através do Decreto nº 11.016 de 29 de março (Brasil, 2022). Por fim, em 2023, ocorre a conversão da Medida Provisória nº 1.164/2023 para a Lei nº 14.601 em junho de 2023 instituindo o Programa Bolsa Família (Brasil, 2023b).

Nesse sentido, Barros, Carvalho e Mendonça (2009) ressaltam a importância do Cadastro Único como ferramenta para o diagnóstico da pobreza, não somente identificando as carências de cada família, mas também é possível traçar o perfil da pobreza a nível municipal, possibilitando um melhor direcionamento dos recursos públicos. Acerca disso, Munaretto e Silva (2016) afirmam que o Cadastro Único obtém o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas tanto a nível municipal e estadual quanto federal, identificando as principais necessidades.

No Decreto nº 11.016/2022, vigente, em seu artigo 2º, presume que o Cadastro Único fará a integração dos programas sociais, dando acesso aos usuários para eles. O artigo 5º considera família de baixa renda aquela que possui renda *per capita* mensal de até ½ salário-mínimo. Também prevê como objetivos do CadÚnico:

I - Reunir, armazenar e processar os registros administrativos dos indivíduos e das famílias de baixa renda; II – servir como base de dados para o acesso a programas sociais do Governo Federal; e III – ser utilizado como repositório de dados para realização de estudos sobre seu público, com vistas à análise de alternativas de políticas públicas para a superação da situação de vulnerabilidade econômica e social (Brasil, 2022).

Emerique (2013) expõe que o Cadastro Único é um instrumento que tem como objetivo coletar os dados de todas as famílias de baixa renda. Ainda, Mustafa *et al.* (2017) afirmam que o cadastro único é uma base de dados muito abrangente, com informações que esclarecem as condições de vida da população cadastrada. Reforçando, Barros, Carvalho e Mendonça (2009) ressaltam a importância do CadÚnico para a realização do diagnóstico da pobreza e principais carências.

Conforme Souza *et al.* (2019) o bolsa família é um programa de transferência condicionada de renda em que há 4 elementos que envolvem isso: o dinheiro, a família, o foco nos mais pobres e a condicionalidade. Anos após sua criação é possível afirmar que o Programa Bolsa Família (PBF) reduziu a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25% (Souza *et al.*, 2019), sendo verificada sua eficácia em relação à superação da pobreza (Amaral; Melo; Oliveira, 2015) em parte da sociedade.

Os programas de transferência de renda condicionada têm como objetivo a curto prazo o alívio da pobreza, mas a longo prazo, quebram o ciclo intergeracional

da pobreza devido às condicionalidades (Fahel *et al.*, 2012; Cunha; Arruda, 2018; Nazareno; Tortatto, 2019). Por outro lado, Emerique (2013) traz a problemática de olhar a condicionalidade como uma forma de punição às famílias que não cumprem estes pré-requisitos, além da importância de ver como uma forma de ampliar o acesso aos serviços sociais e políticas de emprego e renda e não somente uma visão restritiva do direito social.

No que concerne à vulnerabilidade, Lisbôa, Girianelli e Vasconcellos (2020) ressaltam que a ampliação da proteção social e dos direitos sociais visa reduzir as vulnerabilidades, possibilitando aos indivíduos o acesso aos serviços públicos e políticas setoriais. Magalhães *et al.* (2011) sustentam que apenas o Programa Bolsa Família não é suficiente para combater as múltiplas vulnerabilidades que as famílias cadastradas vivenciam. Sendo assim, não se pode reduzir apenas a transferência de renda, as ações precisam ser voltadas para um atendimento integral de suas necessidades.

No que se refere ao Programa Bolsa Família, Barbosa, Diógenes e Mont'Alverne (2014) defendem que o Brasil está cada vez mais distante de garantir os direitos sociais e que o programa está longe do princípio universal e da garantia de uma renda mínima, sem mecanismos seletivos e burocráticos de acessibilidade. Em contraponto, Cordova e Alves (2019) afirmam com o resultado de suas pesquisas, que o PBF é, atualmente, uma das ferramentas mais importantes da assistência social para combater a fome e a miséria. Guadagnin, Moreira Neto e Viana (2019) além de argumentarem que o PBF é efetivo no combate à pobreza, ainda incluem que auxilia na desigualdade e exclusão social.

A despeito da renda mínima, Amaral, Melo e Oliveira (2015) informam que através do Programa Bolsa Família (PBF) os idosos tiveram uma renda mínima garantida, trazendo reflexos positivos para a condição de vida deles, reduzindo a pobreza em um sentido mais amplo. Em concordância, Souza, Teixeira e Tupy (2021) refere que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para a população idosa se mostrou como um importante fator na redução da pobreza para esse público, relacionando ao fato de que o benefício se associa a quadros de pobreza já instaurada, funcionando como um regulador de renda. Percebe-se que os programas de transferência de renda, tanto o PBF quanto o BPC cumprem com o seu objetivo, que é a garantia de uma renda mínima que reduza a pobreza do público idoso.

Tassara (2015) indica que se deve repensar o papel das condicionalidades nos programas de transferências de renda para se evitar o estigma da pobreza e uma conotação punitiva. E em vez disso, é necessário que haja uma corresponsabilização da família com o estado. O autor ainda traz que, enquanto os serviços podem acompanhar com o objetivo de auxiliar a família a superar e lidar com as dificuldades, a condicionalidade também poderia ser utilizada como caminho para superação da exclusão social.

Rocha (2011) relata que as condicionalidades do PBF em relação a frequência escolar e cuidados com a saúde é um fator estratégico, visto que não é um programa apenas para aliviar a pobreza, mas também uma forma de romper com o círculo vicioso da pobreza. A autora destaca que no Brasil o caminho mais rápido para melhorar a condição de vida seria aumentar a renda dos pobres por transferência de renda.

Seguindo a linha das condicionalidades, Kühn e Tonetto (2017) referem que a condicionalidade da educação é importante, mas não garante uma melhor aquisição de conhecimento, visto a exigência ser a presença da criança na escola. Os autores ainda defendem que a participação das crianças na educação pode influenciar como modificador da condição social do indivíduo, cujas famílias são beneficiárias. Ainda, Bischof (2015) salienta que alguns beneficiários do PBF afirmaram que a exigência de frequência escolar motiva as crianças a irem à escola, resultando em um comprometimento dos pais que se reflete em uma frequência de 89%, acima dos 85% exigidos.

Em relação aos objetivos do PBF no que se refere a redução do trabalho infantil, combate à pobreza e manutenção da criança na escola, a população brasileira concorda que os mesmos estão sendo alcançados (Castro *et al.*, 2009). Além da frequência escolar, Munaretto e Silva (2016) trazem a importância do Programa Bolsa Família em relação à saúde, para se cumprir o calendário de vacinação, as consultas de pré-natal para as gestantes e, também, a questão de auxiliar na economia local. Ainda Nazareno e Tortatto (2019) identificam a importância do PBF tanto no combate à pobreza quanto na articulação das políticas públicas de assistência social, saúde e educação.

O PBF é percebido como um complemento à renda familiar para auxiliar no sustento da família (Santos *et al.*, 2014; Batista, 2018). Além disso, Calgaro (2016) refere que os beneficiários do PBF foram inseridos no mercado de consumo,

adquirindo produtos antes não auferidos, gerando uma emancipação humana. Em consonância com isso, Sen (2010) traz que a liberdade de entrar nos mercados é uma contribuição significativa para o desenvolvimento da autonomia do cidadão. Para o autor, o desenvolvimento ocorre como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas podem desfrutar.

Em pesquisa realizada por Bischoff (2015) os beneficiários argumentam que enfrentavam dificuldades para adquirir alimentos, roupas, calçados, água, luz e material escolar. Com o benefício, houve um significativo avanço econômico, proporcionando maior poder de compra, melhoria na qualidade de vida e uma considerável ascensão social para 30% dos beneficiários.

Essa inserção no mercado de consumo auxilia no empoderamento, pois faz os beneficiários se sentirem pertencentes à sociedade. Não é o simples fato de comprar, mas com isso vem todo o poder de escolha, do sentir-se digno o que influencia no sentir-se parte da sociedade. Em contrapartida, no que se refere a críticas quanto ao PBF, Medeiros e Santos (2016) mencionam que o programa contribui para que os beneficiários tenham mais filhos com o objetivo de aumentar o valor do benefício, além de incentivar que o indivíduo não procure emprego, tampouco qualificação profissional.

Tecchio e March (2021) propõem que, para as famílias, o programa de transferência de renda, por meio do PBF, foi a política pública que mais auxiliou para a melhoria na qualidade de vida. Corroborando, Viganó e Gazolla (2020) referem que a transferência de renda condicionada foi positiva, principalmente no que diz respeito à desigualdade social. Mas, analisam que a maioria dos beneficiários possuem baixa escolaridade, dificultando as oportunidades para o trabalho remunerado o que impossibilitaria o que é proposto por Amartya Sen (2010), o desenvolvimento com liberdade.

No que se refere a pobreza, especificamente às mulheres, Tecchio e March (2021) identificaram que as políticas públicas destinadas ao enfrentamento da pobreza, focando o Programa Bolsa Família, promoveu uma autonomia para as mulheres, afirmando que muitas delas, pela primeira vez, tiveram a possibilidade de administrar o dinheiro. Ainda, Viganó e Gazolla (2020) identificaram que mais da metade dos beneficiários são mulheres, cumprindo com um dos objetivos do programa que é o benefício de o Bolsa Família ser gerenciado por elas.

Ainda em relação às mulheres, Magalhães *et al.* (2011) em pesquisa realizada

com mulheres, identificaram que o maior sonho delas é ter “uma vida melhor”. No entanto, devido a todas as adversidades, acabam caindo no conformismo e desesperança ou, em contrapartida, posicionam-se como sujeitos de direitos e acreditam na possibilidade da realização do que almejam, uma vida mais digna.

Menasche, Machado e Lamas (2022) em pesquisa realizada com mulheres relatam o preconceito que sofrem quando comparecem ao Cadastro Único. Por outro lado, Nazareno e Tortatto (2019) debatem sobre as contradições do programa bolsa família em centrar na mulher, como a responsável pelo cumprimento das condicionalidades, colocando nela o compromisso do rompimento da pobreza.

Percebe-se que a posição da mulher no Programa Bolsa Família é importante ser analisada, pois ao mesmo tempo em que é cobrado que a mulher administre o benefício (Viganó; Gazolla, 2020; Tecchio; March, 2021), também se coloca uma centralidade na mulher como responsável tanto na questão de sonhar e buscar uma vida melhor (Magalhães *et al.*, 2011) quanto na sua obrigação (da mulher) de cumprir com as condicionalidades, para a continuidade (do recebimento) do benefício (Oliveira *et al.*, 2013; Nazareno; Tortatto, 2019). Corroborando com isso, Silva *et al.* (2019) reforçam que as mulheres são as cuidadoras primárias nas famílias, com o papel de chefe de família, tornando esse grupo mais vulnerável.

Na questão da divisão de trabalho em função do gênero, as mulheres se dedicam aos afazeres domésticos, o que implica na situação de maior pobreza, por exigir uma presença constante no domicílio. E mesmo, as que trabalham em tempo parcial fora de casa, não são eximidas de executar as tarefas domésticas, possuindo uma dupla jornada de trabalho. Tudo isso intensifica uma falta de autonomia financeira, pois o valor recebido pelo PBF não é suficiente para todos os gastos (Tecchio; March, 2021).

Mesmo que um dos objetivos do Cadastro Único seja a integração das políticas públicas, por si só ele não consegue garantir essa integração. Sem o Cadastro Único essa inclusão seria quase nula, mas é importante pensar que para integrar as políticas públicas, se faz necessário reconhecer que há muitos outros condicionantes que são relevantes, como arranjos institucionais de coordenação, normas que definam objetivos comuns, entre outros (Direito; Koga, 2020). Mas o cadastro único é de extrema relevância, sobretudo para diversos outros ministérios que utilizam essa base de dados para definir o público-alvo de suas ações (Farias; Dias, 2018).

Ainda sobre o Cadastro Único, Bergallo (2019) questiona o modo de inclusão

e exclusão dos beneficiários aos programas sociais, pois o autor acredita que a forma como se calcula a renda da família, pode prejudicar os beneficiários, tendo em vista, não se considerar a condição da família. Nazareno e Tortatto (2019) declaram que o Programa Bolsa Família utiliza somente a renda como critério para o acesso a transferência de renda, não considerando outras vulnerabilidades vivenciadas decorrentes de discriminações, relações desiguais de gênero, dificuldades de acesso devido a características dos territórios, entre outras.

Reforçando, Teixeira *et al.* (2021) referem que mais indivíduos poderiam receber o benefício Bolsa Família, caso fossem consideradas as demais características, não somente a renda. Schmidt *et al.* (2017) em estudo realizado a longo prazo com diversas famílias, constataram uma redução suave e linear na questão da renda familiar. Esse fato pode estar relacionado ao subrelato intencional das famílias com receio da informação ser repassada aos gestores. Ainda Silva *et al.* (2019) alegam problemas quanto ao cadastramento e captação às famílias elegíveis do Programa Bolsa Família.

Em uma pesquisa com beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), identificou que o benefício permite que os usuários adquiram produtos antes não consumidos, gerando uma autonomia dos mesmos (Calgaro, 2016). Medeiros e Santos (2016) enfatizam que o PBF cumpre com seus objetivos a curto prazo, fazendo com que as famílias tenham acesso ao consumo (Silva *et al.*, 2020) e o combate à fome. Santos e Pires (2018) também identificam que o Programa Bolsa Família alivia a pobreza, mas não rompe com o ciclo intergeracional da mesma

O Programa Bolsa Família trouxe benefícios para as famílias que estavam em situação de pobreza ou extrema pobreza, mas é importante que os beneficiários utilizem o programa como uma forma de buscar novas oportunidades para romper o ciclo estrutural da pobreza. O programa bolsa família não pode ser uma política pública fim, mas sim, uma política pública meio, onde não somente se ache alternativas para a redução da pobreza, mas sim, alternativas para sua extinção (Calgaro, 2016).

Nesse mesmo ano, Medeiros e Santos (2016) perceberam que o Programa Bolsa Família é um complemento de renda para as famílias pobres, promovendo alívio imediato da pobreza. Em contrapartida, o PBF encontra dificuldades, em nível municipal, não superando a pobreza, pois não cria meios para que as famílias beneficiárias se emancipem.

Ainda, Munaretto e Silva (2016) reforçam a importância das condicionalidades do Programa Bolsa Família, que exige frequência mínima dos filhos na escola, bem como o cumprimento do calendário de vacinação. Além disso, as gestantes precisam realizar o pré-natal e o puerpério. Oliveira *et al.* (2013), em pesquisa realizada, evidenciaram que as condicionalidades as levam a acompanhar a educação dos filhos. Os autores também argumentam que as contrapartidas do PBF geram comprometimento das famílias com a educação de seus filhos.

Em contrapartida, Silva *et al.* (2020) demonstraram, que a condicionalidade da saúde não sofreu alteração nos beneficiários do Programa Bolsa Família, nos municípios pesquisados, sendo que as duas regiões possuíam condições socioeconômicas diferentes. Portanto, se faz necessário acompanhar e monitorar o quadro vacinal, visto que os índices de incompletude vacinal em crianças beneficiárias foram altos.

O Programa Bolsa Família é fundamental na renda das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido é importante ocorrer uma ampliação para reduzir os efeitos na desigualdade social, no sentido de haver incentivos para a geração de emprego e renda, inserindo os beneficiários no contexto econômico. Os autores acreditam que após a família ser contemplada pelo PBF deveria haver outros estágios em que o usuário pudesse ascender da sua atual realidade social, proporcionando um avanço socioeconômico, fazendo parte da classe trabalhadora e com isso, almejando melhorias (Souza; Costa; Silva, 2018).

No momento em que os indivíduos em situação de vulnerabilidade social não são atendidos pelos programas sociais, isso intensifica a desigualdade, não auxiliando para uma melhor qualidade de vida. Por isso, a permanência das famílias no Programa Bolsa Família é sim um fator de extrema relevância para diminuir a desigualdade social, embora não seja suficiente, uma vez que são necessárias diversas outras ações e encaminhamentos para a superação da vulnerabilidade social (Werle; Silva, 2021).

2.1.5 Familismo

A ênfase na família cria uma dinâmica paradoxal na assistência social: ao não ultrapassar as expectativas sociais preestabelecidas em relação a família, contribui para sua naturalização. Em algumas situações a família é reconhecida como sujeito de direitos, recebendo proteção pública para enfrentar situações de vulnerabilidade social.

Em contrapartida, a família é vista como o próprio agente de proteção social, desempenhando papéis de proteção, cuidado e assistência, e, por fim, assumindo a missão de fortalecer as funções protetivas da família. No entanto, esse processo não vai além das fronteiras do familismo que sempre a caracterizou (Teixeira; Silva, 2020). Mioto e Dal Prá (2015) utilizam a definição de Esping-Andersen (2000), na qual o familismo refere-se a visão em que as políticas públicas julgam, ou até mesmo insistem, que a responsabilidade central pelo bem-estar de seus membros deve ser assumida pelas unidades familiares, isentando o estado de sua responsabilidade.

Impende destacar que o familismo é entendido como uma inclinação na política social que visa reconhecer, preservar e fortalecer as expectativas sociais de que a família deve ser considerada o principal, insubstituível e eficaz *locus* da proteção social. Nesse contexto, a intervenção estatal é concebida como subsidiária e orientadora, com o propósito de potencializar as funções protetivas da família (Teixeira; Silva, 2020).

A ênfase na família como parceira primordial do Estado na divisão de responsabilidades reitera a assistência social como uma política pública de natureza familista. A assistência social é particularmente destacada nesse processo contraditório, às vezes reforçando o papel do Estado na oferta de políticas públicas e, portanto, assegurando os direitos sociais de seus usuários. Em outros momentos, demanda da sociedade, principalmente da família, uma parceria que amplifica seu papel crucial na proteção, especialmente no âmbito privado (Teixeira; Silva, 2020).

O foco na família nas políticas sociais é crucial, porém, essa abordagem deve se orientar em direção à inclusão social, em vez de reforçar papéis tradicionalmente divididos por gênero ao longo da história e cultura. Além disso, é fundamental oferecer uma rede intersetorial de serviços para assegurar a vitalidade familiar e prevenir rupturas e violações de direitos (Teixeira, 2015).

Quanto à Política de Assistência Social, Teixeira e Silva (2020) referem que entre avanços e retrocessos, ela adota uma perspectiva familista - uma tendência que fortalece a responsabilidade familiar, naturaliza as funções protetivas das famílias e desconsidera o impacto das vulnerabilidades e das mudanças contemporâneas. Essa abordagem está intrinsecamente presente nas concepções da política de assistência social e reflete nas ações implementadas pelo governo. O próprio conceito de trabalho social com famílias, o objetivo de ampliar a função protetiva da família conforme delineado pelo PAIF e a definição de família apresentada nas normativas do programa, estão impregnados de características familistas.

Além do PAIF, a estruturação do SCFV pressupõe uma abordagem que busca, em certo grau, desvincular os membros familiares mais dependentes, proporcionando-lhes independência durante as horas em que são atendidos pelo serviço. Isso implica em apoiar a família por meio de ações socializadoras, reduzindo tanto o tempo quanto os custos associados ao cuidado familiar. A limitação na carga horária não consegue efetivamente promover a desvinculação familiar; pelo contrário, acaba gerando mais responsabilidades para os pais, que precisam levar e buscar os filhos em horários que muitas vezes coincidem com o trabalho formal ou doméstico, reforçando assim a sobrecarga, a natureza paliativa das ações e a orientação familista. Um ponto adicional a ser destacado está relacionado à definição do perfil dos usuários e à forma como esse serviço se articula com o PAIF, fortalecendo, dessa maneira, a lógica familista (Teixeira; Silva, 2020).

Santos (2017) refere que implementar ações voltadas para a proteção social das famílias não equivale a adotar uma abordagem familista ou a promover a familiarização da proteção social. Nem todas as práticas destinadas a atender às demandas familiares garantem a libertação dos indivíduos de privações materiais e sociais, principalmente quando se trata de proteções amplas às famílias, o que poderia resultar em uma perspectiva familista na proteção social.

Desse modo, é importante ressaltar que em nenhum momento se busca eliminar ou suspeitar do papel, dos deveres e das responsabilidades das famílias no que diz respeito ao cuidado de seus membros nas relações familiares. A análise dos elementos familistas na assistência social procura destacar como os padrões presentes nas políticas públicas podem reforçar níveis de opressão e desigualdade quando transferem indevidamente a responsabilidade da proteção social do estado e dos governos para as famílias (Santos, 2017).

3 VULNERABILIDADE SOCIAL

Castel (1997) propõe em seu modelo teórico que a inclusão dos cidadãos na estrutura social ocorre pela participação conjunta em dois domínios diversificados, sendo eles: o contexto laboral, com seus riscos e amparos, e o âmbito das relações próximas que englobam laços familiares, vizinhanças e outras interações sociais e comunitárias que oferecem segurança e proteção ao indivíduo. Com base nesse enfoque, a posição social dos sujeitos dentro dessa estrutura decorre da intensidade da sua inserção em cada um desses domínios.

Ainda, cada um desses campos pode envolver três graus de participação. Na esfera do trabalho, podem ocorrer inserções através de emprego estável (prazo longo de contrato com direitos e coberturas contra riscos sociais), ocupações precárias (contratos breves ou ausência deles, desvinculados de direitos e proteções) e ausência de inserção (condição de inatividade, seja por desemprego seja por incapacidade laboral) (Castel, 1997).

No que diz respeito às relações próximas, os indivíduos experimentam graus de participação que podem ser robustos, os quais são baseados em relações familiares sólidas ou laços estáveis com amigos e parceiros; frágeis quando os laços com a família são enfraquecidos, as amizades e parcerias são instáveis e inseguras ou ausência total de participação que refletem situações de isolamento social (Castel, 1997).

Vale destacar que o modelo de Castel (1997) apresenta uma estrutura analítica que ilustra como a interação entre o trabalho e as relações sociais próximas molda as posições sociais dos indivíduos em três zonas distintas: integração, desfiliação e vulnerabilidade. Em relação a zona de integração esta combina a participação do emprego estável com relações próximas fortes, a zona de desfiliação é caracterizada pela falta de emprego e isolamento social e a zona de vulnerabilidade é definida pela inserção precária no mercado de trabalho e a fragilidade nas relações próximas.

A vulnerabilidade social materializa-se nas situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciam contexto de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos) e/ ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de

pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras (PNAS/2004).

Embora a pobreza seja um fenômeno complexo com diversas facetas, optou-se por abordar sua relação com a renda. Em economias monetárias, como a brasileira, a falta de renda pode ser considerada, ao menos inicialmente, como um indicador de pobreza. A renda familiar é utilizada como um indicador do nível de bem-estar da família, uma vez que a capacidade de suprir as necessidades básicas - especialmente relacionadas ao consumo privado - está diretamente relacionada à renda. Considerando que a autoprodução e outras formas de consumo não-monetárias são pouco expressivas no consumo global, é possível afirmar que o acesso a alimentos, vestuário e habitação está diretamente relacionado à renda (Rocha, 2003).

3.1 Pobreza e Vulnerabilidade Social

O termo vulnerabilidade é utilizado de diversas formas para explicar diversos eventos. A pobreza, frequentemente, é uma característica utilizada para intensificar muitos dos eventos que envolvem a vulnerabilidade. Esse capítulo traz conceitos sobre vulnerabilidade e pobreza, conceitos estes que, muitas vezes, são utilizados como sinônimos, mas que possuem diferenças e se entrelaçam.

A vulnerabilidade tem relação com a situação de precarização do trabalho, bem como com a fragilização dos apoios relacionais (Castel, 1997). De acordo com Moser (1998), nem todas as pessoas em situação de vulnerabilidade são pobres, mas as pessoas pobres geralmente estão entre as mais vulneráveis.

Carmo e Guizardi (2018) descrevem que a vulnerabilidade ainda é um termo em construção, mas indicam a multiplicidade de fatores que determinam o fenômeno. Constatam que estes sujeitos possuem necessidades e demandas de diversas ordens, mas possuem capacidades que estão suscetíveis a um risco devido às situações de desigualdade e injustiça social. A pobreza não explica a vulnerabilidade, mas a ausência ou insuficiência de renda é uma categoria que equaciona mais amplamente a problemática.

Segundo Pizzio e Silva (2016) as pessoas em situação de vulnerabilidade social

são privadas das necessidades humanas básicas. Conforme esses autores são necessárias ações para garantir o acesso a bens e serviços para a superação dessa situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, Souza (2016) defende que os gestores públicos precisam ver a dignidade a nível social, não de forma isolada, somente o indivíduo, mas ele participando de uma comunidade. Com isso, após o cidadão ter suas necessidades básicas supridas (água, alimentação, vestuário, saúde) é que ele irá pensar nos demais direitos de natureza social (educação, cultura, trabalho, lazer). Faz-se necessário referir que a Lei Orgânica de Assistência Social (Brasil, 1993) descreve em seu artigo 1º que a assistência social é um direito do cidadão e dever do estado, que deve prover os mínimos sociais através de ações de iniciativa privada, garantindo o atendimento às necessidades básicas.

Em relação à pobreza, Mustafa *et al.* (2017) abordam uma concepção de pobreza focada na renda insuficiente para manter o mínimo necessário. Em contrapartida, Fahel e Teles (2018) trazem que a pobreza medida somente pela situação da renda é insuficiente para perceber todas as necessidades dos mais pobres, que envolve as mais variadas dimensões como educação, saúde, emprego, entre outros.

Sen (2010) defende que a pobreza e tirania, a carência de oportunidades econômicas e a sistemática degradação social, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência de Estados repressivos são fontes de privação de liberdade que interferem no desenvolvimento das pessoas. O referido autor traz a importância de examinar essas privações, pois elas interferem diretamente no que se refere à violação de outros tipos de liberdade.

Ainda, no que diz respeito às liberdades, Sen (2010), refere que existem 5 tipos distintos, sendo elas: “1) liberdades políticas, 2) facilidades econômicas, 3) oportunidades sociais, 4) garantias de transparência e 5) segurança protetora” (Sen, 2010, p. 25). Nesse sentido, cada uma dessas diferentes liberdades auxilia a promover a capacidade geral do ser humano.

Nessa mesma lógica, Zimmermann (2009) refere que a vulnerabilidade não necessariamente significa estar sujeito à fome, mas sim, está ligado a diversas mazelas sociais. Ainda, Freitas *et al.* (2017) evidenciam que a pobreza é muito complexa, devendo considerar os diversos aspectos envolvidos na produção da vida, tais como o acesso à terra, aos serviços de saúde, à água, ao emprego digno, à

educação inclusiva e à superação das desigualdades sociais, de gênero e das minorias étnicas e religiosas.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, define que o conceito de pobreza multidimensional engloba várias privações, dentre elas: saúde, trabalho e educação precária, ameaça de violência, falta de empoderamento, más condições de habitação, de acesso à energia elétrica e água, dentre outros. Tudo isso, vai muito além da renda, é uma série de informações e situações vivenciadas diariamente pelas pessoas em condição de pobreza (PNUD, 2019).

Gomes e Pereira (2005) afirmam que a situação socioeconômica contribui de forma significativa para a fragilidade familiar. A pobreza, a falta de perspectiva e melhoria de qualidade de vida, a miséria, impõe a todos os familiares uma luta desigual para a sobrevivência humana. Pode ser realizado uma comparação com a teoria que o psicólogo Abraham Maslow (1974) propõe, teoria hierárquica de necessidades, o que resultou na pirâmide de Maslow. Essa pirâmide possui cinco níveis de necessidades, sendo elas: fisiológicas, proteção e segurança, pertença/sociais, estima/respeito/amor-próprio e liberdade para o pleno desenvolvimento. Para Maslow (1974) apenas depois das necessidades básicas estarem satisfeitas, ascende a próxima hierarquia para então buscar as satisfações mais elevadas e mais complexas. Nesse sentido, todas as necessidades estão interrelacionadas com o estado de satisfação ou insatisfação umas das outras.

Figura 2 - Pirâmide de Maslow



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024 (com base na Teoria de Maslow, 1974).

Assim sendo, Souza (2016) defende que os gestores públicos precisam ver a dignidade a nível social, não de forma isolada, somente o indivíduo, mas ele participando de uma comunidade. Por conseguinte, posteriormente ao cidadão ter suas necessidades básicas supridas (água, alimentação, vestuário, saúde) é que ele irá pensar nos demais direitos de natureza social (educação, cultura, trabalho, lazer).

Corroborando com essa definição, Gonçalves *et al.* 2015 reforçam que antes a pobreza era definida apenas pela incapacidade de subsistência, sendo considerada como sobrevivência física. Entretanto, ocorreu uma ampliação do significado da pobreza, abarcando outras necessidades básicas que vão além da alimentação, a pobreza multidimensional, incluindo também saúde, moradia, educação e diversos outros aspectos.

Os autores ainda afirmam que:

Os diferentes elementos que compõem a pobreza (alimentação, saúde, moradia, energia elétrica, saneamento básico, educação, segurança, cultura, renda, vulnerabilidades, capacidade de organização, de mobilização, de realizar escolhas etc.) se combinam, em maior ou menor escala, e se retroalimentam, compondo o universo de vivência de inúmeras famílias no Brasil e no mundo (Gonçalves *et al.*, 2015, p. 7).

Cabral (2015) e Guadagnin, Moreira Neto e Vianna (2019) reforçam que o contexto sociocultural da pobreza expõe as pessoas a diversas situações de vulnerabilidade social, como gravidez na adolescência, maior exposição à violência, abuso de substância e adicção, entre outros. Ademais, Cabral (2015) relata que para trabalhar com sujeitos em contextos pobres, é importante observar a cultura e formação da comunidade, olhar para a realidade das famílias.

Brito, Pontes e Frota (2018) referem que a pobreza é um fator de risco para o desenvolvimento infantil, que afeta de forma negativa tanto as condições de educação quanto a saúde e, consecutivamente, para o alcance das oportunidades. Corroborando, Melo (2017) traz que a criança má nutrida terá menor rendimento escolar, além disso, precisará com maior frequência de serviços da saúde, bem como o acesso aos programas sociais. Com isso, é notório que todo esse contexto de miséria e fome não afeta somente o indivíduo, mas toda a sociedade.

Silva *et al.* (2019) indicam que a pobreza atinge de formas variadas as famílias, afetando tanto os pais quanto os filhos e, ao atingir as crianças, afetando seu desenvolvimento, traz para a família diversas dificuldades. Tendo em vista que com isso, pais e filhos, têm suas expectativas frustradas, gerando um alto nível de

estresse.

À vista disso, Mariucci e Cario (2020) destacam que as condições precárias de moradia e saneamento, a ausência de um ambiente familiar e os meios de subsistência inexistentes, compõem o estágio de risco social. Este se dá quando o indivíduo deixa de usufruir dos mesmos direitos dos outros em razão do desequilíbrio instaurado.

Nesse sentido, verifica-se a importância de olhar para as especificidades do território. Mariucci e Cario (2020) trazem que as situações de risco e vulnerabilidade ocorrem de forma bastante diferenciada, pois cada região tem suas particularidades, cada município tem realidades, estruturas, dimensões territoriais e populacionais distintas. Por isso, é importante avaliar as políticas de desenvolvimento regional, além disso, verificar as demandas dos segmentos e territórios mais vulneráveis, sendo muitos desafios para efetivar uma rede de proteção e promoção social.

Diante disso, frequentemente a pobreza está presente nas situações de vulnerabilidade social, tornando as pessoas ainda mais suscetíveis a este quadro. São diversas as condições que colocam as famílias em situação de vulnerabilidade e, nesse sentido, o território influencia de forma significativa nesse contexto. Por isso a importância de as políticas públicas considerarem essas variáveis na execução dos programas e serviços que tem como objetivo enfrentar as desigualdades sociais, bem como a diminuição da vulnerabilidade social.

3.1.1 Vulnerabilidade Social no Brasil

A pobreza é uma preocupação que assola o Brasil há muitos anos. Arretche (2015) narra que na década de 1970 havia altas taxas de pobreza em todo o território nacional. Havia uma igualdade em relação à pobreza, visto que a maioria dos municípios eram habitados por pobres. Em relação a produção de riqueza, era concentrada em poucos municípios nas regiões sul e sudeste.

Décadas mais tarde, conforme o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia do COVID-19 no Brasil (Rede Penssan, 2022) o povo brasileiro vem empobrecendo e enfrentando uma precarização da vida. As regiões com maiores índices de pobreza são as regiões norte e nordeste, nos

domicílios rurais do país. Também se verificou maiores incidências em residências em que a pessoa se declarou de cor parda ou preta, ou que eram mulheres. Nessa mesma pesquisa identificou-se que 30,7% dos domicílios brasileiros estão em situação de insuficiência alimentar, sendo que 15,5% relataram conviver com experiências de fome.

Percebe-se que a questão da pobreza nas regiões ainda continua sendo uma preocupação constante, pois a falta de renda traz consigo diversos problemas tanto individuais quanto para a sociedade. Sen (2010) postula que as pessoas que possuem mais liberdade melhorem o potencial individual para cuidar de si e influenciar o mundo. Essa desigualdade social faz com que uma parte da população seja privada de diversas formas, pois as pessoas que estão em situação de pobreza acabam não tendo as mesmas oportunidades e possibilidades que aquelas que são consideradas como a classe trabalhadora do país.

A Constituição Federal Brasileira define direitos sociais: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (art. 6º)” (Brasil, 1988).

Além da CFB, quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável² (ODS), o primeiro objetivo é erradicar a pobreza em todas as suas formas. Corroborando com isso, Gomes e Pereira (2005) afirmam que o quadro de miséria e pobreza no Brasil é uma preocupação permanente. O estado deve assegurar direitos para que as famílias possam garantir o desenvolvimento de seus filhos, mas os investimentos públicos estão cada vez mais vinculados ao desempenho da economia, afetando a área social. Ainda intensificam que com a redução do estado nas intervenções na área social, acabam por depositar na família uma sobrecarga insuportável visto a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que ela se encontra.

Em relação a ODS, o objetivo 1 é erradicação da pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, é importante destacarmos suas metas:

² Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são metas e representam uma convocação global com o objetivo de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, garantindo que todas as pessoas possam desfrutar de prosperidade e paz (ONU).

Quadro 1 - Metas do Objetivo 1 “Erradicar a Pobreza” da ODS.

Nº	Meta
11	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia;
12	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;
13	Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;
14	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;
15	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de Vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;
1a	Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do esforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;
1b	Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis ao gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

Fonte: Elaborado pela autora (2024), baseado nos ODS (ONU, 2024)

Em relação à erradicação da pobreza, Strapasson e Pamplona (2015) argumentam que as bolsas assistenciais são medidas paliativas, visto que a pobreza não se limita a um déficit econômico. Mas a pobreza traz uma multiplicidade de implicações, como consequências psicológicas das privações e do não desenvolvimento das capacidades pessoais. Nesse sentido, as autoras defendem que é necessário a visibilidade da participação política, o fortalecimento da identidade cultural, instrumentalizadas por políticas públicas voltadas para a educação.

Sen (2010) ressalta as consequências das privações e a importância do desenvolvimento das liberdades para o desenvolvimento das pessoas. Ele não nega que o baixo nível de renda se relaciona com o analfabetismo e as más condições de saúde, fome e subnutrição, mas alega que há outras influências sobre as capacidades básicas e liberdades efetivas que o ser humano pode desfrutar. Partindo disso, e pensando na erradicação da pobreza, Siqueira e Machado (2019), defendem que ela

possibilitaria a liberdade substantiva do indivíduo, pois as facilidades econômicas propiciaram a utilização de recursos para produção e consumo, bem como, as oportunidades sociais auxiliam na prática de uma vida saudável, influenciando a participação nas esferas sociais e políticas.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, sendo marcado por níveis extremos de diferença de renda, os 10% mais ricos captam 59% do total da renda nacional, ficando apenas 10% para a metade inferior da população. Em 2021, no Brasil, 1% da população mais rica possui cerca da metade da riqueza, sendo que 50% da população mais pobre detém menos de 1% do total da riqueza nacional (Chancel *et al.*, 2022).

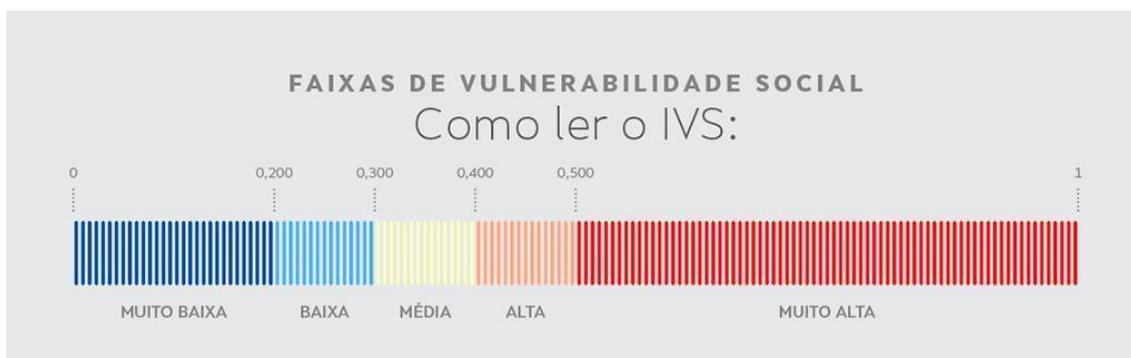
Entre 2021 e 2022, conforme o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, a insegurança alimentar moderada aumentou em 4% e a grave aumentou em mais de 6% em relação ao primeiro inquérito realizado em 2020. Em relação ao sul, a insegurança alimentar de moderada a grave chega a mais de 20% da população, o que significa que essas pessoas têm restrição alimentar chegando a faltar alimentos na mesa (Rede Penssan, 2022).

Para compreender melhor a realidade das populações vulneráveis e medir a Vulnerabilidade Social foi criado em 2015 pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), um indicador com o objetivo de identificar as falhas de oferta, por parte do poder público, de alguns “ativos” em locais do território brasileiro, os quais deveriam estar à disposição de todos os brasileiros. Este indicador teve por objetivo complementar as informações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em resumo, o objetivo deste indicador é oferecer à sociedade instrumentos de análise e compreensão das desigualdades socioespaciais (IPEA, 2023).

O Índice de Vulnerabilidade Social - IVS é dividido em 3 subíndices: I) Infraestrutura Urbana, II) Capital Humano e III) Renda e Trabalho, os quais representam grupos de ativos, cujo acesso a eles determina a situação de bem-estar da população avaliada. Ainda, o IVS utiliza uma metodologia baseada em uma média aritmética dos 3 subíndices, possuindo o mesmo peso para o cálculo final do índice. Além disso, cada dimensão do índice possui alguns indicadores, sendo o IVS Estrutura Urbana com 3 indicadores, o IVS Capital Humano tem 8 indicadores e o IVS Renda e Trabalho contém 5 indicadores. Portanto, o IVS é o resultado da seleção de 16 indicadores (IPEA, 2023).

O Índice de Vulnerabilidade Social - IVS é avaliado entre os valores de 0 a 1, sendo que os valores mais próximos do 1 significam que a vulnerabilidade social é muito alta (faixa vermelha). Abaixo segue a figura para melhor elucidação.

Figura 3 - Faixa do IVS



Fonte: (IPEA, 2023)

A Tabela 01 aponta o Índice de Vulnerabilidade Social das 5 regiões brasileiras: norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste nos anos de 2010 e 2020.

Tabela 1- IVS Regiões Brasileiras

Região	2010	2020 ³
Norte	0,438	0,276
Nordeste	0,408	0,303
Sudeste	0,299	0,234
Sul	0,230	0,186
Centro-Oeste	0,304	0,240
Brasil	0,326	0,241

Fonte: IPEA (2024)

Entre as cinco regiões brasileiras, a região Nordeste possui as piores taxas em diversos componentes do IVS que resultaram numa situação de maior de

³ O Índice de Vulnerabilidade Social - IVS do ano de 2020 não possui avaliação em 5 (cinco) indicadores, sendo eles: os 3 indicadores que compõem o IVS Infraestrutura Urbana, percentual de crianças de 05 a 10 anos que não frequentam escola que compõem o IVS Capital Humano e o indicador taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade do IVS Renda e Trabalho.

vulnerabilidade, são eles: mortalidade até 01 ano de idade (19,49%), mães chefes de família sem ensino fundamental completo com filhos menores de 15 anos (9,97%), analfabetismo (11,39%), crianças em domicílio com nenhum morador com ensino fundamental completo (8,83%), pessoas de 15 a 24 anos que não trabalham nem estudam e possuem renda *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (de 2010) (19,07%), pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010) (40,36%), taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade (16,81%), pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal (35,55%), pessoas em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos (1,99%). Essas taxas mais elevadas, entre as cinco regiões, é o que faz com que tanto o IVS Capital Humano (0,291) quanto o IVS Renda e Trabalho (0,417) sejam os piores na região Nordeste, resultando na região com maior vulnerabilidade do Brasil (Ipea, 2020).

A vulnerabilidade social interfere na qualidade do bem-estar social, que está intrinsecamente vinculado a diversos elementos interligados, como a presença simultânea de serviços e políticas públicas de um território. Nesse sentido, os serviços de saúde podem não se traduzir eficazmente em um aumento de bem-estar, mas é preciso estarem conectados a condições dignas de moradia, saneamento básico adequado, oportunidades educacionais acessíveis e um sistema de transporte público adequado (Costa *et al.*, 2018).

Considerando que a população do Brasil é de 203.080.756 habitantes (IBGE, 2022b), um total de 98.200.609 pessoas possuem cadastro único, o que corresponde a 48% da população brasileira (Brasil, 2023). Nesse sentido, quase 1/2 da população brasileira se encontra em situação de vulnerabilidade social. Pode-se relacionar isso com o objetivo 10 da ODS que é a redução das desigualdades, visto que os 10% dos mais ricos detêm 40% da renda global e os 10% dos mais pobres recebem apenas entre 2% a 7% (PNUD, 2022).

Em relação a ODS, o objetivo 10 é reduzir as desigualdades no interior dos países e entre os países, é importante destacarmos suas metas:

Quadro 2 - Metas do Objetivo 10 “Redução das Desigualdades” da ODS

Nº	Meta
11	Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional;
12	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;
13	Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;
14	Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade;
15	Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações;
16	Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas;
17	Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas;
1a	Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC;
1b	Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais;
1c	Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessa com custos superiores a 5%.

Fonte: Elaborado pela autora (2024), baseado nos ODS (ONU, 2024).

Siqueira e Machado (2019), declaram que as políticas de transferência de renda buscam, direito mundialmente reconhecido e previsto na CFB de 1988, buscam diminuir as desigualdades sociais e erradicar a pobreza e a fome. Junto a isso, é importante avaliar todas as metas do objetivo 10 da ODS em que prevê ações que vão muito além da transferência monetária, indo ao encontro do que Sen (2010) afirma: que há um contingente de situações entre a desigualdade de renda e desigualdade em outros espaços relevantes, que afetam as desigualdades de vantagens individuais, influenciando nas liberdades substantivas.

3.1.3 Vulnerabilidade no Rio Grande Do Sul

O Rio Grande do Sul é um estado da região sul do Brasil. Possui área total de 281.707,15 km², contando com 497 municípios. O RS dispõe de indicadores sociais positivos no contexto brasileiro, sendo um dos estados com melhores qualidade de vida do país (Rio Grande do Sul, 2022). O Sul é a região com menor Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. A Tabela 02 refere sobre o IVS dos estados da região sul:

Tabela 2 - IVS dos Estados da Região Sul

Estado	2010	2020
Paraná	0,252	0,188
Santa Catarina	0,192	0,128
Rio Grande do Sul	0,234	0,212

Fonte: IPEA (2024)

Em relação ao Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, os estados do Paraná e Santa Catarina tiveram o mesmo decréscimo em relação à vulnerabilidade social. Entretanto, o Paraná melhorou os índices relacionados à infraestrutura urbana (0,217-0,163) e capital humano (0,298-0,175) e Santa Catarina melhorou o capital humano (0,253-0,138) e renda e trabalho (0,194-0,145). No Rio Grande do Sul ocorreu um aumento da vulnerabilidade em relação à infraestrutura urbana (0,170-0,239) e uma melhora no índice de capital humano (0,300-0,169).

No que se refere aos municípios do estado do Rio Grande do Sul, Lazaretti, Teixeira e Oliveira (2019) identificaram que, praticamente, 80% deles apresentam alta vulnerabilidade à pobreza com base no percentual de nascimentos entre as faixas de renda e de educação mais baixas, destacando-se os municípios de Itacurubi, Jari, Pinhal da Serra, Santa Rosa e Barra do Ribeirão, sendo este último o único que o setor agrícola não é a principal atividade econômica. Além disso, os autores referem que, os municípios situados na Região da Serra Gaúcha e Porto Alegre, são caracterizados por uma vulnerabilidade à pobreza de nível médio.

Para reduzir a pobreza multidimensional precisa haver uma melhor distribuição dos recursos financeiros no estado do Rio Grande do Sul. Para isso é necessário que a administração pública adote políticas públicas direcionadas para a educação, comunicação e informação, trabalho e demografia e condições de moradia, dimensões que mais impactam a pobreza (Silva *et al.*, 2017).

Além disso, Kühn e Tonetto (2017) analisam de forma multidimensional a pobreza nos municípios gaúchos e, se considerar, não apenas os aspectos econômicos, as carências se manifestam em todas as regiões do estado. Em alguns municípios, mais de uma forma de privação demanda a atenção das políticas locais, revelando a fragilidade do sistema público em lidar com as reais necessidades da população.

Corroborando, Brites, Marin e Rohenkohl (2016) expõem que a população em situação de pobreza necessita que as políticas públicas se concentrem não apenas na melhoria de renda, mas também na educação, saúde, moradia, água potável e segurança, que são serviços essenciais. Os autores ainda defendem que os formuladores das políticas públicas precisam identificar as reais necessidades da população focando nas privações mais significativas. Além disso, é importante que a pessoa tenha acesso a todas as dimensões, ampliando sua liberdade e capacidades, permitindo o exercício pleno do direito à cidadania.

Lazaretti, Teixeira e Oliveira (2019) verificaram que é necessário implementar políticas públicas de educação e saúde nas regiões com maiores índices de vulnerabilidade à pobreza, especialmente direcionadas aos jovens de baixa renda e à população sem instrução. Os autores salientam que a ausência dessas políticas nesses locais pode resultar na perpetuação da pobreza e no aumento da desigualdade social.

Kühn e Tonetto (2017) destacam que no Rio Grande do Sul, o aumento dos beneficiários do PBF foi mais significativo em áreas com elevadas incidências de pobreza absoluta, mas representa uma pequena porcentagem em relação à população total. Os autores também observaram uma ligação positiva entre o acesso ao programa e alguns elementos essenciais no processo de desenvolvimento, como melhorias nas condições de moradia e fatores relevantes relacionados ao acesso ao conhecimento.

Importante destacar, que analisaremos os aspectos da vulnerabilidade social do município de Taquara, situado no estado do Rio Grande do Sul, objeto da atual pesquisa.

4 METODOLOGIA

Richardson (1999) defende que, ao estudar um fenômeno cientificamente, é importante que ele seja sentido, percebido e classificado, mesmo que seja algo de certa forma abstrata como a qualidade de vida. Nesse sentido, é necessário buscar comportamentos, características ou estímulos que representem esses conceitos. Minayo (2014) traz que não há um método (quantitativo ou qualitativo) melhor que o outro, mas o importante é que ele conduza o pesquisador a alcançar a resposta sobre a realidade social.

Em relação à metodologia utilizada na presente pesquisa, quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é qualitativa. Minayo, Deslandes e Gomes (2007) explicam que ela acaba por responder questões muito particulares ocupando um nível que não deveria ser quantificado. As autoras defendem que esse conjunto de fenômenos é parte da realidade social, “pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida” (Minayo; Deslandes; Gomes, 2007, p. 21).

Quanto ao tipo de pesquisa, o presente estudo é exploratório, com o objetivo de explorar a vulnerabilidade social. Conforme Gil (2008) a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, proporcionando uma visão geral acerca de determinado fato. Conforme Minayo, Deslandes e Gomes (2007) a pesquisa exploratória é aquela em que o investigador propõe um novo discurso interpretativo. No que tange a coleta de dados, será utilizado pesquisa documental em que são utilizados “documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza” (Vergara, 1998 p. 46).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é um estudo de campo que tem como objetivo levar para a prática empírica o que foi elaborado na primeira parte, a construção teórica. Essa fase pode ser realizada com entrevistas, instrumentos de observação, levantamento de material documental, entre outros ou uma combinação entre eles (Minayo; Deslandes; Gomes, 2007).

No presente estudo foi utilizado o método de amostragem não-probabilística por acessibilidade, de forma presencial, nos Bairro Empresa e Distrito de Pega Fogo, no município de Taquara, RS. Conforme Vergara (1998) a amostra por acessibilidade escolhe os elementos pela facilidade de acesso que tem deles. Os bairros, Empresa

e Pega Fogo, foram selecionados por se tratar de localidades da zona urbana e rural, respectivamente, com maiores índices de população em situação de pobreza, a partir da base de dados do Cadastro Único.

O universo da pesquisa foi representado pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) do município de Taquara. Conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania, em agosto de 2023 havia um total de 2.239 famílias no município de Taquara beneficiárias do PBF.

Para a atual pesquisa, a amostra não probabilística contou com 56 usuários do bairro Empresa e 02 famílias do Distrito do Pega Fogo. Conforme os critérios de inclusão, foi entrevistado o responsável familiar (pessoa detentora do cartão do PBF, responsável pelo Cadastro Único) e que deveria possuir, no máximo, ensino fundamental completo. Foram realizadas mais de 140 visitas domiciliares, mas algumas pessoas não quiseram participar da pesquisa, outras não eram beneficiárias do PBF, além de muitas residências não terem ninguém em casa, o que não foi possível acessar a família. Por este motivo, a amostra total da pesquisa foram 58 responsáveis familiares.

A coleta de dados foi realizada a partir da aplicação de um questionário sociodemográfico com 41(quarenta e uma) questões de múltiplas escolhas e 05 (cinco) perguntas abertas, as quais fazem parte da entrevista e cujas respostas foram gravadas. Antes do início dos questionários foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) o qual era assinado pelo participante. Destaca-se que a pesquisa teve aprovação do CEP, através do Parecer nº 6.174.989 (Apêndice A). As perguntas abertas têm o objetivo de levantar as dificuldades enfrentadas pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família PBF quanto às potencialidades dessa população.

No início da aplicação dos questionários foram realizadas 02 (duas) entrevistas teste como forma de verificar o formato das questões, se as mesmas estavam escritas contemplando o entendimento da população alvo. Nesse sentido, algumas questões foram corrigidas, a forma da escrita, para facilitar o entendimento dos usuários.

As entrevistas foram realizadas, inicialmente, pela mestrande e após por uma psicopedagoga que havia trabalhado durante anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, serviço ofertado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A profissional foi escolhida pois possuía experiência com o público-alvo, entendendo e conhecendo a dinâmica das famílias entrevistadas. Além disso, a

profissional foi devidamente capacitada para aplicação dos questionários e para o questionamento das perguntas abertas.

Em relação a aplicação dos questionários, foi observado, que em função da profissional conhecer a realidade vivenciada pelas famílias beneficiárias do PBF e por possuir uma escuta ativa, facilitou o aceite das famílias em participarem da pesquisa, bem como, a fluidez das perguntas. Contudo, a identificação com a população em situação de vulnerabilidade social é importante, pois gera aproximação com o usuário.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos beneficiários do Bolsa Família. As entrevistadoras locomoveram-se até os territórios mais vulneráveis do bairro Empresa, como as invasões, e realizavam visitas de casa em casa, buscando famílias beneficiárias do PBF. Com isso, foram efetuadas em média 120 visitas domiciliares, sendo 56 pessoas entrevistadas. As residências restantes ou não estavam em casa, eram beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (aposentadas) ou não eram beneficiárias do PBF, portanto não eram o público-alvo da pesquisa.

Em relação ao Distrito de Pega Fogo foram realizadas 18 visitas domiciliares, sendo entrevistados 02 beneficiários do PBF, 01 referiu que desde o início deste ano está com o benefício bloqueado e 01 beneficiária possuía ensino médio completo, critério de exclusão. Todas as outras visitas domiciliares ou não estavam em casa ou não eram beneficiários do Programa Bolsa Família.

Outro ponto a destacar é que a localidade do Distrito de Pega Fogo tem uma vasta extensão territorial, pois é dividido entre Pega Fogo Alto e Pega Fogo Baixo. Além disso, a pesquisadora não conhecia o distrito, o que dificultou encontrar as áreas de maior vulnerabilidade nesta zona rural.

No que se refere ao tempo de duração das entrevistas, foi em média 45 minutos, pois algumas famílias conversavam mais, sendo que outras eram mais sucintas. Os questionários testes foram aplicados em 01 de setembro de 2023, sendo o restante das entrevistas realizadas entre 15 de setembro a 09 de dezembro de 2023. Inicialmente, almejava-se entrevistar em torno de 100 beneficiários do PBF.

No momento em que as entrevistas eram realizadas, as mesmas eram transcritas e organizadas conforme o conteúdo das respostas. Foram relacionadas as categorias diante das respostas mais mencionadas, focando nos objetivos da pesquisa de analisar as dificuldades enfrentadas, analisar o suporte referente as

políticas públicas e identificar os elementos positivos, separando em duas grandes categorias – Dificuldades Enfrentadas e Potencialidades.

Além disso, tomando como base as dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, dividiu-se em subcategorias. Em relação a dimensão infraestrutura urbana, escolheu-se a subcategoria “saneamento/infraestrutura”; apoiando-se no capital humano definiu-se as subcategorias “saúde”, “educação”, “social”. Ainda, a partir da dimensão renda e trabalho sustentou a subcategoria “trabalho”, “oportunidades” e “sonhos”. A subcategoria “segurança” foi escolhida por ter forte influência em outras subcategorias.

Em relação ao número de participantes, em determinado momento da pesquisa, o conteúdo das respostas começou a se repetir, não apresentando nenhuma novidade ou nova categoria. Nesse sentido, e pelo prazo optou-se por finalizar o levantamento de dados.

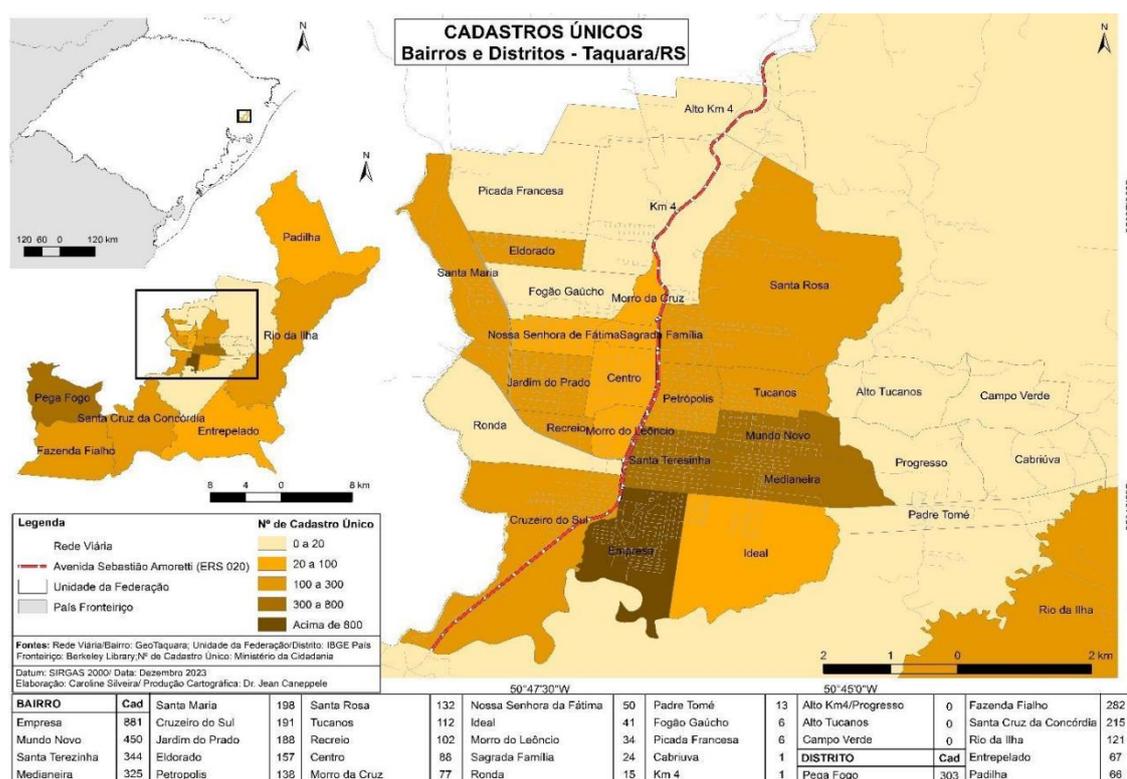
Quanto às dificuldades enfrentadas foram nominadas as seguintes categorias: saúde, educação, trabalho, saneamento/infraestrutura, segurança, suporte social. No tocante às potencialidades das famílias em situação de vulnerabilidade social, elencou-se as categorias: oportunidades, educação e sonhos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Caracterização do Cenário

Taquara é um município localizado na região do Vale do Paranhana, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. É considerado um município de médio porte, com população de 53.242 habitantes e área territorial 452.572 km² (IBGE, 2022). A população urbana do município é de 45.266 habitantes e na zona rural 9.377⁴ habitantes (IBGE, 2010), sendo a zona urbana composta por 25 bairros e 6 distritos situados na zona rural, conforme leis municipais de Taquara. A Figura 4 mostra o município de Taquara com a população que possui cadastro único dividido em bairros e distritos, mostrando a área territorial.

Figura 4 - Mapa de Taquara



Fonte: Prefeitura Municipal de Taquara, 2022.

⁴ Dados demográficos baseados no Censo de 2010. Ressalta-se que, até a data desta pesquisa (janeiro de 2024), os dados mais recentes do Censo de 2022 para esta área específica ainda não foram disponibilizados.

O município de Taquara possui uma localização geográfica estratégica, funcionando como um ponto de conexão entre áreas de relevância econômica no Rio Grande do Sul, abrangendo a Serra, o Litoral, a Região Metropolitana e o Vale do Rio dos Sinos. A economia do município é relativamente limitada, caracterizada pela escassez de indústrias. O setor predominantemente é o de comércio e serviços, resultando em uma dinâmica em que a população geralmente se desloca para trabalhar em municípios vizinhos da região (Bassan, 2017).

Em relação ao número de domicílios na zona urbana havia 15.262 e na zona rural 3.243, totalizando 18.505 domicílios no município. No que se refere ao abastecimento de água pela rede geral na zona urbana são 10.766 domicílios e rural 109, por poço ou nascente a população urbana é 4.471 e rural 3.074, e outra forma de distribuição rural 60 e urbana 25 domicílios. Já em relação ao destino do lixo, coletados os domicílios urbanos são 15.159 e rural 2.833, enterrados na zona rural 33 e urbana 5, jogado no meio ambiente urbano 10 e rural 8, queimado rural 337 e urbano 63 e domicílios que dão outro destino ao lixo urbano 25 e rural 32⁵ (DEE, 2010).

Taquara possui 14 Unidades Básicas de Saúde - UBS, sendo uma na zona central específica para crianças, 05 situadas na zona rural, 05 em bairros da zona urbana, 01 para atendimento a usuários de álcool e drogas e 01 para acolhimento de pessoas com transtornos mentais. O distrito de Entrepelado não possui posto de saúde. O município possui 01 hospital e dentre as 14 unidades de saúde, 01 posto é 24 horas em que todo o município pode acessar nos horários em que as UBS's estão fechadas. (IBGE, 2022).

No que concerne a internações, os indicadores mostram uma diminuição, sendo que em 2010 ocorreram 3480 e em 2020 somente 2716 internações. Podemos pensar que essa diminuição pode ter ocorrido em razão de que em 2010 havia 02 hospitais no município, sendo que em 2020 passou a ter apenas 01 hospital em Taquara. Em relação a leitos hospitalares em 2010 não havia nenhum, sendo no ano de 2020 constatou-se 82 leitos, sendo 69 leitos de internação e 13 complementares (DEE, 2020).

No que diz respeito aos índices da saúde, em 2010 ocorreram 193 óbitos em função das internações hospitalares. Esse número aumentou para 234 em 2020. Em

⁵ Dados demográficos baseados no Censo de 2010. Ressalta-se que, até a data desta pesquisa (janeiro de 2024), os dados mais recentes do Censo de 2022 para esta área específica ainda não foram disponibilizados.

relação a mortalidade por ano a taxa aumentou de 5,55% para 8,62% (DEE, 2020). Esse aumento pode estar relacionado à Pandemia do COVID-19 em que o número de mortes cresceu devido às complicações relacionadas à doença.

Conforme a Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2022) em relação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), analisando a evolução entre 2017 e 2022, Taquara obteve uma piora tanto no que se refere a mortalidade infantil (-65,5%) quanto nos nascidos vivos com baixo peso (-5,7%). A agenda 2030 que tem como objetivo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida das pessoas só será alcançada se os gestores municipais alinharem suas políticas públicas de acordo com os indicadores estabelecidos.

No que se refere à educação, o município de Taquara possui 61 escolas, sendo 11 escolas estaduais, 41 escolas municipais e 9 escolas privadas. Em relação às escolas estaduais, 10 possuem ensino fundamental, 5 possuem também ensino médio, 02 possuem concomitantemente educação de jovens e adultos e 01 tem. Inclusive, educação profissional, sendo 03 escolas na zona rural. No que concerne à educação municipal, 14 escolas são somente de educação infantil, sendo 03 na zona rural; 26 escolas possuem ensino fundamental, sendo 15 na zona rural, 03 escolas ofertam educação de jovens e adultos, sendo 01 voltada para pessoa com deficiência e apenas 01 escola municipal oferta ensino médio. Quanto às escolas privadas, 06 ofertam educação infantil, 04 de ensino fundamental, 03 de ensino médio, 01 de educação de jovens e adultos e 02 são destinadas à educação profissional, posto que todas estão situadas na zona urbana (INEP, 2024).

A Tabela 03 relaciona o número de famílias que possuem cadastro único no município de Taquara, com base no cadastro único de agosto de 2023, número de escolas e Unidades Básicas de Saúde separados por bairro e distritos municipais.

Tabela 3 - Município de Taquara

Território	Famílias com Cadastro Único	Famílias Beneficiárias do BF	Escolas Municipais	Escolas Educação Infantil Municipal	Escolas Estaduais	Postos de Saúde
Aimoré	2	0				
Cabriúva	1	0				
Centro	88	33	2**		1	1
Cruzeiro do Sul	191	80	1	1		
Eldorado	157	67	1	1		1
Empresa	881	449		3	2	1
Fogão Gaúcho	6	3	1			
Ideal	41	17				
Jardim do Prado	188	77	1		3	1
Km 4	1	0				
Medianeira	325	164	2	1		
Morro da Cruz	77	50				
Morro do Leôncio	34	25				1****
Mundo Novo	450	211	1	1		1
Nossa Senhora de Fátima	50	19				
Padre Tomé	13	8				
Petrópolis	138	55	2*	1		
Picada Francesa	6	2				
Recreio	102	61				
Ronda	15	7				
Sagrada Família	24	6				

Santa Maria	198	88	1	1		1
Santa Rosa	132	59	1	1	1	
Santa Terezinha	344	166		1	1	2***
Tucanos	112	53				
Distrito Entrepelado	67	27	1		1	
Distrito Fazenda Fialho	282	144	4	1		1
Distrito Padilha	66	26	1	1		1
Distrito Pega Fogo	303	171	3	1		1
Distrito Rio da Ilha	121	66	4		1	1
Distrito Santa Cruz da Concórdia	215	105	2		1	1
TOTAL	4630	2239	28	14	11	14

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

*AABB Comunidade
 ** Estaja
 *** Caps Saúde Mental
 **** Caps AD

Referente à Assistência Social, o município de Taquara possui a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania - SDSTC a qual é composta por um setor de Cadastro Único, um CRAS localizado na zona central. Ainda possui um CREAS, um Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRM), um Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) e um albergue. Além disso, o conselho tutelar, órgão autônomo, é ligado a SDSTC a qual também possui convênio com a Instituição de acolhimento para crianças e adolescentes, Lar Padilha, situada na zona rural de Taquara.

Em relação ao Cadastro Único, o município de Taquara, conforme dados de dezembro de 2023, possui 4.952 famílias cadastradas, totalizando 12.038 pessoas. Dessas, 2.148 famílias estão em situação de pobreza, 1.125 em situação de baixa renda e 1.679 com renda *per capita* mensal acima de ½ salário-mínimo. Em dezembro de 2023, 2.162 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (Brasil, 2023).

Em relação ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), conforme o IPEA, tem apenas referente os anos de 2000 e 2010 (dados completos). O último Censo foi realizado no ano de 2022, mas foram divulgados apenas dados parciais.

5.2 Caracterização dos usuários

Na atual pesquisa, o questionário sociodemográfico procurou identificar o perfil do responsável familiar, beneficiário do Programa Bolsa Família. Foram entrevistadas 58 pessoas, sendo 56 pessoas do bairro Empresa (zona urbana) e 02 pessoas do Distrito Pega Fogo (zona rural). Em relação ao gênero dos responsáveis familiares 98% eram do gênero feminino, sendo somente 01 pessoa do sexo masculino.

Esse dado vem ao encontro com a pesquisa realizada por Viganó e Gazolla (2020) que identificaram que mais da metade dos beneficiários são mulheres, o qual é um dos objetivos do Programa Bolsa Família – PBF. Importante destacar que nas visitas realizadas, normalmente, estavam na residência a mulher com seus filhos ou familiares mulheres, mostrando a “responsabilidade” da mulher no cuidado dos filhos.

Nesse sentido, também é importante referenciar que em função da rotina da mulher no cuidado com os filhos, casa e outras demandas diárias, é muito válido o benefício ser destinado a elas, pois é uma maneira de participarem do orçamento familiar. O benefício do PBF também ajuda a mulher na questão da autonomia, pois ela pode escolher ou gerenciar o valor da maneira como achar pertinente.

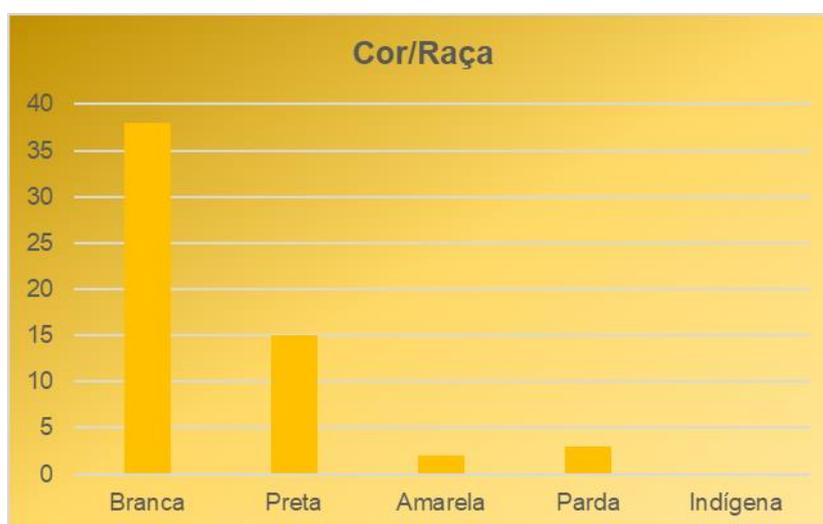
Relacionando a pobreza presente nas famílias em situação de vulnerabilidade social, Tecchio e March (2021) evidenciam em sua pesquisa que as políticas públicas voltadas para o enfrentamento da pobreza, como o PBF, geraram autonomia para as mulheres, afirmando que muitas delas tiveram a possibilidade de administrar o dinheiro.

No que se refere a idade dos responsáveis familiares, 12% possuem de 18 a 21 anos, 33% de 22 a 30 anos, 45% de 31 a 50 anos e 10% de 51 a 59 anos. Não foi entrevistada nenhuma pessoa acima de 60 anos. Pode-se identificar que 45% das beneficiárias do Bolsa Família possuem até 30 anos, todas com filhos e mais de 70% delas com mais de 01 filho.

Percebe-se que as mulheres beneficiárias do PBF têm filhos em idades precoces. Observou-se que de todos os entrevistados, apenas 2 deles residiam sozinhos, sem filhos e possuíam entre 30 e 50 anos de idade. Este resultado não elimina a possibilidade de não terem filhos, pois as questões que levantavam esta informação eram somente as perguntas “Quantas pessoas moram na casa? E quem são?”. Portanto, não tem como ter certeza de que estas famílias não possuíam filhos, pois eles poderiam não residir mais em casa.

O gráfico 05 refere-se a questão sobre cor/raça:

Gráfico 1 - Cor/Raça



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

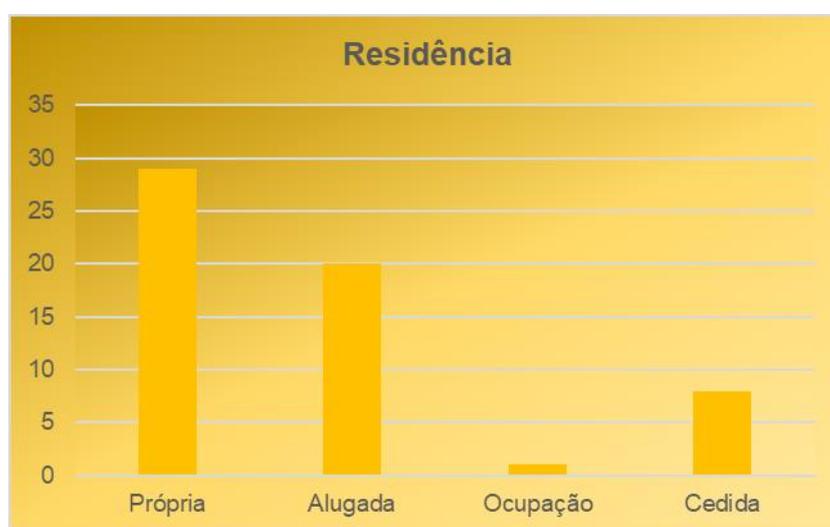
Acerca do questionamento de cor/raça, mais da metade dos entrevistados consideram-se brancos. Cabe destacar que conforme o Censo de 2022, Taquara possui 81% da população que se considera branca (42.251 pessoas). É importante salientar que quando a pergunta era realizada, muitas pessoas olhavam para sua cor de pele. No entanto, um fato observado era que as pessoas que se consideravam pretas tinham a cor da pele bem escuras, sendo visualmente consideradas negras. Mas, as pessoas que se consideram brancas, nem todas tinham a cor da pele bem clara, costumavam olhar para a cor do braço e, em seguida, em sua maioria, respondiam “branca”.

A meta 02 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 10 “redução das desigualdades” busca empoderar e promover a inclusão social, independente de vários fatores, sendo um deles a questão da raça. Nesse sentido, cabe reforçar que a

questão observada em relação a cor dos participantes, demonstra a importância de se trabalhar o pertencimento, o racismo e o preconceito. A própria PNAS/2004 relaciona a vulnerabilidade social com a questão da exclusão social vivenciada por indivíduos com fragilização de vínculos relacionados a discriminação por questão racial.

A questão sobre a residência mostrou, que em sua maioria, eram próprias, conforme o Gráfico 02:

Gráfico 2 - Tipo de Residência

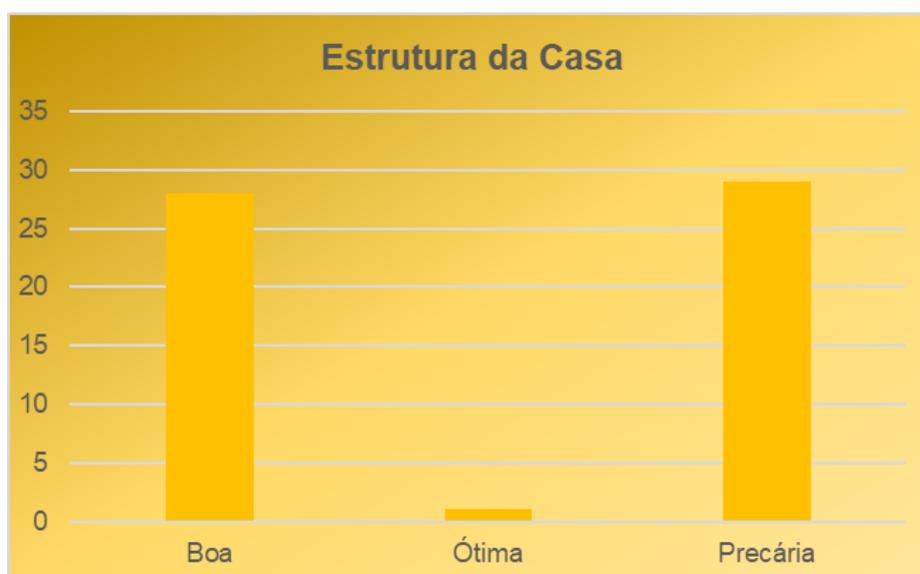


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As casas próprias eram casas simples, em sua maioria, construções feitas de madeira, sendo diversas delas com materiais reaproveitados. Muitas, de chão batido, com frestas entre as madeiras e poucos móveis. Mesmo as casas alugadas, em grande parte, também eram de madeiras simples ou madeira reaproveitadas. A média de cômodos foi de 4 peças por residência, sendo 1 residência com apenas 1 cômodo e duas com 7 cômodos.

Ainda sobre a questão da residência, foi questionado como eles consideravam as condições de sua casa, cujas respostas constam no gráfico 03:

Gráfico 3 - Estrutura da Residência



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação a pergunta sobre a estrutura da casa, as respostas ficaram entre boa e precária, apenas 1 pessoa respondeu que considerava ótima. Cabe relacionar a estrutura da casa com o observado das casas em relação às madeiras reaproveitadas e frestas nas paredes. Mariucci e Cairo (2020) referem que as condições de moradia precárias são consideradas risco social. Neste sentido, mesmo os entrevistados considerando uma boa estrutura de moradia, foi evidenciado o contrário, pois a maioria das residências eram muito precárias.

Assim, é válido refletir a individualidade do ser humano, pois possivelmente, para muitas pessoas, todas as casas seriam precárias. Cabe pensar na importância da política de assistência social, na questão de viabilizar direitos, pois as pessoas são olhadas a partir da realidade, cultura e vivências deles.

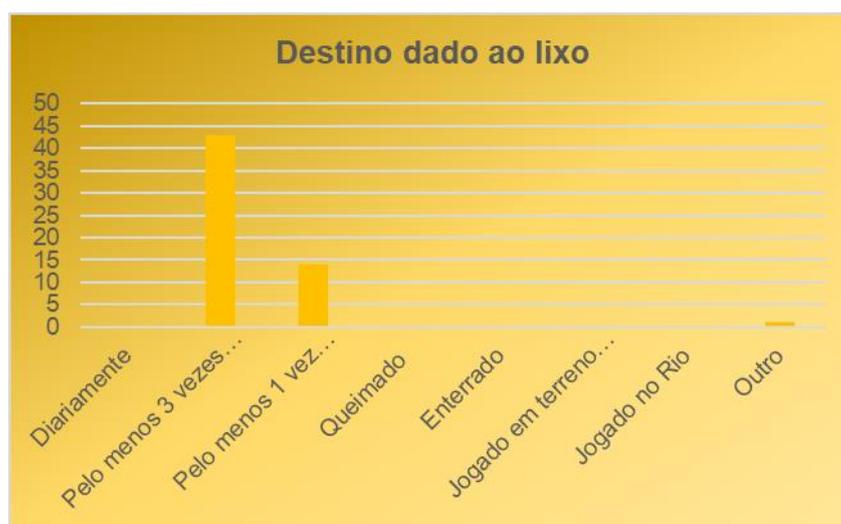
Além do tipo de residência e a estrutura dela, é necessário avaliar outros serviços essenciais como água canalizada (pergunta “esta residência tem água canalizada para pelo menos um cômodo?”). Analisa-se que em relação ao acesso a água canalizada em pelo menos um dos cômodos mais da metade dos entrevistados referiu possuir, mas 41% responderam não.

É necessário frisar que é um número alto dentro da população pesquisada, pensando que a própria Constituição Federal de 1988 prevê o direito à educação, saúde, moradia, lazer, entre outros. Todos esses direitos estão relacionados com o

acesso à água que é uma necessidade básica que todo o ser humano precisa para uma melhor qualidade de vida.

Além do acesso à água, é importante verificar o destino do lixo e energia elétrica, pois todos esses fatores influenciam a vulnerabilidade social. Essas questões são verificadas nos gráficos 04 e 05, respectivamente:

Gráfico 4 - Destino do Lixo



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quanto ao destino do lixo, 74% dos beneficiários do Programa Bolsa Família referiram que é coletado pelo menos 3 vezes na semana, o que pode ser considerado positivo. É relevante considerar que o bairro Empresa é o que possui maior número de habitantes do município e, mesmo sendo da zona urbana, não possui coleta de lixo diariamente, como é o caso da região central do município. Com isso, pode-se inferir que 3 vezes semanal é uma quantidade insuficiente, e por não haver coleta de lixo diariamente, os moradores buscam soluções alternativas.

É importante salientar que mesmo não sendo referenciado pelos entrevistados, em alguns territórios há locais de reciclagem (Imagem 1) e, mesmo com coleta de lixo diversas vezes na semana, encontra-se lixo depositado em locais públicos (Imagem 2).

Imagem 1 - Empresa de Reciclagem



Fonte: Foto tirada ao lado de uma beneficiária que residia em casa cedida.

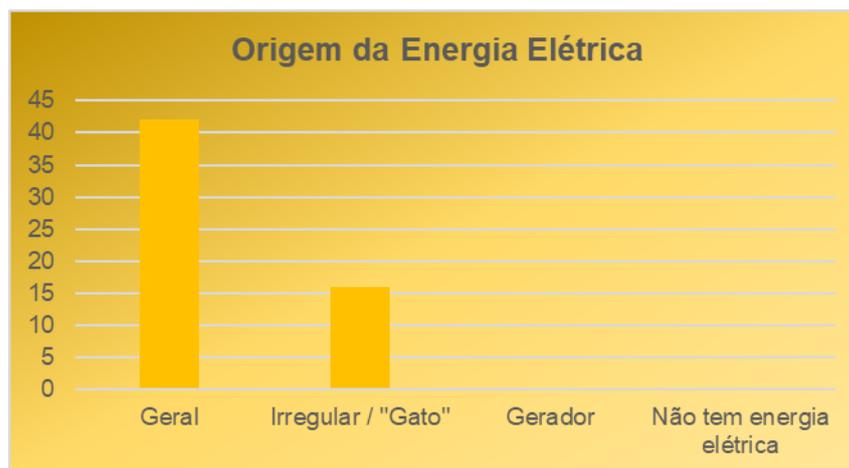
Imagem 2 - Lixo depositado em terreno baldio



Fonte: Foto tirada nos fundos de uma residência cuja casa era alugada.

Essas duas imagens expõem acúmulo de lixo, sendo a Imagem 01 um local que trabalha com reciclagem, cujo serviço é extremamente importante para o meio ambiente. Mas, a Imagem 02, mostra um acúmulo de lixo jogado em ambiente público, e que mesmo a coleta sendo realizada 3 vezes na semana evidencia-se lixo jogado em terreno baldio e não relatado pelos entrevistados.

Gráfico 5 - Energia Elétrica



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação a origem da energia elétrica, o gráfico 05 mostra que mais de 70% da população possui energia de forma regular, mas, quase 30% ainda possuem energia de forma irregular, o chamado "gato". Em algumas residências essa era a única forma de possuir energia elétrica em função da estrutura, em outros locais se relacionava a questão financeira da família.

Quanto a possuir internet na residência, um pouco mais de 60% das pessoas responderam ter acesso. Pensando que, atualmente, a internet é quase uma necessidade básica, pois através dela as pessoas estudam, procuram emprego, aproximam relações sociais, além de resolver diversas necessidades diárias, podemos considerar que quase 40% não ter acesso é um número relativamente alto devido à importância da internet na vida das pessoas.

Referente a água e a internet, um número significativo de entrevistados não têm acesso, o que implica na busca por alternativas, uma vez que são necessidades básicas que contribuem na melhoria da qualidade de vida. É legítimo relacionar essa evidência à pirâmide de Maslow (1974) em que refere que as pessoas precisam ter as necessidades mais básicas supridas para evoluírem para a próxima necessidade.

Boa parte da população pesquisada não tem as necessidades básicas supridas, isso dificulta a mudança sobre a realidade vivenciada diariamente.

Em relação à saúde, foi questionado se a família recebia visitas de agentes de saúde. Essa questão é relevante, pois os agentes de saúde auxiliam no acompanhamento da família e até mesmo em função de serem famílias beneficiárias do Bolsa Família, eles podem auxiliar na condicionalidade da saúde.

Percebe-se que 64% da população entrevistada não recebe visita dos agentes de saúde. Cabe informar que o bairro Empresa tem um território extenso dividido por microáreas, sendo que as microáreas atendidas pelos agentes são cobertas em sua totalidade, mas tem muitas áreas novas que não tem cobertura. Caso a rede, por algum motivo, identifique a necessidade, é solicitado pelo agente de saúde que cobre a área mais próxima para acompanhar a família encaminhada. Nesse sentido, observou-se que a maior parte das áreas vulneráveis não são acompanhadas pelos agentes de saúde. Também é válido referir que em determinados territórios do bairro, algumas famílias informaram que não recebiam visita, mas em alguns casos, uma ou outra família referiu receber. O que é possível inferir que, provavelmente, era uma família encaminhada por alguma demanda específica para ser acompanhada pelos agentes de saúde.

As entrevistas foram realizadas em áreas mais vulneráveis, que deveriam ser cobertas pelos agentes de saúde justamente pela vulnerabilidade territorial. Além disso, os beneficiários do Bolsa Família precisam manter as vacinas das crianças atualizadas, as gestantes precisam realizar o pré-natal é necessário acompanhamento do estado nutricional das crianças de até 7 anos, conforme a Lei nº 14.601/2023 (Brasil, 2023), e para isso a presença do agente de saúde é prioridade. Nesse sentido, as agentes de saúde seriam um importante ator no que se refere às condicionalidades do Bolsa Família. Eles poderiam durante as visitas acompanharem se os requisitos referentes à situação dos beneficiários do PBF estão em dia, e realizar orientação, caso houvesse necessidade.

Ainda se destaca que o Programa Bolsa Família é intersetorial, portanto, contempla a responsabilidade da educação, saúde e assistência social. Mas, identifica-se uma “falha” no sistema, pois os locais que deveriam ser beneficiados, justamente por serem mais vulneráveis, como algumas invasões, não recebem acompanhamento dos agentes de saúde.

Referente a educação, foi questionado se a família utilizava escolas do bairro que reside (Gráfico 6), se o responsável familiar frequentava escola e a escolaridade dele (Gráfico 7):

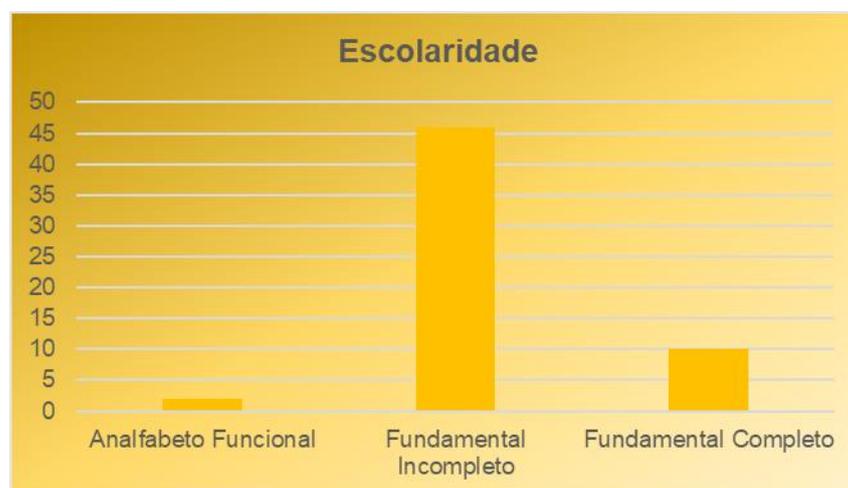
Gráfico 6 - Escolas do Bairro



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na questão da educação, apenas 21% das famílias não utilizavam as escolas do bairro, algumas referiram estar aguardando vaga na educação infantil. Todas as outras famílias ou utilizavam as estaduais ou as municipais ou as duas. O ensino fundamental e médio é ofertado, no bairro Empresa, apenas por escolas estaduais, sendo a educação infantil ofertada pelo município. Com isso, percebe-se que a maioria das famílias possuíam filhos em idade escolar de ensino fundamental ou médio, pois frequentavam as escolas estaduais.

Gráfico 7 - Escolaridade do Responsável Familiar



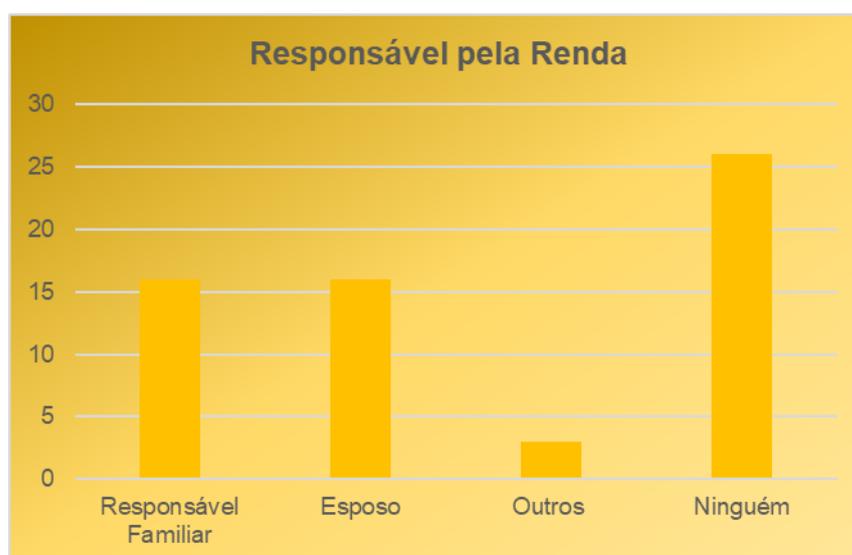
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação, a escolaridade do responsável familiar quase 80% possuíam ensino fundamental incompleto. Mas quando questionado se frequentavam escola, apenas 01 que tinha fundamental completo continuava estudando.

Observou-se que a maioria dos beneficiários do Programa Bolsa Família são mulheres com baixa escolaridade e, além disso, a maioria possui filhos. Com isso, pode-se inferir as dificuldades que as mulheres possuem na continuidade dos estudos, o que influenciará em toda a questão profissional. Esses dados corroboram com o que Viganó e Gazolla (2020) afirmam ser o Programa Bolsa Família gerenciado pelas mulheres com baixa escolaridade dos beneficiários que dificulta as oportunidades para o trabalho.

Os itens seguintes do questionário sociodemográfico são sobre a questão de trabalho, tanto atualmente quanto a situação pregressa. O Gráfico 08 demonstra as respostas referente à questão “Quem é o responsável pela renda familiar?”:

Gráfico 8 - Responsável pela Renda Familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Conforme o gráfico percebe-se que se unir o responsável familiar, esposo e outros integrantes da família são mais da metade da população entrevistada. Mesmo a resposta “ninguém” sendo o maior número, a grande maioria das famílias possuem renda além do benefício do Bolsa Família. Ainda considerando a resposta “ninguém”, interessante analisar que eles não consideraram nem o Bolsa Família nem outras formas informais como renda.

Cabe destacar que 22 mulheres relataram que trabalham, algumas sendo a responsável pela renda familiar, além disso em outras 19 famílias outros familiares

trabalhavam. Esse dado não confere com o gráfico, mas é importante salientar que havia quatro questões que faziam referência a renda, sendo elas: “quantas pessoas trabalham na casa”, “quem são”, “quem é o responsável pela renda familiar e qual a renda familiar” e “qual é sua ocupação (cargo ou função)”.

É relevante que os participantes, às vezes respondiam que determinada pessoa trabalhava ou informava sua atual função, mas declararam que não havia ninguém responsável pela renda. Essas divergências nas respostas geraram essa diferença do gráfico 08 para o total de pessoas que trabalham nas famílias.

Nesse sentido, percebe-se que um pouco mais de 70% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família possuem outras fontes de renda, não sendo o benefício a única renda familiar. O Gráfico 09 refere à ocupação do responsável familiar:

Gráfico 9 - Ocupação/Cargo/Função



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No que se refere ao questionamento da ocupação do responsável familiar, a grande maioria informou ou ser dona de casa ou estar desempregada. É importante salientar que muitas mulheres que responderam ser dona de casa ou desempregadas referiram ter renda provindas de faxinas, brechós, serviços manuais (calçados, artesanato, ...) além de “bicos” em restaurantes.

Nota-se que muitas mulheres trabalhavam, mas não se viam como força de trabalho, o que pode estar relacionado ao fato de trabalharem com serviços manuais em casa, ter uma renda baixa ou até mesmo por não trabalharem de carteira assinada

ou por considerarem a função como subempregos. Destaca-se o que Castel (1997) denomina de zona de vulnerabilidade a inserção precária no mercado de trabalho.

A situação de vulnerabilidade social dos beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF relacionada com a dificuldade das beneficiárias de se perceberem como trabalhadoras, pode-se conectar com a inserção precária do trabalho. Também se associa com a questão da responsabilidade que as mulheres têm dos filhos, da casa, sendo uma rotina diária exaustiva.

Os compromissos que as mulheres possuem com a rotina diária dos filhos, bem como a organização da casa, a baixa escolaridade, a falta de experiência profissional dificulta perceberem a importância do trabalho que gera renda. Muitas vezes, essa renda não é tão significativa em termos de valores, mas é relevante que ela se perceba como força de trabalho, pois além de ser uma experiência profissional e um trabalho digno, é uma forma de empoderamento, bem como, autoestima.

Dessa forma, vale enfatizar que a média dos valores recebidos pelo trabalho nas famílias que possuem outra renda é de R\$1.092,49, sendo o menor valor informado de R\$20,00 e o maior valor de R\$3.700,00. Em relação ao benefício do Bolsa Família o valor médio recebido foi de R\$806,96, visto que a família com menor benefício respondeu receber R\$280,00 e a com maior benefício o valor de R\$1.300,00. Portanto, o valor médio de salário é maior do que o valor médio do BF.

Em relação a atual situação de trabalho, a grande maioria das pessoas responderam outros, como mostra o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Atual Situação de Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quando questionadas sobre a atual função de trabalho, 9 mulheres responderam que serviços manuais como trabalhos com calçados e artesanato, o qual é válido destacar que é pouco remunerado. A grande maioria, 38 pessoas referiram outros tipos de trabalho, sendo: 18 donas de casa, 17 desempregadas, 2 em benefício ou doença, 1 que trabalhava de forma irregular em um mercado.

Enfatiza-se novamente a dificuldade de nomear a sua função, pois no gráfico referente ao questionamento da sua ocupação, apenas 10 responderam desempregadas, e mais de 30 nomearam-se donas de casa. Isso mostra o quanto é confuso para a mulher saber se as atividades que realiza no dia a dia é um trabalho, ou por elas estarem em casa são donas de casa, ou por não estarem trabalhando de forma regular são desempregadas.

Vale refletir no quanto a pressão social influencia tanto na percepção individual quanto na social. Pois para muitas pessoas, estar em casa significa ou estar desempregada ou ser “do lar”. A sociedade demanda que a mulher trabalhe para auxiliar na situação financeira, mas também esteja presente na vida dos filhos, bem como nos afazeres domésticos.

Essas exigências, sejam elas conscientes ou inconscientes, interferem na compreensão individual. Afinal, se a mulher fica em casa com os filhos e cuidando dos afazeres domésticos, ou ela está desempregada ou ela é dona de casa. Não se considera todo o trabalho que a mulher tem durante o dia com todas essas funções, bem como é um serviço não remunerado e desvalorizado.

Também foi questionado no que a pessoa trabalhava antes de sua atual função (Gráfico 11). Essa questão, inicialmente buscava entender se as pessoas já haviam trabalhado de forma regular, pois isso interfere diretamente na inserção no mercado formal de trabalho.

Gráfico 11 - Situação Anterior de Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação à situação anterior de trabalho, revelou-se que mais de 60% dos beneficiários trabalhavam com carteira assinada. Quando se pensa em beneficiários do PBF, é comum a sociedade pensar que são pessoas que não gostam de trabalhar, que nunca trabalharam, que tiveram diversos filhos para “viver à custa do governo”.

Nesse sentido, essa questão revelou uma situação bem diferente do que se costuma ouvir tanto dos trabalhadores da assistência social quanto das pessoas da comunidade. Apenas 8 pessoas responderam que nunca trabalharam, sendo uma delas com idade entre 31 e 50 anos, todas as outras possuíam idade entre 18 e 30 anos, portanto mulheres jovens.

Ainda cabe referir que por serem jovens e possuírem filhos, possivelmente pequenos, são mulheres que estão em casa cuidando dos filhos, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho. Mas, 37 mulheres responderam que trabalhavam de carteira assinada, sendo este fato a considerar pois, por algum motivo, saíram do mercado formal, não conseguindo mais retornar a ele.

Além disso, 10 pessoas trabalhavam sem carteira assinada e somente 3 estavam desempregadas. Isso mostra o esforço das mulheres no que se refere ao trabalho. Quanto a pensar o que faziam anteriormente, não houve dificuldade na resposta, demonstrado no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Antiga Função



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Percebe-se que mais da metade dos entrevistados considerava-se trabalhadores manuais, o que possivelmente relacionam-se com fábricas e ateliês de sapatos, pois a região é muito conhecida pela indústria calçadista. Muitos ateliês costumam entregar serviços nas casas, tendo contratos informais.

Scortegagna e Oliveira (2020) expõem que após a industrialização, os trabalhadores eram vistos apenas como um objeto que poderia ser controlado e facilmente descartado, gerando incertezas no trabalho. Atualmente, essa visão do trabalhador como um mero objeto continua, pois a pessoa é vista somente como mais uma mão de obra que pode ser “facilmente” substituída, principalmente em função dos altos índices de desemprego.

Nesse sentido, relacionando os gráficos 09, 10, 11 e 12 consegue-se comparar com o que Scortegagna e Oliveira (2020) referem, tanto na percepção do ser humano como objeto controlado de trabalho quanto na substituição. Ademais, analisa-se a baixa escolaridade sendo mais um componente que dificulta o retorno ao mercado de trabalho. Além disso, cabe relacionar com o fato de como essas mulheres se enxergam, pois por não estarem trabalhando formalmente não conseguem se ver como força de trabalho, o que também pode-se inferir na interferência das características que permanecem pós industrialização.

Ainda, se as beneficiárias do PBF não percebem seu potencial na questão do trabalho, influenciará em sua autoestima, afetando sua área profissional. Dessa maneira, é legítimo investigar de forma mais profunda a questão da maioria dos

beneficiários do PBF não trabalhem de maneira formal, pois observa que existem diversos fatores relacionados que interferem nesse aspecto.

Outra pergunta realizada sobre a questão profissional é referente à contribuição para o Instituto Nacional de Segurança Social - INSS. Foi questionado se havia contribuído para a Previdência Social, o qual os participantes que informaram, em algum momento na vida, ter contribuído para o INSS somaram quase 70% das pessoas entrevistadas. Se associar esse resultado com o Gráfico 11, é possível afirmar que as pessoas que contribuíram para o INSS foram as que trabalhavam com carteira assinada, além de duas pessoas que referiram trabalhar de forma irregular e uma que estava desempregada.

O tempo médio de contribuição foi de 49,3 meses, sendo 1 mês a pessoa com menor tempo de contribuição e 192 meses a com maior tempo. Constata-se aqui uma disparidade muito grande entre os meses de contribuição, sendo que 16 pessoas das 40 com contribuição, contribuíram por 12 meses ou menos.

Entre as pessoas com pouca contribuição, metade delas possuem de 18 a 30 anos, sendo consideradas jovens para o mercado de trabalho. Dessa forma pode-se pensar que essas mulheres ainda podem retornar ao trabalho formal. É legítimo pensar na importância da contribuição para o INSS em razão da aposentadoria, pois o mínimo são 15 anos de contribuição e idade mínima de 60 anos para mulheres.

A outra metade das mulheres com pouca contribuição possuem de 31 a 59 anos. Pensando na questão dos 15 anos, ainda faltaria no mínimo 14 anos para poderem solicitar aposentadoria, o que para algumas que possuem uma idade mais avançada fica difícil de visualizar, não esquecendo que o público são pessoas beneficiárias do PBF, portanto, uma população vulnerável. Nesse sentido, cabe destacar que se o idoso (acima de 60 anos) não tiver tempo de contribuição pode solicitar o Benefício de Prestação Continuada - BPC apenas com 65 anos, sendo ainda considerada dependente de um benefício de transferência de renda.

Desse modo, é adequado trabalhar com a população em vulnerabilidade a questão de projeção para o futuro, pois culturalmente não planejamos o futuro. Além disso, soma-se que as pessoas em vulnerabilidade social possuem demandas diárias para conseguirem prover as necessidades básicas.

Foi questionado aos entrevistados se a pessoa procurava emprego, caso ela respondesse não como resposta, era questionado o motivo. A tabela 04 específica os motivos pelos quais os participantes não buscavam novas oportunidades. Essa

questão é considerável, pois apresenta algumas dificuldades enfrentadas pela população em situação de vulnerabilidade social no que se refere à busca de emprego.

Tabela 4 - Motivos por não procurar emprego

Motivo	Quantidade
Cuidado dos filhos	23
Cônjuge não quer que trabalhe	1
Incapacidade física, mental	6
Muito jovem para trabalhar	0
Não deseja trabalhar	0
Acredita que não conseguirá emprego	0
Outro	9

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação à busca por emprego, mais de 65% dos participantes responderam que não. Avaliar essa resposta pelo simples viés de sim ou não faz pensar que os beneficiários do PBF não querem trabalhar. Por isso, ressalta-se a importância de avaliar os motivos pelos quais eles não buscam oportunidades profissionais, conforme especificados na Tabela 04.

A tabela revela que mais da metade das pessoas justificam que não procuram emprego por causa do cuidado com os filhos. Novamente considera-se a responsabilidade e a priorização que as mulheres têm com os filhos.

Cabe considerar que as mulheres têm o desejo de trabalhar, mas as demais tarefas diárias e outros fatores, não permitem que busquem emprego. Alguns respondentes, quando levantaram as questões relativas aos filhos, tinham como motivação uma situação de doença ou do responsável ou do filho. Além disso, a questão de outros motivos, diz respeito a mulheres que estavam gestantes, com problemas psicológicos ou, em sua maioria, estavam trabalhando de maneira informal, não percebendo a necessidade de procurar emprego.

Em relação a amostra deste estudo, nesta delimitação geográfica, as respostas mostraram-se contrárias ao que Medeiros e Santos (2016) referem em sua pesquisa, de que o benefício do Bolsa Família contribui para que o indivíduo não busque emprego, tampouco qualificação profissional. Se analisar o simples não, podemos

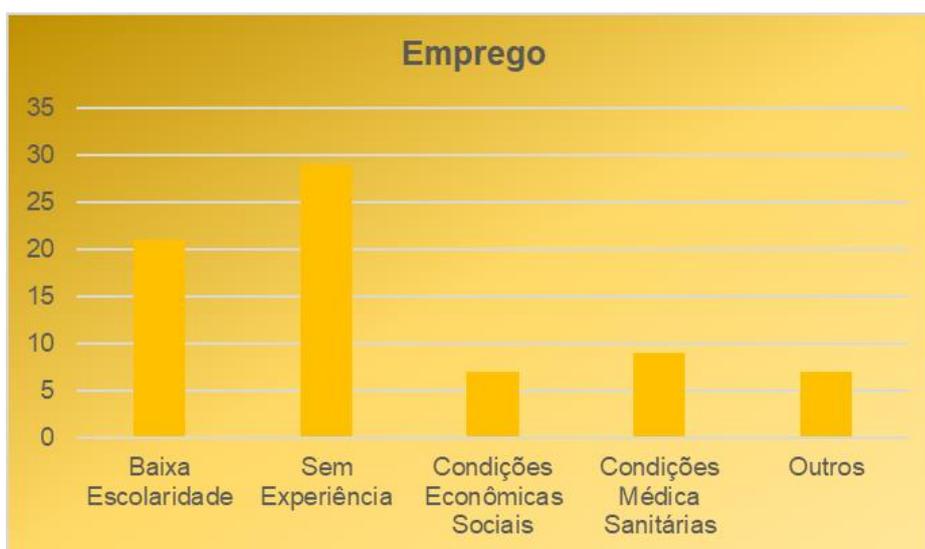
concordar com os autores, mas cabe explorar de forma mais profunda as respostas dos usuários, pois ponderar a questão profissional tem diversas interfaces.

Muitas mulheres não focam na busca de um trabalho ou cursos e estudos, pois possuem outras demandas diárias. Normalmente são elas que cuidam tanto das questões de saúde dos filhos quanto da vida escolar deles, além das diversas necessidades diárias que dificultam o vislumbre profissional.

Ademais, ainda vivemos em um país patriarcal em que a mulher é educada para ser esposa, mãe e dona de casa. É necessário considerar a situação intergeracional, pois a maioria das famílias vivenciam essa realidade - da mulher permanecer em casa - a diversos anos. Por isso, quebrar esse ciclo é algo que precisa ser construído através de um trabalho contínuo da assistência social.

Outros questionamentos realizados referentes ao trabalho foram relacionados às providências realizadas para conseguir emprego, a principal razão de não estar em atividade atualmente. Nessas questões seguem as mesmas dificuldades em relação aos cuidados dos filhos, problemas de saúde, estarem trabalhando informalmente. Mas, importa destacar no Gráfico 13 os motivos pelos quais os beneficiários acreditam que não conseguem emprego. Nessa questão os respondentes poderiam marcar mais de um motivo.

Gráfico 13 - Motivos de não conseguir emprego



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A maioria dos beneficiários acredita que não conseguem emprego por não possuírem experiência e por conta de sua baixa escolaridade. Vale reforçar que o mercado de trabalho é competitivo e, nesse sentido, as vagas de emprego são mais exigentes, e os beneficiários do Bolsa Família disputam as mesmas vagas de emprego que a sociedade no geral.

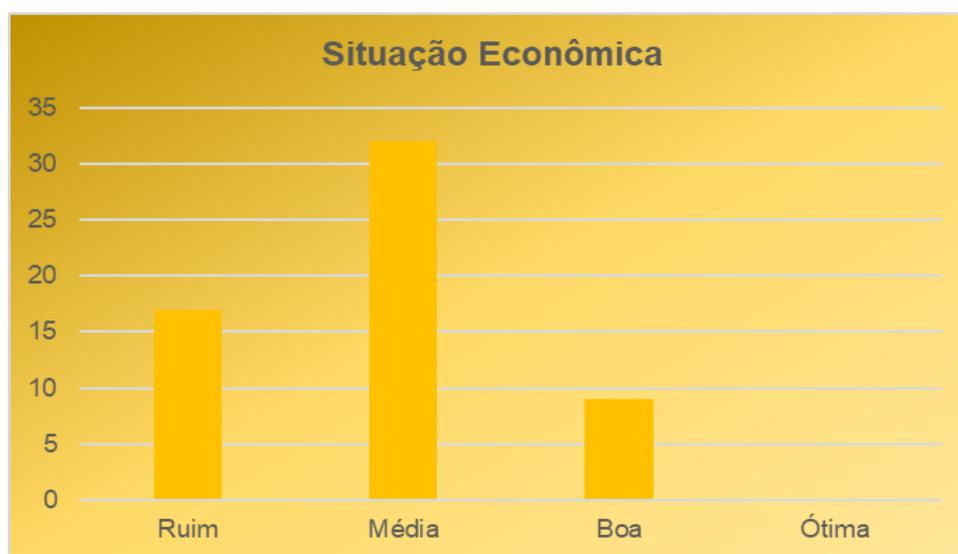
Souza, Costa e Silva (2018) acreditam que deveria haver incentivos para a geração de emprego e renda, inserindo os beneficiários no contexto econômico. Cabe observar que não é equitativo os usuários que recebem Bolsa Família concorrerem às vagas de emprego da mesma forma das demais pessoas.

É necessário avaliar todo o contexto das pessoas em situação de vulnerabilidade social, a questão das situações intergeracionais, além das culturais, territoriais e individuais. Santos e Pires (2018) defendem que o BF não rompe o ciclo intergeracional da pobreza. É necessário problematizar, o benefício auxilia a situação financeira, trazendo diversas vantagens, mas a quebra do ciclo virá com novas oportunidades e novas perspectivas de futuro.

Atualmente, existem cotas para pessoas negras e pardas em diversos setores, da mesma forma que existem leis para inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Essas leis existem justamente pela questão da equidade e por todo o processo histórico, por exemplo, em relação aos negros e deficientes. Nesse contexto, é importante implementar políticas públicas de cotas para os indivíduos beneficiários do Programa Bolsa Família, visando aumentar suas oportunidades de integração no mercado de trabalho.

Outro quesito importante é verificar como os beneficiários percebem sua situação econômica, como mostra o Gráfico 14.

Gráfico 14 - Situação Econômica



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quanto à situação econômica 55% dos entrevistados consideram média, 29% ruim e 16% consideram boa. Importante salientar que das 32 pessoas que responderam que consideravam sua renda média, 9 pessoas possuíam renda abaixo de R\$1.000,00 reais e 6 pessoas não responderam a renda. Nas respostas de renda ruim, 11 pessoas tinham renda abaixo de R\$1.000,00 e ainda, nas respostas positivas, uma pessoa tinha renda de R\$500,00 e outra de R\$20,00.

É de refletir qual a base para eles considerarem sua renda média ou boa com valores considerados baixos pela sociedade. Pois, avaliando o valor do salário-mínimo, apenas 10 pessoas que responderam considerar sua renda média, possuíam uma renda familiar maior que o salário-mínimo. E, se ainda considerarmos a renda *per capita* de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, apenas 3 famílias de todas as entrevistadas possuíam renda maior.

Sabe-se que os gastos com as questões básicas familiares, considerando alimentação, água, luz e vestimenta são altos e, mesmo famílias que trabalham recebendo um salário-mínimo, dificilmente conseguem ter uma boa qualidade de vida. Normalmente, são famílias que necessitam de auxílio do poder público. Ainda, se pensar na presença de idosos, pessoas com deficiência, gestante e crianças de 0 a 3 anos, os gastos são ainda maiores pela demanda desse público.

A própria lei nº 14.601/2023 do Programa Bolsa Família, artigo 5º prevê que a família será desligada do programa apenas quando superar o valor de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo *per capita* (Brasil, 2023). Ressalta-se o que Rocha (2003) descreve em seu

estudo que a renda familiar ainda é utilizada como um indicador para verificar o nível de bem-estar da família. Se a avaliação for a renda de $\frac{1}{4}$ salário-mínimo (2023), mais de 75% da amostra desta pesquisa estaria abaixo dessa faixa. Diante disso, é de considerar que uma renda tão baixa não promove o bem-estar familiar.

Importante discorrer novamente sobre a questão cultural, pois isso irá interferir diretamente no modo como a pessoa enxerga as situações vivenciadas, consecutivamente, como vê a sua renda familiar. Conforme Magalhães *et al.* (2011), são necessárias diversas ações para superar as diversas vulnerabilidades dos beneficiários do PBF, pois somente a transferência de renda não é suficiente.

Por isso, há necessidade de uma mudança cultural, pois se as famílias consideram rendas tão baixas como suficientes, e sendo o bolsa família um programa destinado a suprir as necessidades básicas, elas estão considerando o básico para sobrevivência como aceitável, mantendo-se com auxílio do governo. As necessidades estão conectadas com as vivências, e mesmo, as necessidades básicas, pois não se pode esquecer que o país ainda tem uma base assistencialista, não no sentido de garantia de direitos, mas de alívio de consciência.

No que se refere a questão, se o responsável familiar cuidou de algum morador da residência, 91% dos entrevistados responderam que sim, sendo em sua grande maioria os filhos. Referente aos afazeres domésticos, 96% responderam que realizam. Aqui cabe destacar que para algumas famílias era necessário explicar que esta questão se referia a rotina diária de limpeza, organização e atividades do dia a dia na casa.

A respeito do apoio social, foi questionado com quantos familiares ou parentes e com quantos amigos se sentiam à vontade para falar sobre quase tudo, com o objetivo de verificar qual apoio os responsáveis familiares têm quando surge alguma dificuldade. Em relação ao apoio social da família, mais de 60% dos entrevistados referiram possuir pessoas de confiança para falar sobre suas situações, mesmo sendo elas difíceis. Mas, no que se refere aos amigos, mais de 50% referem não confiar em nenhum amigo para falar sobre sua vida. Percebe-se uma rede de apoio bastante fragilizada. Esse achado confirma o que Castel (1997) refere em relação aos apoios relacionais fragilizados.

Na questão sobre participar de atividades sociais organizadas e realizar atividades esportivas, 62% e 100% respectivamente, não participavam. Importante

destacar que as atividades sociais e esportivas possuem diversos aspectos na vida das pessoas na área social, saúde física, emocional e mental.

É relevante destacar que a maioria das mulheres mencionou frequentar a igreja como atividade social. É fundamental entender as razões pelas quais elas não participam de outras atividades sociais ou práticas esportivas, pois essas questões estão desconectadas da realidade diária que enfrentam.

No que se refere a ter algum familiar com deficiência 40% relatou possuir. Referente a terem sofrido algum tipo de violência 53% responderam já ter vivenciado. Não foi questionado o tipo de violência, nem o momento do ocorrido, mas as que se sentiram à vontade para falar, relataram violência psicológica, física e sexual.

É significativo ressaltar que as mulheres citaram a violência psicológica, pois elas tendem a demorar para entender que sofreram violência psicológica por se tratar de algo que envolve o machismo estrutural. O reconhecimento da violência é extremamente relevante, pois assim pode-se trabalhar o enfrentamento para não vivenciar novos relacionamentos tóxicos.

Em relação ao setor público, foi feito o seguinte questionamento: Você já precisou de algum tipo de ajuda do setor público (saúde, educação, assistência, obras, segurança) e não obteve? A Tabela 05 relaciona quais os setores que os entrevistados não obtiveram auxílio quando precisaram.

Tabela 5 - Setores

Setores	Respostas
Assistência	11
Saúde	8
Segurança	2
Outros	4

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No que concerne ao suporte dos setores públicos, a maioria obteve o auxílio quando precisaram. Mas, mais de 40% das entrevistadas relataram que não receberam. Nesse sentido, é interessante entender que a maioria das entrevistadas que não receberam o suporte quando solicitaram, citaram o setor da assistência, e ao falar sobre ela, a grande maioria referiu-se à questão da cesta básica.

É relevante compreender a questão da cesta básica, pois a maioria dos usuários acessam o CRAS em busca desse benefício eventual. Mas, o mesmo possui critérios para ser acessado pela população, pois entende-se que precisa haver uma eventualidade.

Precisa-se pensar que as pessoas em situação de vulnerabilidade social, em sua maioria, não possuem eventualidades que geram a necessidade de solicitar uma cesta básica. Mas, vivenciam uma insegurança alimentar, em que a cesta básica é algo essencial para conseguir manter as necessidades básicas.

Além da assistência, às beneficiárias citaram a saúde, em sua maioria considerando a questão da dificuldade de acesso à medicação. A saúde foi seguida de segurança e outros que englobam transporte escolar, obras, conselho tutelar e questões judiciais. Percebe-se que as dificuldades são variadas e, nesse sentido, o suporte social pode fazer diferença, pois teriam auxílio para buscarem seus direitos.

No que diz respeito a sentir-se humilhado 64% dos entrevistados responderam que sim. Foram relatadas as mais diversas situações, como o atendimento na assistência social em que as pessoas as humilham dizendo que devem trabalhar, procurar emprego, entre outras falas.

Também relatam situações com a família, com a comunidade, tanto em situações como ir ao comércio quanto as pessoas falarem da forma como vivem, inclusive sentem-se humilhados por precisarem pedir ajuda. Referiram sentir-se humilhados pelo local em que residem, por não terem condições de suprirem as necessidades dos filhos, além da entrevistada 37 dizer “um ano sem água e luz”.

Esse achado é significativo e vem ao encontro do que Amartya Sen (2010) defende no sentido do desenvolvimento das liberdades. As pessoas em situação de vulnerabilidade social passam por situações muito difíceis diariamente que resultam em comportamentos de defesa.

É importante ponderar que uma pessoa que se sente humilhada ao precisar buscar ajuda em um mercado ou farmácia, conforme referido pelas entrevistadas, experimenta uma sensação de inferioridade ao recorrer ao setor público, à família ou aos vizinhos. Dificilmente ela se sentirá aceita em comparação com alguém que tem recursos para adquirir o que deseja a qualquer momento. Essas situações levam as pessoas em situação de vulnerabilidade a evitarem constrangimentos.

E, nesse sentido, pode-se pensar diversos exemplos, desde uma apresentação escolar até uma festa do município. Com isso, pensar no desenvolvimento das

peças em situação de vulnerabilidade requer ações efetivas, pois as situações não são homogêneas e são influenciadas por diversos fatores que permeiam a sociedade como um todo.

5.3 Análise das Entrevistas

Quanto às entrevistas realizadas com os participantes foram feitas 5 perguntas com o intuito tanto de analisar o suporte que as famílias possuem referente às políticas públicas quanto identificar os elementos positivos presentes nos beneficiários do PBF, objetivos específicos desta pesquisa. Para tal finalidade foram separadas em duas grandes categorias: “dificuldades enfrentadas” e “potencialidades”.

No que concerne a questão da categoria dificuldades enfrentadas, as subcategorias foram baseadas nas dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS e seus indicadores, além de outras áreas que influenciam a qualidade de vida. Dentro desses dois grandes grupos foram divididas em subcategorias como segue a

Tabela 6 - Categorias das Entrevistas

Categoria	Subcategorias	Respostas
Dificuldades Enfrentadas	Saúde	20
	Educação	13
	Trabalho	27
	Saneamento/Infraestrutura	45
	Segurança	8
	Social	23
Potencialidades	Oportunidades	20
	Educação	6
	Sonhos	31

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Cabe destacar que as respostas dos beneficiários foram transcritas literalmente, não seguindo as regras ortográficas, tampouco o tempo e conjugação

verbal. Optou-se por transcrever exatamente como o usuário respondeu para que se possa visualizar e entender de maneira mais clara a realidade que vivenciam.

5.3.1 Dificuldades Enfrentadas

Esse subcapítulo tem como finalidade responder ao objetivo geral da pesquisa, que é analisar a percepção das famílias do município de Taquara/RS, beneficiárias do Bolsa Família, referente às dificuldades enfrentadas para superarem a vulnerabilidade social.

5.3.1.1 Saúde

Com respeito às dificuldades enfrentadas pelos beneficiários do PBF, na subcategoria saúde, foram apresentadas diversas adversidades como refere entrevistada 1:

“Na saúde tá precária também. Eu tive que ficar esses dias no hospital ali, não tinha um pediatra, nada. A minha nenê estava se recuperando com os clínico né. Até a outra vez eu fui mandada para Porto Alegre, porque aqui não tinha pediatra. Daí eu tive que ficar uma semana lá em Porto Alegre, porque aqui no hospital não havia pediatra para ajudar ela.”

Ao analisar o relato da entrevistada 1, nota-se a dificuldade causada pela ausência de um pediatra no hospital municipal, bem como os desafios enfrentados ao ter que permanecer uma semana longe de casa para cuidar de um dos filhos. Além disso, é essencial considerar todos os outros problemas decorrentes da falta de um médico pediatra. A entrevistada 1, responsável pelo sustento familiar, recebe o Bolsa Família e trabalha como “faxineira” (SIC) para complementar a renda da família.

Cabe analisar que uma semana sem trabalhar também trará prejuízos financeiros, além de toda a preocupação gerada com a saúde do filho. A falta de médicos é referida por diversas entrevistadas, como foi na resposta da entrevistada 19:

...Eu acredito que sempre a saúde precisa, né? Sempre a saúde, né? Porque, tipo, a gente vai no plantão final de semana, que não tá o piazzito, não tá aberto. Tu não encontra o pediatra ali, que é o que mais, né? Pra gente, a gente se vira, mas o pediatra eu acho que é algo bem importante. Aí tu vai no hospital durante a noite, no dia de

semana, porque o piazito não fica aberto, né? Tu não encontra ali, tu só encontra o clínico geral, que às vezes não tem muito o que fazer, né? Porque eles também não são médicos, estão ali e fazem o que podem, né? Mas é sempre bom ter um pediatra que entende melhor de criança, né?”

As famílias percebem a importância do pediatra na vida das crianças, mas gera preocupação em razão de não ter esse profissional disponível no posto do bairro e no hospital do município. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 refere no seu artigo 6º a saúde como um direito social (Brasil, 1988), mas é importante salientar que essa oferta precisa ser de qualidade e de modo a auxiliar a vida da população.

Além da questão dos médicos, outro aspecto a ser salientado ainda em relação a saúde é o que a entrevistada 57 responde:

... tipo uma, que nem quando as criança ficam doente, tem que ir lá pra Taquara pra pode ir no posto. Aqui eles não atendem as criança pequena, uma certa idade eles não atende. Vacina, coisarada assim, seria bom se tivesse aqui né.

Rocha (2011) defende que é uma estratégia do PBF a saúde ser uma das condicionalidades, pois o programa não tem apenas o intuito de aliviar a pobreza, mas também romper com o ciclo dela. Nesse sentido, as condicionalidades a curto prazo aliviam a pobreza, mas a longo prazo quebra o ciclo intergeracional dela (Fahel *et al.*, 2012; Cunha; Arruda, 2018; Nazareno; Tortatto, 2019). Munaretto e Silva (2016) também trazem a importância da condicionalidade da saúde no PBF.

Com isso, precisa-se refletir sobre o acesso que os beneficiários têm para cumprir com as condicionalidades, visto que o não cumprimento acarreta no bloqueio dele. A falta de acesso tanto dos médicos especialistas quanto das vacinas, remédios e demais necessidades aumentam a vulnerabilidade social.

Sabe-se que as condicionalidades auxiliam, a longo prazo, a quebra do ciclo da pobreza, em razão de auxiliar em uma melhor qualidade de vida, na garantia de direito das crianças e adolescentes, o não cumprimento da condicionalidade reforça a vulnerabilidade e a pobreza. Por isso, é importante que o poder público possa ofertar, facilitar e incentivar o cumprimento.

Mas, a partir do momento em que o posto de referência não oferta as vacinas obrigatórias do calendário vacinal, dificulta a vida da família. As famílias tendem a ir caminhando até o posto de saúde do bairro, e quando o ele não tem determinada vacina, devem ir ao posto localizado no centro da cidade, o que caminhando a pessoa

levaria mais de 30 minutos, sem considerar outras características que podem estar presentes (mais filhos, dificuldade de locomoção, entre outras).

Reafirmando a distância como uma dificuldade enfrentada na área da saúde, observa-se a fala da E6 “olha, no meu bairro, eu acho que aqui poderia ter um, sei lá, mais um posto, porque o posto é muito lá embaixo, eu acho que é isso, mais um posto de saúde na Olaria” e da E3 “um posto perto”.

Fahel e Teles (2018) trazem que a saúde é uma das dimensões da pobreza. É considerável examinar que a saúde engloba diversas áreas como a questão de saúde mental, medicações e exames, conforme as entrevistadas a seguir:

Só mais a saúde mesmo, porque, às vezes, tu vai no médico, tu não tem dinheiro para comprar um remédio que tem, daí como é que tu vai conseguir pagar um exame, pagar um médico particular? Porque tem médico que, pelo SUS, quanto tempo tu vai esperar, né? Eu tive uma ecografia que eu fiquei esperando um ano para fazer. E só consegui fazer porque agora fizeram esse mutirão de eco, né? (Entrevistada 4)

E os m'era em Porto Alegre. Só que eu não tenho condições de sair sozinha com ela pra lugares assim. Que nem eu já te expliquei, por causa dos meus problemas, por causa do acidente, por causa disso, daquilo. Pra mim, os médicos ali no postinho, te os médicos bons e te os remédios no postinho." (Entrevistada 48)

Muda um pouco, né? Muda os atendimento nos posto, essas coisa, né? ... não tem mais psiquiatra aqui, é só no 24. E tinha antes. Agora não tem mais. (Entrevistada 50)

Outro ponto a destacar é questão dos agentes de saúde, pois as famílias percebem a importância das visitas domiciliares, conforme as entrevistadas:

Ah, eu acho que assim, né, tipo assim, mais na parte de eles irem nas casas e investigarem a parte da saúde, né? Porque eu acho que tinha que ter, assim, também, né, mais assistência na parte da saúde das pessoas, né? Porque, às vezes, a pessoa, né, está passando por um problema e não tem, né, tem vergonha até de ir no médico, né? E falar pros médicos, né? E, às vezes, se sente mais à vontade falando pra alguém quando vier na casa, né? Comigo mesmo aconteceu. Eu me senti melhor conversando com as meninas que, às vezes, vinham, né, na casa. Dava mais assistência, incentivava a gente ir, né? Vai, consulta com o médico, né?". (Entrevistada 21)

As pessoa do Posto vim, né? Vim na casa e vê as crianças, né? As crianças tão precisando. E quando a gente vai lá, não tem médico. E tem que agenda. Tu vai agenda quando a criança tá queimando de febre. Tu vai agenda só pra i pra o outro dia. Ainda mais se é no terceiro ou quarto dia. Para lá. E quando vê que teu filho não tá ou tá morto, tu tá lá naquele hospital, um monte de soro". (Entrevistada 49)

Cabe destacar o quanto as famílias valorizam a saúde como um aspecto importante na questão da vulnerabilidade social, pois elas referem diversos tópicos em que acreditam enfrentar, os quais dificultam sua situação. Observa-se nas respostas dos familiares a falta de recurso para comprar medicação, bem como a demora para agendamentos tanto de exames quanto de consultas.

Nota-se a necessidade tanto da ecografia quanto do psicólogo e psiquiatra e o elevado tempo de espera. Ainda, ressalta que a demora nesses casos poderia ocasionar problemas ainda maiores.

Outro aspecto apontado foi a questão das visitas dos agentes de saúde e a diferença que eles fazem, pois através deles as famílias sentem-se livres para falar e questionar. Relaciona-se isso ao Gráfico 9, em que a maioria das famílias afirmaram não receber visitas de agentes de saúde. Percebe-se mais um impasse, pois é uma necessidade referenciada pelas famílias, mas que o poder público não oferta.

Vale reforçar que essas famílias estão entre as mais vulneráveis no bairro e, portanto, deveriam ser as mais assistidas, mas na prática não é o que se identifica. Reafirma-se o impasse que os beneficiários do PBF possuem com questões básicas como a saúde e educação que fazem parte da base do programa junto com a assistência.

Diante das dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social no âmbito da saúde, é evidente a necessidade de abordar os seguintes tópicos: a escassez de médicos especialistas, particularmente pediatras; a falta de algumas vacinas, o que impacta nas condicionalidades do Programa Bolsa Família; a distância enfrentada para acessar serviços de pediatria; a ausência de visitas dos agentes de saúde; e a incapacidade financeira para arcar com consultas e exames. Estas questões ilustram os desafios significativos enfrentados por essas comunidades, destacando a urgência de políticas e intervenções eficazes para garantir o acesso equitativo à saúde para todos.

5.3.1.2 Educação

Outra subcategoria dentro do campo “dificuldades enfrentadas” é a educação. A educação também é extremamente importante para quebrar o ciclo da pobreza, pois através dela há a possibilidade de mudar as perspectivas de vida. A escola tem tanto

um papel de educação/aprendizado quanto social/convivência, e isso pode trazer muitas adversidades, como na resposta da E 24:

Eu tenho só um morando comigo. É só isso aí. Só em escola. E a professora é melhor, porque o meu guri vive reclamando com a professora lá, vive xingando ele. Os outros faiz e ele que leva. E quando a gente xinga o guri, qualquer coisinha, já manda o guri embora. É assim. Sim, ela pensa que o meu guri tem problema de cabeça. Ele não tem problema de cabeça. Eu não sei se essa professora é racista. Tô achando que ela é racista. Porque ela xinga o guri, isso, aquilo, e manda ele embora. O guri chega em casa brabo, chorando, e dizendo que tal de fulano, ciclano, fez isso, fez aquilo. Mas aí ele bota no meu guri. Entendeu? Não sei qual é a professora, se é matemática ou ciência? Não sei qual delas. O meu guri sabe (Entrevistada 24).

A fala da entrevistada revela uma série de preocupações e frustrações em relação à educação de seu filho. Ela relata que seu filho enfrenta dificuldades na escola, principalmente com uma professora que parece não entender ou não lidar adequadamente com as questões que ele enfrenta. A entrevistada expressa preocupação com o fato de seu filho ser alvo de xingamentos e punições injustas, levantando a possibilidade de que isso possa estar relacionado ao preconceito racial por parte da professora.

Essa reflexão leva a considerar a importância da sensibilidade cultural e da conscientização sobre questões raciais no ambiente escolar. É fundamental que os educadores estejam atentos aos sinais de discriminação e se esforcem para criar um ambiente inclusivo e respeitoso para todos os alunos. Além disso, a fala da entrevistada destaca a necessidade de uma comunicação mais eficaz entre os pais e a escola, para que possam trabalhar juntos na resolução de problemas e no apoio ao desenvolvimento educacional e emocional das crianças.

A narrativa da entrevistada sublinha a importância de abordar as questões de discriminação e equidade racial no sistema educacional, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade e livre de preconceitos. Percebe-se a preocupação da mãe em relação ao aprendizado, mas não apenas isso, também a questão do *bullying*, possivelmente enfrentado pelo filho. A mãe sabe relatar o que o filho enfrenta no dia a dia da escola, mas nota-se a dificuldade que ela tem em entender a complexidade da situação.

Em relação ao *bullying*, percebemos outras situações nas falas das E 47 e E 48:

É, sim, a escola, eu acho que a escola que a minha filha vai lá é boa, assim, sabe? Só que às vezes eu acho assim, a melhoria é tipo, às vezes, tipo, ensinamento, às vezes a minha guriuzinha tá se queixando, assim, de bullying na escola, isso daí que eu não gosto, entendeu? E o meu gurizinho, às vezes, fala que apanha de dois gemiozinhos na escola, e daí, no caso, assim, a gente vai fala pra diretora, o diretora falou, mas, sabe, tem que fala pra a professora, tem que comunica pra a professora, pra depois fala pra nós, da secretaria, sabe, da educação, isso aí fica chato, entendeu?” (Entrevistada 47)

E a escola tem que bota um reforço, tem que melhora a educação deles. Da diretora, da coordenadora, da crianças, bota ordem. Porque uma escola, se a gente larga um filho lá, eles são a segunda família dos filhos da gente. Porque eles ficam o tempo todo lá com eles. Então, o que acontece com eles, eles têm que liga pra gente e diz, não, mãe, tem que vim aqui por isso e isso. Eles só me ligaram aquela vez. A vez que riram dela (nome da filha), eles não ligaram. Pra diz, mãe, só aconteceu isso e isso. Mas eu fui lá, eu e meu esposo fomos lá e falamos com elas. Por causa que tava rindo dela e daí ela vai três, quatro vezes na semana pra escola. Mas ela chega toda vez chateada. (Entrevistada 48)

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019) refere que a educação precária, a ameaça de violência, falta de empoderamento, entre outros fatores, fazem parte da pobreza multidimensional. Importante relacionar com a fala das entrevistadas 24, 47 e 48, pois todas elas trazem questões de violência psicológica, falta de empoderamento, dentre o questionamento do tipo de educação que a escola oferta.

Ainda sobre a educação, Oliveira *et al.* (2013) acreditam que a condicionalidade da educação compromete as famílias com a educação dos filhos. Afere-se que esse comprometimento é limitado, pois a questão cultural influencia na falta do empoderamento e consecutivamente em uma atitude de maior permissividade, pois, muitas vezes, as pessoas nem conhecem os seus direitos para irem em busca da garantia deles.

Outro tópico levantado pelas famílias beneficiárias em relação às dificuldades enfrentadas foi a questão do transporte para ir para a escola, conforme se identifica nas respostas:

Olha, na educação, eu acho que deveria ter transporte para as crianças na escola, pra eles terem mais segurança, que eu acho aqui um bairro muito perigoso, então, eu acho que seria isso”. (Entrevistada 6)

A educação? Ah, eles podiam coloca umas vans pras crianças, porque o meu guri mais velho estuda lá na Cruzeiro (bairro), de manhã. E quando tá chovendo muito, ele não tem como ir. E como ele é

premature, ele volta e meia não pode pega uma chuva que ele fica muito doente. E elas reclamam muito das falta e dele chega atrasado. Só que uma tunique, no mínimo é 250 reais. E eu não achei nenhuma pelo governo, pela prefeitura, nada. Ou é paga, ou não tem. O meu pequeno estuda no XX (escola do bairro que reside), mas mesmo assim, quando tá chovendo muito, a gente tem que sai e busca. Teve vezes que eu fiquei apavorada, já fazia quase uma hora que eles tinham largado e eu não tinha como ir buscar o meu filho, que foi a vez que deu "umas enchente aqui. Aí o meu vizinho, que botou umas botina e saiu correndo com um casaco e buscou ele. Apavorado, porque a gente não tinha como sai daqui. Eu acho que podiam coloca um transporte público pra leva e busca as crianças no colégio, pra quem não tem condições". (Entrevistada 44)

Vale considerar a questão da distância no percurso casa/escola. As responsáveis familiares queixam-se da dificuldade, em alguns momentos, dos filhos irem para a escola em função da distância e referem que um transporte auxiliaria. Cabe ainda, referenciar que em uma das falas, a família reforça a questão do transporte particular, que poderia ser uma opção para muitas famílias, mas no caso dos beneficiários do PBF existe toda a dificuldade financeira envolvida.

Impende destacar que, nas respostas das entrevistadas 44 e 48, identifica-se a questão de faltas escolares. Nesse sentido, é importante entender se elas estão relacionadas a dificuldades em relação à distância casa/escola e do bullying, respectivamente, ou se há outros eventos envolvidos. Não se pode esquecer que as faltas podem ocasionar o bloqueio do benefício Bolsa Família.

Outro quesito apontado são as vagas na educação infantil, em que algumas famílias referem que precisa melhorar, conforme a fala da E 10 "bota o meu guri na creche" e resposta da E 14 "... mais creche, mais vagas nas creche, pras criança que precisam, pros pais trabalha". Constata-se duas necessidades, a educação infantil e a questão do trabalho, reafirmando na fala da E 47:

É, podia melhora assim na educação, de faze uma escolinha pras criança, deixa assim só meio turno, ou direto, entendeu? Pra tê como as pessoa, no caso, faze uma faxina, só faze a faxina tem gente que cobra pra cuida, às vezes é 50/100 pila, daí já não tem como, você já vai ganha o dinheiro da faxina, daí você vai te que da pra a pessoa, não vai ti sobra nada, não vai da pra nada" (Entrevistada 47)

É importante avaliar a situação de maneira ampla, pois as entrevistadas 14 e 47 relacionam a educação infantil como uma necessidade para poder trabalhar, pois se não precisam ficar em casa para cuidar dos filhos. Analisa-se a importância da

rede intersetorial, pois a falta da educação infantil dificulta na busca de trabalho, o que pode fazer a família necessitar de um maior suporte da assistência social.

Diante das complexas questões enfrentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade social no âmbito educacional, é fundamental adotar abordagens que considerem não apenas o acesso à educação, mas também as dimensões emocionais, sociais e de empoderamento envolvidas. A teoria de Amartya Sen sobre o desenvolvimento das capacidades e a pirâmide das necessidades de Maslow oferecem uma perspectiva abrangente sobre a importância de promover não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento humano integral das crianças e suas famílias.

Nesse sentido, é crucial fortalecer a sensibilidade cultural dos educadores, promover uma comunicação eficaz entre escola e família, e capacitar as mães para que possam conhecer e entender os direitos de seus filhos para poderem auxiliar e viabilizá-los. Somente assim será possível criar um ambiente educacional seguro, inclusivo e propício ao desenvolvimento pleno de todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica.

5.3.1.3 Trabalho

Sobre as questões de trabalho, diversas famílias relatam muitas dificuldades enfrentadas. O trabalhar é muito mais do que o desejo ou não de conseguir um emprego, pois envolve outros fatores presentes nas famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme as respostas das beneficiárias:

Ah, eu acho que a parte dessa, assim, de mesmo trabalho, né, com pessoas que não têm escolaridade, né? Porque é difícil, né, quando a pessoa não tem uma, né, não cumpriu aquela meta de escola, né? É difícil, né, de conseguir um trabalho, né? Isso tudo, né, é difícil, né?" (Entrevistada 21)

É muda, dá serviço pra nós, pra nós ter o nosso bem, que nós não temos. Nossa, a idade diferencia muito. E eu como já fui toda quebrada, eles não me pegam. É da um ganho melhor pra nós. Que nós não precisava mandiga o pão de cada dia, pedi comida na assistência." (Entrevistada 23)

Não sei lá, mas... condição de emprego, que nem tem em algumas fábricas, coisa assim, só que daí eles querem que tu tenha experiência na carteira, né, as vezes tu não tem! Que nem eu tenho experiência em trabalha de refeitório, essas coisas assim, né! Só que daí, que nem as vezes eu fui trabalha nessas fábrica de pastel, só que daí eles

querem que tu tenha experiência, entendeu? E daí, tipo, é no ramo da alimentação, só que não é naquele específico, né? Porque eu já trabalhei em cozinha, na limpeza, cozinhando." (Entrevistada 36)

Daí futuramente penso em trabalha pra pode... agora não tem como, porque se eu for paga pra cuida deles, vai o salário... e pra creche aqui é só até 3 anos..." (Entrevistada 57)

Nota-se muitas adversidades relacionadas à vontade de trabalhar. A entrevistada 21 relaciona a falta de escolaridade, a E 23 a idade e problemas de saúde, a falta de experiência é referenciado pela E 36 e a E 57 traz a questão do cuidado dos filhos, como mencionado anteriormente. Identifica-se muitos problemas presentes nas famílias em situação de vulnerabilidade que dificultam e, até mesmo, impedem delas conseguirem trabalhar formalmente.

Esse resultado contrapõe o que Medeiros e Santos (2016) identificaram em sua pesquisa que o PBF faz com que a pessoa não procure emprego. Na atual pesquisa percebe-se que não é o usuário que não busca emprego ou não quer trabalhar, mas há diversos obstáculos, que muitas vezes, interferem para que eles possam trabalhar, ou até mesmo participar de seleções.

Por isso, é necessário considerar todas essas dificuldades, principalmente em relação às políticas públicas, pois normalmente, os serviços ofertados não levam em consideração essas individualidades, que podem mudar dependendo do território avaliado. A própria PNAS (2004) refere a necessidade de relacionar as pessoas a seus territórios, pois é nesse espaço que se encontram os riscos e vulnerabilidades.

A respeito da atuação dos CRAS, CREAS e outros setores da assistência social, torna-se evidente a importância de compreender as particularidades enfrentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade, como a falta de escolaridade e os desafios relacionados ao cuidado com os filhos. É essencial que os projetos desenvolvidos por esses órgãos estejam alinhados com as necessidades específicas desse público, buscando oferecer suporte e recursos direcionados para promover sua inclusão social e econômica. Ao reconhecer e abordar essas particularidades, os serviços de assistência social podem desempenhar um papel crucial na construção de uma verdadeira equidade.

Pode-se considerar diversas outras falas que são contrárias ao pensamento de Medeiros e Santos (2016), como as respostas das entrevistadas 9, 14, 16, 18, 26, 46 e 53 que referenciam a necessidade de mais empregos no município. Com isso,

identifica-se que as beneficiárias têm o desejo de trabalhar e reconhecem a falta de um trabalho como uma dificuldade enfrentada, relacionando a necessidade de ter mais oportunidades de trabalho. Esse achado, vem ao encontro do que Silva (2015) relata que os programas de transferências de renda são marcados por diversas situações como o crescimento do desemprego.

Percebe-se novamente a importância das políticas intersetoriais, pois para haver mais empregos, precisa-se mais empresas, o que pode se relacionar a maiores incentivos fiscais para que outras empresas se instalem no município. Além disso, precisa averiguar todas as outras dificuldades enfrentadas pelas famílias.

Além de mais empregos, os entrevistados referem, a dificuldade da distância, conforme as falas que seguem:

Ter mais trabalho na tipo na cidade, porque tem bem pouco trabalho aqui e a gente tem que se desloca de uma cidade pra outra (Entrevistada 01)

Empregos mais próximos, firmas mais próximas do bairro.(Entrevistada 29)

Te empregos mais pertos. (Entrevistada 33)

Acho que mais emprego. Principalmente aqui em Taquara, né. Às vezes, a gente tem que sai da nossa cidade pra ir pra outra cidade. Às vezes, vai de manhã cedinho, 5, 6 horas da manhã pra chega de noite em casa, de volta. Daí, eu acho que seria muito importante também. Te mais emprego aqui. (Entrevistada 35)

Eu acho que eu posso fazer, tipo assim, se eu pudesse fazer, eu gostaria de ter mais emprego aqui em Taquara, né? Emprego, porque tem várias mães que querem trabalhar e tem que se desloca daqui de Taquara para ir, tipo, pra a Igrejinha, pra Parobé, pra Rolante. Sendo que aqui dentro de Taquara tem condições, tem umas empresas, né? Eu acho assim, uma empresa de calçado, seja lá outra indústria, tipo, sei lá, alguma outra coisa, outra atividade, né? Pra mães, trabalho que precisa, às vezes não tem condições também, né? (Entrevistada 54)

Enfatiza-se o quanto as entrevistadas acreditam que o emprego iria auxiliar na superação da vulnerabilidade social, mas apontam a falta de emprego no município e a distância como um fator preponderante que dificulta a busca por oportunidades de emprego. Reconhecer a distância como um obstáculo é essencial, pois influenciará na questão financeira, no tempo disponível, na motivação, na concorrência, entre outros diversos fatores.

Ao perceber a distância e a falta de emprego no município como uma barreira, é possível entender o impacto e a complexidade que elas têm na vida dos beneficiários

do PBF. Além disso, é necessário ponderar o quanto esses fatores influenciam o psicológico dos usuários, pois a própria questão de não estar no seu território modifica o sentimento de pertencimento.

Em relação ao pertencimento, Silva (2013) defende que a identidade é construída a partir do processo de apropriação do usuário pelo espaço, onde ele se identifica e se sente pertencente tanto de forma concreta quanto subjetiva. Com isso, é importante refletir que os beneficiários do PBF têm a noção da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, e acrescenta-se a isso o fato de não estarem em seu território, pode gerar maior insegurança e desânimo por estarem longe do local onde se sentem "aceitos".

Cabe destacar que a referência de solicitarem empregos no próprio município, é muito válido e reforça a identidade que possuem com o território de residência. Esse fator diz muito sobre os beneficiários do PBF, pois mostra o quanto a identidade e memória coletiva, as interações diárias, o próprio ambiente geográfico, os eventos significativos vivenciados e presenciados influenciam na vida e perspectiva como um todo.

É relevante considerar o território para entender verdadeiramente as vulnerabilidades vivenciadas pelos beneficiários, pois ele influencia tanto a pessoa como indivíduo quanto como membro da comunidade e da sociedade mais ampla. Esse achado reflete uma ideia similar de Haesbaert e Limonad (1999) referente ao homem tomar consciência do lugar. O desejo de empregos mais perto de sua residência pode ser visto sob a ótica de falta de esforço, visão simplista, pois além de considerar o território precisa-se levar em conta toda a responsabilidade imposta para a mulher em relação a família, a qual ficaria distante o dia inteiro.

Esse achado ratifica o que Guadagnin, Moreira Neto e Vianna (2019) defendem em sua pesquisa sobre a importância de olhar para as situações concretas da vulnerabilidade e identificar as rugosidades do território. Por isso, a importância de não olhar para as situações de forma superficial, mas sim, ouvir os beneficiários e identificar as particularidades, conforme a fala da E 58:

Falta bastante serviço, né? Porque aqui só tem dois mercados e ninguém precisa de trabalho ali, né? Como é pouco movimento, não tem trabalho nenhum. Não tem trabalho." (Entrevistada 58)

Importante ressaltar que a entrevistada 58 é do Distrito do Pega Fogo e refere também a falta do serviço. Mas nesse caso, aponta outro fator que é a falta de movimento na localidade. Durante a entrevista ela refere que o mercado que possui perto de sua residência, único local possível para trabalhar, é gerido por uma família e, em razão do pouco movimento, não necessita contratação de funcionários externos.

É considerável analisar que as entrevistadas 29, 33, 35 e 54 referem mais empregos na cidade, considerando o município como um todo. Mas, a E 58 relata a dificuldade de trabalho em sua localidade. Se pensar em uma nova empresa ou indústria em uma localidade mais centralizada, mesmo com todas as dificuldades, as entrevistadas do bairro Empresa teriam mais acesso que a E 58, pois essa precisaria disponibilizar mais tempo e um maior valor financeiro para seu deslocamento.

Outro ponto destacado nas entrevistas é a situação da experiência profissional, como um impeditivo, conforme a E 37: "Eu acho que oportunidade de emprego sem esse negócio de experiência, porque experiência tu só vai tê adquirindo ela trabalhando, tentando. Então, acho que seria isso."

Percebe-se com a fala da entrevistada 37 o desejo de ter uma oportunidade de trabalho, no entanto há exigência do mercado na questão de possuir experiência. Essa situação coincide com a fala da E 36 que refere a dificuldade na questão das experiências, de ter trabalhado em determinado ramo, mas não especificamente no setor que a empresa deseja.

Vale destacar que as pessoas em situação de vulnerabilidade social normalmente possuem baixa escolaridade, pouca ou nenhuma experiência de emprego comprovada, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho. Além disso, a própria qualidade e defasagem na educação perpetuam um ciclo de desvantagem.

Em síntese, as adversidades enfrentadas pelas beneficiárias do programa Bolsa Família em relação ao desejo de trabalhar ressaltam a necessidade urgente de políticas sociais mais abrangentes e sensíveis às especificidades individuais e territoriais. A abordagem integrada, considerando tanto os obstáculos estruturais quanto as barreiras individuais, é essencial para promover uma inclusão efetiva e sustentável no mercado de trabalho.

5.3.1.4 Infraestrutura/Saneamento

Outra subcategoria selecionada é o saneamento/infraestrutura, sendo respondida como um aspecto a ser melhorado por mais de 60% da população. Um dos fatores referidos é a questão de melhoria da rua, conforme as respostas:

Ah, é que nem eu ti falei, calçamento, arruma esse esgoto, né. Pra nós, a rua, né, que tá ruim, que daí chove a água entra para dentro. Nem que não dê enchente, mas assim mesmo que choveu, a água entra tudo para dentro do meu pátio, alaga, tudo, né. Eu já tirei foto e coisa e tudo, né, mas não adianta. (Entrevistada 07)

Arrumar essas ruas. (Entrevistada 10)

Ah, sei lá, eu só acho assim, tipo que nem no caso das enchente ali, tinha que fazer alguma coisa porque, né, cada vez que chove, assim, é um desespero, né? Ainda mais pra quem já perdeu tudo. Tinha que te alguma coisa assim, né, nesse... pra que não acontecesse. (Entrevistada 15)

A minha vida mesmo, que eu queria mesmo, né? ... e arrumar minha rua. Se tiver um buraco, dá pra enterrar duas, três pessoas dentro. Olha o jeito que tá a minha rua aí, ó. (Entrevistada 24)

Ah, é as rua calçada. Como é que diz? As enchente que não precisava tê. Esses buraco. Como é que diz? A encanação dos esgoto também tem que tê. Tudo. Pra melhorar. Pra não vir o mau cheiro também, né? Entendeu? Lá em cima pega barro. Foi por isso que vim mora aqui embaixo. Mas não é só lá. Porque aqui também tem um barral. Porque as vezes vem da enchente, também tem um barral. Nunca tem que passa. Não adianta" (Entrevistada 25)

Pra melhora a minha vida, seria calça nossas rua, fazer calçamento nas nossas rua pra para o poeirão dentro de casa. A gente tem renite, então, tu sofre, o verão inteiro tu sofre com isso pelas poeira que vem dentro de casa, por não ter um calçamento, né? E é um bairro que já tá pavimentado há 15 anos aqui e até hoje a gente não ganhou um calçamento, né? (Entrevistada 38)

As diversas respostas mostram o quanto os beneficiários percebem que o local em que residem tem diversos problemas e que esses podem causar outras dificuldades. Verifica que em algumas respostas os usuários relatam a questão da enchente como um fator negativo que vivenciam.

Cabe destacar que o ano de 2023 foi marcado por muitas instabilidades climáticas fazendo com que o município passasse por 6 enchentes, sendo o bairro Empresa afetado em todas elas. Em determinadas localidades do bairro, as famílias saíram de suas casas diversas vezes, sendo a primeira enchente a que mais causou perdas para as famílias, pois o município não tinha um plano de ação emergencial. Com isso, muitas famílias perderam tudo ou quase tudo que tinham.

Interessante referir que o plano de ação emergencial no município não consta por escrito em todos os setores, mas foi organizado através de reuniões com diversas secretarias e o responsável pela estação meteorológica. Assim, diversos envolvidos das secretarias estão inseridos em um grupo de WhatsApp em que se comunicam e, no momento, em que há previsão de grandes chuvas, a defesa civil acompanha o aumento dos rios para possível retirada das famílias e outras ações necessárias.

Vale destacar que essas ações emergenciais têm a presença da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania para acompanhamento em relação a doações, cesta básica, levantamento de demandas e possíveis inserções em programas federais ou estaduais para situações emergenciais. Não há previsão de acompanhamento das famílias para as questões psicológicas geradas pelos desastres naturais.

Codeplan (2015) refere que o saneamento básico é um dos elementos que compõem a pobreza. Soma-se a questão das enchentes com Gráfico 05 em que 24 famílias ainda não possuem água canalizada em uma das peças de casa, pode-se perceber o quanto ainda é deficitário o saneamento básico para as famílias em vulnerabilidade social.

Nesse sentido, é válido refletir que a falta de questões básicas no dia a dia influencia negativamente a vida da pessoa. Não ter água canalizada dentro da residência modifica toda a rotina da família, pois a água é uma necessidade primordial para a sobrevivência do ser humano.

Além disso, viver em um local de enchente também interfere tanto no psicológico quanto na rotina familiar. Atenta-se para a fala da E 53 "Ah, que eles arrumassem pra não dá mais enchente, porque toda vez que chove uma semana direta, a gente pega enchente lá embaixo que tem que sair."

Além da entrevistada 53, muitas outras (entrevistadas 11, 13, 19, 21, 22, 29, 39, 40, 41) referem as enchentes como uma dificuldade. Percebe-se a preocupação e o descontentamento das pessoas referente às enchentes.

Cabe salientar que as mudanças climáticas e seus impactos têm ganhado destaque, mas o que para muitos é inerente à vida ou algo a ser estudado, para as famílias em vulnerabilidade social é uma preocupação, um desafio a ser enfrentado. Analisa-se a fala da entrevistada 53 como a de muitas outras, as chuvas representam a necessidade de sair de casa, de ter que ir para algum parente ou amigo ou abrigo municipal, o que causa um transtorno e uma necessidade de organização.

Importante relacionar com a meta 5 do ODS 1 “Erradicar a Pobreza” que é construir resiliência e reduzir a exposição a eventos climáticos extremos dos pobres e vulneráveis até 2030. Nesse sentido, é necessário que o governo municipal possa investir em políticas públicas para alcançar essa meta, visto que as questões climáticas e a falta de resiliência são características dessa população em situação de vulnerabilidade social.

Ainda sobre a categoria de infraestrutura/saneamento é referenciado a infraestrutura da rua como um tópico a ser melhorado, conforme as respostas das entrevistadas:

As estrada... São bem precária. (Entrevistada 16)

...E a gente vê muitos valão a céu aberto, né? Podia ser encanado, né? Podia ser melhorado nessa parte... E outra que a gente vê também, né, depois que fica essas enchentes, esses lixos que vêm, né? A gente vê, assim, que a gente, assim, aqui em casa, a gente sente, assim, aquele cheiro de coisas podres, né? Que fica no ar, sabe? E até mal pra saúde da gente faz, né? (Entrevistada 21)

Melhorar, que nem eu disse, saneamento básico, as rua, as coisa, né? Que tá tudo ruim, que é só uma barreira braba, né? Coisas assim. Que as pessoas que moram aqui precisam, né? São gente igual a gente, né? Porque moram lá e tem gente num lugar melhor que eles tem que morar assim, né? Melhora o custo de vida deles, essas coisas, né? (Entrevistada 31)

Olha, aqui no bairro, bota um saibro, quando chove, isso vira só em lodo, barro... (Entrevistada 32)

As ruas. Melhora as ruas (Entrevistada 33)

...Eles poderiam dar uma assistência melhor. As ruas não são tão boa. Não só em época de eleição, né? Faze o bem. Eu acho que tem que se o ano todo. O ano inteiro, todos os anos. Eles dá uma assistência melhor na rua. Tem muita... Às vezes eles vêm de vez em quando, cortam um grama, coisa. Eu acho que isso também depende dos vizinho, também, deixa a rua limpa. E eu acho que a prefeitura podia, no caso, ajuda mais as famílias que são mais carente. Sobre na frente o pátio, sobre poda a árvore, todas essas coisas, eles podiam ajudar um pouco mais, porque tem data. Eles poderiam faze mais seguido isso. (Entrevistada 34)

...Pra começa, eles podiam arrumar a rua aqui, né? Tipo, não o asfalta né? Mas botar, como é que se diz? O calçamento. O calçamento, né? la melhora bastante... (Entrevistada 39)

E aí, na rua, aí tá uma bagunça pra arruma. A estrada aí, ó, tá uns buracão. Tem que da uma arrumada, né? (Entrevistada 40)

Identifica-se a presença de diversas dificuldades geradas em razão da falta de infraestrutura das estradas e ruas. A própria locomoção é prejudicada influenciando o

dia a dia, conforme a fala da entrevistada 32 em que após as chuvas as ruas viram um “lodo” (SIC).

Outro ponto a se considerar é o relatado pela entrevistada 21 na questão de esgotos a céu aberto, o cheiro forte após as enchentes e o que que esses fatores influenciam a saúde. Importante destacar que muitos desses fatores de saneamento e infraestrutura são prejudiciais à área da saúde.

Além disso, verifica-se o descontentamento com o poder público, no sentimento de serem esquecidos, do governo municipal não valorizar o território em que vivem. Constata-se que as pessoas em situação de vulnerabilidade social sentem-se esquecidas, deixadas à margem da sociedade, conforme a fala do pai do entrevistado 2 “somos esquecidos pelo poder público”.

Esse achado vem ao encontro do que a própria PNAS/2004 traz de incluir aqueles que são esquecidos, que são vistos como casos isolados e que, na realidade, são parte da sociedade mostrando uma realidade de desigualdades. Por isso, a necessidade de olhar a situação de vulnerabilidade social do ponto de vista dos usuários, pois são eles que vivenciam essas situações diariamente.

Outro aspecto é quanto ao sentir-se esquecido influência em diversas outras áreas. Pois quando a pessoa não se sente olhada, valorizada, escutada, situações essas que a fazem sentir-se deixada de lado, interfere na autoestima causando dificuldades em outras áreas da vida.

Além disso, interessante destacar que além das entrevistadas levantarem questões que prejudicam o bem-estar, conforme debatido anteriormente, também referem situações que venham contribuir para uma melhor qualidade de vida, conforme as respostas abaixo:

Não digo pra mim, pra mim também, mas pra meus filhos uma pracinha, uma coisa que auxilie no final de semana pra leva pra passeia. (Entrevistada 18)

Eu acho que... Que nem uma pracinha. Seria muito importante. Porque aqui na X (nome do território dentro do bairro) não tem nenhum tipo de... Duma área assim pras criança brincar, até pra gente. A gente tem um lugar pra gente senta, toma um chimarrão. Brinca com as criança, que aqui não tem. Não tem essas coisas aqui. (Entrevistada 35)

...E outra coisa é que no bairro não tem pracinha pras criança, é uma coisa que eles podiam faze também. E ia facilita bastante pras criança aqui no bairro, aqui, né?.. (Entrevistada 39)

Eu acho que faz uma pracinha pras criança aqui, porque é muita criança na vila. Se tivesse uma pras criança brinca, eu também acho isso aí. Não é só pra mim, pra todo mundo. (Entrevistada 45)

E, tipo, tem praça, só que as duas no mesmo local, né? E aqui embaixo não tem uma pracinha, nenhuma coisa. As crianças vão tudo aqui pra esse campo briga, porque daí um tá jogando, o outro que joga também. E se tivesse uma pracinha, alguma coisa, pras crianças seria muito melhor. (Entrevistada 55)

Ao se referirem na questão de praças e locais de lazer, as entrevistadas mostram preocupação com o bem-estar dos filhos, ponto muito importante, pois além de pensar em suprir as necessidades básicas, percebem que eles necessitam de momentos de entretenimento. Corroborando com esse achado, Souza (2016) refere que a pessoa pensará nos direitos sociais, como o lazer, após ter suas necessidades básicas supridas. Com isso, cabe referir que mais da metade da população não participa de atividades sociais e todos os participantes não realizam esportes.

Outro aspecto a ser analisado é o que as entrevistadas 55 e 35 relatam no sentido de não haver praças próximas ao território que residem. A distância também é um empecilho, tanto para a questão do lazer quanto para a questão do emprego, como mencionado na subcategoria “Trabalho”.

Nesse sentido, observa-se que a distância interfere em diversas situações, pois o emprego seria uma responsabilidade que influencia no financeiro para prover as necessidades básicas. No entanto, o lazer é voltado mais para o divertimento, relacionamento social, passatempo, mas os dois afetam o bem-estar e a qualidade de vida.

5.3.1.5 Segurança

A segurança é um elemento crucial no dia a dia das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Vale destacar que a segurança vai além de simplesmente à ausência de violência, ela se torna um alicerce fundamental para a construção de uma vida digna. Identifica-se a necessidade de investir nessa área diante das falas:

Sim. Eu acho que podia botar policial nas ruas para cuidar, né? Principalmente porque para sair aqui às vezes da noite, no final de semana, é difícil. Ainda mais quando tem bagunça nesse baile da esquina. Acho que para mim podia botar policial na rua também. (Entrevistada 5)

Ai, botando mais guarda municipal né, nas rua, pelo menos, câmara de vigilância nos poste, né? Isso aí é muito importante. Nossa, isso aí mudaria a minha vida também. Porque hoje em dia, acontece alguma coisa é no disque não me disque, né? Às vezes, o inocente paga pelo errado, né? Então, acho que se eles botasse câmara, seria maravilhoso. (Entrevistada 38)

Olha, eu acho que mais segurança também, tipo assim, né? Uma coisa assim que tu tivesse segurança pra sai no bairro à noite. Às vezes a gente tem medo, né? (Entrevistada 54)

Melhora o pessoal na rua, a quantidade, a segurança no bairro. (Entrevistada 56)

O bairro Empresa é conhecido no município como sendo um local perigoso com um alto índice de tráfico de drogas. Esse receio é percebido na resposta da entrevistada 38, quando diz que o “inocente paga pelo errado”. Isso acaba gerando medo e limitando a liberdade de ir e vir em qualquer lugar (previsto na Constituição Federal de 1988) e horário quanto na educação dos filhos, como refere a entrevistada 37: "Segurança é muito importante, muito importante, porque aqui acontece cada coisa, entendeu? Entre adolescentes, é por isso que eu digo, os adolescente eles tão muito solto, eles tão desocupado, eles não têm uma ocupação."

Nesse mesmo sentido, o receio também está presente na fala da entrevistada 21: "...E mais essas coisas de correrio de carro pra cima e pra baixo, porque há esses tempos o carro quase pegou a criança. Dos drogados. E mais segurança, né? Policial." A segurança envolve situações que influenciam todos os familiares. Identifica-se aqui a inquietude quanto a imprudência dos motoristas gerando riscos a outros.

Em primeiro lugar, precisa-se considerar que a segurança física, é uma prioridade, principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social, que tendem a residir em territórios com maiores riscos de criminalidade. A sensação de segurança é essencial para o bem-estar e a autonomia do indivíduo.

Brites, Marin e Rohenkohl (2016) defendem que as políticas públicas precisam se concentrar, não apenas na melhoria de renda, mas também em outras áreas que envolvem a situação de pobreza, como é o caso da segurança. Os autores referem-se ao não se sentir seguro, bem como o desejo de haver mais segurança no bairro o que, para isso, precisa ter investimento público.

Pensar em mais câmeras, mais policiamento, enfim, mais segurança, para minimizar os riscos, significa desejar ter mais liberdade de escolha, pois o medo e o

receio impedem ou, pelo menos, restringe o ser humano em suas escolhas. A própria constituição de 1988 prevê a segurança como um direito social, mas para que isso aconteça precisa haver investimento nessa área.

Além disso, vale relacionar as respostas referentes a segurança com a questão do questionário sociodemográfico em que perguntava se haviam sofrido violência: 31 beneficiárias responderam que sofreram. Esse achado comprova a falta total de segurança física que causa desproteção e dificulta que a pessoa alcance seu pleno potencial.

A violência contra a mulher é um problema presente na sociedade em geral, independente da classe social, e que gera vulnerabilidade e risco social para a pessoa que vivencia a situação de violência. Essa insegurança requer muito mais que policiamento nas ruas ou políticas públicas voltadas para a área de segurança, envolve toda uma mudança cultural, além de uma mudança em relação ao machismo estrutural.

A segurança em territórios vulneráveis é essencial para garantir o bem-estar e a autonomia dos beneficiários do PBF. O medo de ir e vir, acrescido pela instabilidade e violência nesses territórios, não apenas restringe suas escolhas cotidianas, mas também interfere na sensação de segurança e pertencimento. Nesse contexto, a política de assistência social desempenha um papel crucial na promoção da segurança, implementando projetos para reduzir a violência e criar ambientes mais seguros e inclusivos, auxiliando na melhoria da qualidade de vida e autonomia das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

5.3.1.6 Social

O apoio social é extremamente relevante para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, pois é uma maneira de ter algum auxílio quando precisa. A família, os amigos, a comunidade, bem como o poder público são suportes sociais que quanto mais presente maior o suporte social.

O grande problema é que as pessoas vulneráveis possuem redes de apoio fragilizadas, conforme Castel (1997), que relaciona a vulnerabilidade com a fragilidade de apoios sociais. Essa fragilidade é demonstrada na fala da entrevistada 34:

Dando mais assistências à família. Procurando saber mais sobre a família. Porque no mundo que a gente vive, as pessoas gostam muito

de aponta o dedo e julga. Por a forma que a criança se desenvolve na escola, julgam muito o pai e a mãe. Mas não saem à procura pra ve o porquê de muitas das vezes.

É explícito a falta de suporte quando a entrevistada refere que as famílias precisam de uma maior assistência e no quanto sente-se incomodada com o julgamento das pessoas. É importante refletir no que concerne ao juízo de valores que se faz das famílias em situação de vulnerabilidade referente a diversas áreas, conforme a fala da entrevistada 30: "Mais respeito aqui. Nos filho da gente, na gente, mesmo que é mãe."

Pode-se problematizar a questão do julgamento com as condicionalidades para os beneficiários do PBF. Parte-se do pressuposto que precisa haver as condicionalidades para ser beneficiário, pois caso não houvesse, as famílias não cumpririam a questão da escolaridade e saúde dos filhos?

Tassara (2015) alerta para o papel das condicionalidades para evitar o estigma da pobreza e a conotação punitiva. Relaciona-se com a entrevistada 34 no que diz respeito ao julgamento, das pessoas "aponta o dedo e julga" (SIC), mas não procurarem entender de fato o que está acontecendo. Pois, entende-se que as condicionalidades é uma maneira de romper com o ciclo da pobreza (Rocha, 2011; Fahel *et. al.*, 2012; Cunha; Arruda, 2018; Nazareno; Tortato, 2019), no sentido das crianças frequentarem a escola, quebrando com a situação de baixa escolaridade e consecutivamente com o maior acesso ao mercado de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, conforme Kühn e Tonetto (2017) não garante uma maior aquisição de conhecimento.

Por isso, é importante muito mais do que "cobrar" a contrapartida através das condicionalidades, é necessário entender o motivo pelo qual a população em situação de vulnerabilidade social possui menor escolaridade ou porque não conseguem cumprir com as condicionalidades. Em termos de políticas públicas, os programas e serviços da PNAS preveem um trabalho que fortaleça as famílias em situação de vulnerabilidade social, mas elas não consideram as particularidades, situações estas que precisam ser pensadas a nível municipal.

É benéfico que o poder local possa entender quais são as maiores demandas e dificuldades da população em situação de vulnerabilidade social, para investir de maneira mais efetiva de forma a romper o ciclo da pobreza. Nesse sentido, a própria população pensa em alternativas que poderiam auxiliar tanto as famílias a terem

suporte quanto o poder público conhecer as demandas, identificadas nas seguintes respostas:

Falta alguém, tipo um administrador do bairro para ver essas situações de esgoto, de saneamento, da saúde também, nos postinhos, essas coisas. (Entrevistada 01)

Daí, vai deles né, de a gente senta e conversa pra especifica o que, qual é o ponto que precisa de ajuda ou não, né? Isso, no momento de cabeça, não vem nada, né? (Entrevistada 17)

Eu acho que... Que nem aqui não tem. Que nem antigamente tinha os presidente de bairro, sabe? Que a gente podia conta com eles. Se faltasse alguma coisa nas vila... Eles iam atrás e conseguiam. Que nem o calçamento, essas coisas assim. Eu acho que... Faz falta muitas vezes uma pessoa para falar pela gente. (Entrevistada 35)

A população traz como alternativa os representantes de bairro para realizar a interlocução com o governo local. Pode-se relacionar isso com a questão deles sentirem-se compreendidos por ser uma pessoa do local em que possui as mesmas vivências em termos de território.

Percebe-se o quanto o território é importante para os entrevistados, pois quando mencionam a importância de ter alguém que os represente, referem alguém do bairro, do local onde sentem-se pertencentes, que compreende as dificuldades e os problemas existentes. Além disso, deduz-se que a população carece de escuta, pois quando dizem "... a gente senta e conversa..." (E 17) e "...que a gente podia conta com eles..." (E35) eles demonstram a necessidade de serem ouvidos, de poderem falar o que pensam, o que desejam, o que percebem.

Mas, infelizmente, em termos de políticas públicas, elas não são projetadas a partir da sociedade que demanda. O presente estudo identifica o que os autores Guadagnin, Moreira Neto e Vianna (2019) afirmam em sua pesquisa em relação a entender as situações concretas da vulnerabilidade social, pois só assim se compreende o que gera e mantém as desigualdades e exclusão do território usado.

Outra situação é que a população em situação de vulnerabilidade social é desconsiderada, é percebida pelos agentes políticos como uma população que se encontra nessa situação, pois não fazem nada para superá-la. Nesse sentido, percebemos isso através das falas das entrevistadas 13 e 53, respectivamente:

Eu acho que eles podiam dá mais atenção pra gente, porque eles sabe que tem mais gente que precisa né, às vezes pior do que eu também, eles podiam dá um pouco mais de atenção né, pro povo.

Hum... Eles tinham que dá mais assistência pro bairro, né? Pras pessoa. Dá mais ouvido as pessoa...Não, ahhh... acho que a prefeitura tinha que vir mais aqui pra baixo pra conversa, pra ve o que

poderia melhora aqui embaixo. Porque eles não vêm muito pra cá. Pra ver as questões que... Que precisa melhora. Porque são várias.

A população, muitas vezes, é invisível, esquecida pelo poder público. A própria PNAS/2004 refere que a proteção social básica deve se orientar em territórios com maior vulnerabilidade, até o momento de alcançar a todos os que dela necessitarem. Entende-se que os serviços da PSB deveriam estar nos locais de maior vulnerabilidade para ser de fácil acesso às pessoas que vivenciam maior vulnerabilidade.

Mas, conforme a fala da entrevistada 53 "... porque eles não vêm muito pra cá", os beneficiários não percebem a presença do poder público. Reforçando esse esquecimento, e referenciando a política de assistência social é de ressaltar a fala da entrevistada 49:

Cadê a educação daqui, da assistência social? Que disse aqui que ia bota o projeto da manhã até a tarde pras criança pros pais pode te um trabalho. Porque antes, meus filhos todos tavam em projetos. Todos. Da manhã até a tarde. Agora aqui não tem? Ah, para. Daí, às vezes, falta comida. Que nem hoje, meu guri ficou em casa. Era só às 10h pra i pra APAE, não tinha um café pro guri toma, um pão pro guri come. O guri foi com fome, só tomou água com remédio. Quando eles tão comendo, enchendo a barriguinta. Ele foi come lá na APAE agora.

É explícito duas situações na resposta da entrevistada 49, a questão do projeto social (referenciado também pelas entrevistadas 4, 20, 29, 33, 37, 41, 46) e a fome. É importante salientar que os serviços da Proteção Social Básica preveem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, previsto para todas as idades. Um aspecto fundamental a considerar é a participação das crianças e adolescentes em idade escolar no turno inverso à escola, o que não vem acontecendo, conforme verificado nos relatos.

O SCFV é realizado no município de Taquara, sendo o bairro Empresa, uma das localidades que possui oficinas em determinados dias da semana. Mas ocorre em um lugar específico do bairro, ofertando oficinas de esportes, contemplando um número reduzido de crianças e adolescentes.

Vale destacar que as entrevistadas que relataram a questão dos projetos sociais, não citaram em nenhum momento o serviço existente, por exemplo, queixando-se que não havia "vaga" para seu filho (a). Cabe questionar o quanto os beneficiários conhecem o serviço ofertado, o quanto o serviço é divulgado e como é

realizado a busca ativa, pois as pessoas em situação de vulnerabilidade social deveriam ser contempladas por esses serviços.

Outra situação é a fome relatada pela entrevistada 49, a preocupação com o filho de ir para o atendimento na APAE sem ter realizado a refeição da manhã por não ter mantimento para ser ofertado. Além da fome, é importante destacar que se trata de uma pessoa com deficiência, portanto outra demanda existente na família.

Relaciona esse achado a Tabela 5 em que várias entrevistadas referiram não ter auxílio da assistência, sendo a cesta básica a mais referenciada. É relevante pensar que a fome não é eventual para as famílias em situação de vulnerabilidade social, pois o que a maioria dessas pessoas vivenciam é uma insegurança alimentar.

A insegurança alimentar é muito mais complexa do que acessar o benefício eventual da cesta básica. É a partir do pressuposto que essas famílias não terão o que comer se não tiverem auxílio externo, seja do poder público seja de pessoas caridosas.

Em relação à insegurança alimentar, é de mencionar o Inquérito Nacional de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil em que, em relação ao sul, mais de 20% da população passa por essa situação. Por isso, é importante pensar em estratégias que não apenas resolvam o problema imediato, mas que gere alternativas para que as pessoas em situação de vulnerabilidade não precisem mais depender da boa ação das pessoas.

Assim, as pessoas em situação de vulnerabilidade social possuem um suporte social muito fragilizado. Além de sentirem-se julgados pela população em relação a sua condição de vida, sem conhecerem verdadeiramente suas vivências e dificuldades, percebem-se como esquecidos pelo poder público, o que amplifica sua sensação de isolamento e falta de apoio. Além disso, a falta de conhecimento sobre os serviços oferecidos pelo poder público resulta em uma exclusão ainda maior, deixando-os sem acesso a recursos essenciais para melhorar suas condições de vida.

Diante disso, são muitas as dificuldades enfrentadas pela população em situação de vulnerabilidade social, tanto no que tange a questões individuais e comunitárias quanto em relação ao poder público. Ainda, salienta-se que muitos responsáveis familiares quando questionados sobre as dificuldades enfrentadas e as necessidades para melhorar a qualidade de vida, 11 pessoas responderam não saber, o que reforça o apoio fragilizado, além de um conformismo com a atual condição que vivem.

Em síntese, são muitos os obstáculos vivenciados pelos beneficiários do Programa Bolsa Família, relacionados tanto à educação e ao acesso ao mercado de trabalho até questões de saúde, segurança e suporte social, esses indivíduos enfrentam uma série de barreiras que muitas vezes perpetuam o ciclo da vulnerabilidade e da pobreza. É crucial reconhecer que tais dificuldades não são apenas questões individuais, mas também refletem desafios estruturais e sistêmicos que exigem uma abordagem integrada por parte das políticas públicas intersetoriais e da sociedade em geral. Nesse contexto, é imperativo que as iniciativas de assistência social sejam mais sensíveis, inclusivas e eficazes, visando não apenas aliviar os sintomas da pobreza, mas também abordar suas causas subjacentes e proporcionar oportunidades reais de desenvolvimento e empoderamento para os beneficiários do PBF.

5.3.2 Potencialidades

Outra categoria são as potencialidades, que têm o intuito de responder ao objetivo específico III, sendo ele identificar os elementos positivos para potencializar o desenvolvimento humano e a superação das dificuldades enfrentadas. Para isso, se dividiu nas seguintes subcategorias: oportunidades, educação e sonhos.

5.3.2.1 Oportunidades

Essa subcategoria foi escolhida por observar em muitas entrevistas o desejo de trabalhar, a vontade das mulheres em conseguir um emprego, conforme as respostas:

Um bom serviço. Eu trabalhar e dar o que eles precisam. (Entrevistada 1)

trabalhar mais (Entrevistado 2)

Um bom serviço. Eu trabalhar e dar o que eles precisam. (Entrevistada 3)

O que eu vou te dizer? Eu queria poder trabalhar, pra dá as coisas pra eles, sabe? Eu sei que não é fácil e a gente se vira, se vira, se vira,

mas só queria pode trabalha, te a chance de trabalha. (Entrevistada 13)

Ter um emprego para melhorar a vida do meu filho e dar tudo para ele que ele precise." (Entrevistada 28)

...eu acho que um serviço ou emprego que eu conseguisse fazer, entendeu? Que eu tivesse experiência. Acho que eu melhoraria, eu acho que...(Entrevistada 32)

É, no caso, seria emprego. (Entrevistada 36)

Ah, eu começar a trabalha né? Pra ajuda meu marido. (Entrevistada 39)

Futuramente, trabalha, pode trabalha, porque só o bolsa família não é suficiente. Falta bastante coisa, porque filho dá gasto. É muita coisa na escola, roupa, material, essas coisa, é tudo caro, tudo caro." (Entrevistada 57)

Percebe-se nos beneficiários do PBF a força de trabalho, o desejo de trabalhar, a vontade de ter um emprego, aspecto este não reconhecido pelos profissionais da assistência social. É comum escutar que as pessoas do PBF recebem o benefício há anos porque é um dinheiro ofertado pelo governo e que é mais fácil recebê-lo do que trabalhar.

Importante refletir que os profissionais que trabalham com a população em situação de vulnerabilidade social, muitos, vem com concepções e julgamentos. Esses preconceitos interferem tanto no modo da abordagem dos profissionais quanto nos serviços ofertados, pois os técnicos não irão considerar as diversas variáveis como a questão territorial, questões sanitárias, filhos, escolas, entre outras. Isso pois partem do pressuposto que as famílias estão na situação de vulnerabilidade social por acomodação, por não desejarem sair da situação que estão, por acreditarem que é mais fácil viver dessa maneira, dependendo do governo. Com isso, os técnicos tendem a pensar nos serviços previstos na PSB e PSE e executá-las partindo do pressuposto do que consideram importante trabalhar com os usuários para emancipá-los, vislumbrando a partir da visão técnica e desconsiderando o olhar do usuário que é o ator principal da PNAS.

Relacionando o desejo das pessoas trabalharem com a Tabela 04 (Motivos para não trabalhar), pode-se entender, em parte, porque essa vontade não está sendo alcançada. Mas, é relevante considerar a fala das entrevistadas, pois não condiz com a hipótese de que a questão cultural em que as famílias acreditam que a maneira como estão vivendo está de acordo com o que conhecem e que é normal viver dos benefícios sociais e auxílio das pessoas.

As pessoas têm a vontade de trabalhar, mas permanecem sem o trabalho, em alguns casos, por diversos anos recebendo apenas o benefício do PBF, em função de motivos conforme a tabela 04. Nesse sentido, é importante analisar que o município de Taquara tem em sua estrutura econômica uma variedade de setores que contribuem para o mercado de trabalho, sendo o comércio um dos pilares fundamentais. Com isso, é importante criar alternativas para superar os motivos da tabela 04 (cuidado com os filhos, incapacidade física e mental, cônjuge não quer que trabalhe, outros) para incentivar a emancipação financeira.

Inferese que para se trabalhar no comércio o perfil exigido não condiz com o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Destaca-se que a maioria dos entrevistados não possui nem o ensino fundamental completo (Gráfico 11), além do tipo de vestimenta, local de moradia, saneamento básico e falta de suporte social, o horário com as atividades dos filhos, motivos que podem interferir na busca por trabalho.

Vale exemplificar que o comércio em Taquara, em sua maioria, tem como horário de trabalho das 9 horas às 18:30. Nesse caso, a pessoa deverá sair de casa em torno de 8:30h retornando às 19h. Deve-se considerar que se os filhos frequentarem educação infantil, a pessoa não irá conseguir cumprir com o horário de saída, pois as EMEI's do município fecham às 18:30. Caso a pessoa tenha filhos no ensino fundamental ou médio, terá a dificuldade do turno inverso à escola.

Percebe-se aqui uma dificuldade real mencionada pelas entrevistadas como impedimento, inclusive para procurar emprego. E, ainda, é de se ponderar o quanto esses fatores influenciam no sentimento de vergonha e insegurança por não possuírem as mesmas condições (Gráfico 13) da grande maioria dos candidatos.

Essa subcategoria é consonante à teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow, pois os beneficiários do PBF estão, muitos ainda no nível mais básico, fisiológico. Nos subcapítulos anteriores, discutiu-se a falta de alimentação, a falta de suporte, a falta de água, o que influenciará em outras questões fisiológicas.

Se as necessidades fisiológicas não forem supridas, é difícil de passar para o próximo nível, o de segurança. E, mesmo estando no segundo, conforme mencionado pelas entrevistadas nos subcapítulos anteriores, as beneficiárias não se sentem seguras quanto à questão de recursos econômicos, estabilidade familiar, saúde, moradia, quanto mais a questão do emprego.

Nesse sentido, as políticas públicas precisam viabilizar os direitos sociais para que os beneficiários possam se desenvolver no sentido de pensar além das necessidades básicas. Percebe-se o desejo de trabalhar, o vislumbre de uma realidade diferente, e as próprias entrevistadas descrevem, através de suas respostas, alternativas que poderiam ser possibilitadas em parceria com o poder público:

Que falta mesmo? Se bota um serviço aqui, bota uma fábrica de serviço aqui pra nós, porque aquele pavilhão tá parado lá um tempão, ninguém sabe o que vai fazer com aquele pavilhão. Bota um atelier ali em cima então, pega, toma conta, bota um atelierzinho ali pras mulher costura, sei lá, faz alguma coisa ali. Pelo menos já ajuda alguém na comunidade aqui, né? Já que as firma de serviço demora pra chama, aquela burocracia toda pra chama a gente. Chama pra fazer o teste, a gente vai lá faz o teste, espera chama pra contrata, ninguém chama. Aí fica nessa do teste, teste, teste, acaba em nada. Seria uma boa. (Entrevistada 12)

Bota uma fábrica, num... numa... como é que eu vou dize, um prédio que tem aqui abandonado, meio que abandonado, não é? Bota alguma coisa pra faze renda pras família. (Entrevistada 18)

Eu acho que deveria, ou no caso, a prefeita deveria coloca uma fábrica perto pras mães que precisam trabalhar aqui na empresa. Porque a gente corre por tudo e não consegue serviço em lugar nenhum. Uma firma de calçado, ou tanto faz, qualquer tipo de comércio. Porque até tem um pavilhão aqui que o vereador X faz a ONG dele ali de Karateca com as crianças. Se a prefeita pude fala com ele, pra traze uma firma para cá, ou também uma ONG, tanto faz pra pode ajuda o pessoal aqui. Porque aqui a empresa é muito esquecida. Por todos, por todos. (Entrevistada 51)

Elas sugerem, como uma alternativa para as pessoas do bairro, a instalação de uma empresa em um prédio abandonado que é utilizado para oficinas de karatê. Chama atenção essas falas, pois há um estigma social que os beneficiários do PBF não querem fazer nada, pois estão recebendo o benefício e, por isso, é mais fácil. Mas, não foi o que se identificou na atual pesquisa, pois as entrevistadas deram alternativas de como gerar emprego.

Deve-se considerar que entre o prédio abandonado e existir uma fábrica no local, há um caminho a ser percorrido em que existem inúmeros fatores. Mas, também há alternativas que o poder público poderia viabilizar, como a economia solidária, parceria público/privado, oficinas e cursos profissionalizantes nesse local, de maneira a proporcionar uma forma de geração de renda.

Enfim, o ponto a ser salientado é que as próprias mulheres têm um potencial “escondido”, o qual precisa apenas ser explorado no sentido da escuta para que em conjunto possam criar alternativas. Importante considerar que quando se faz parte do processo gera tanto um sentimento de responsabilidade quanto um maior pertencimento.

Nesse caso, se as mulheres participarem desde o momento da ideia através de grupos de escuta no território, faz com que elas sejam parte do processo, faz elas sentirem-se olhadas, escutadas. Isso auxilia no próprio empoderamento, assunto tão discutido na política pública de assistência social quando se refere às mulheres, além de auxiliar no pertencimento e na autoestima por terem sido valorizadas.

Uma alternativa interessante, e que traria benefícios para o território, é o que a entrevistada 23 apontou:

Eu plantei. Eu tenho a vontade de pega. Ali não é meu. De pega e paga alguém pra vira toda essa terra aqui. Ali. Faze uma roça de milho, feijão, sei lá. Pra colhe de todo mundo que mora aqui pra baixo. Dividi. Dá pra todo mundo come. Não é meu. Já que não é meu, vamo faze. Vamo faze uma roça.

A entrevistada refere que o sonho dela é ter uma horta comunitária em um local onde é colocado lixo (Imagem 2). Relata que se a prefeitura a permitisse arrumaria o local e faria a horta e acredita que seria benéfico para todos os que residem próximo, pois todos teriam acesso.

Quando questionada se a ideia daria certo, se todos auxiliariam, pois por ser comunitária, todos deveriam auxiliar, ela responde que levaria alguns meses, mas que conforme as pessoas percebessem a importância, ela tinha certeza de que todos iriam ajudar. Percebe-se com a fala da entrevistada 23 que ela, como usuária da política de assistência social, entende que é um processo, entre o acesso da população até a conscientização e o sentir-se pertencente àquele lugar.

Novamente reforça-se a importância da política pública ser trabalhada com objetivos a curto, médio e longo prazo. Ações pontuais, como é previsto na PNAS na proteção básica, são relevantes, mas o trabalho contínuo como é esperado, traz resultados mais significativos e que podem modificar questões mais enraizadas, como a questão de trabalhar em prol do coletivo, um dos objetivos da horta comunitária.

Outro ponto a ser destacado tanto nas respostas das entrevistadas 12, 18 e 51 quanto na 23, é a questão do território, pois elas pensam em alternativas que iriam trazer resultados positivos para o bairro. Infere-se com isso a importância do pertencimento ao território e o desejo de transformá-lo em um local melhor para viver.

Diante disso, no que se refere às potencialidades, as responsáveis familiares possuem diversas ideias para que consigam melhorar sua condição de vida e alcançar uma maior autonomia financeira e social. Nesse sentido, percebe-se a importância de existir espaços de escuta e construção em conjunto para que possam trabalhar alternativas de mudança e efetivação delas.

5.3.2.2 Educação

Essa subcategoria revela o que os entrevistados percebem sobre a importância da formação tanto na qualificação pessoal quanto no futuro dos seus filhos. Pode-se perceber através das respostas das entrevistadas:

Eles já implantaram cursos, mas são mais pra crianças né, cursos, né... Tinha que também dá oportunidade pra pessoas adultas também, né... Mas em horário que as crianças tivessem no colégio, como que eu não trabalho e eu teria horário na parte da tarde, né... Disponível. (Entrevistada 17)

... mais curso. E, na verdade, muita gente não faz muitos cursos, porque a situação financeira não permite. Então, às vezes, tem vontade, mas não pode. Então, eu acho que tendo esses cursos pra auxiliar e mante o pessoal estudando, eu acho que gera um futuro bem melhor pra todos, não só pra a minha família. Como meus filho, muitas vezes, tiveram vontade de fazer curso e eu não pude, porque eles eram cinco né, daí hoje cada um se vira como pode, porque são grande né, então hoje daí eles tão correndo atrás. A única coisa que digo é estudem que faz falta pro futuro e muita falta. (Entrevistada 27)

As entrevistadas percebem a importância da oferta de cursos, mas também revelam as adversidades em relação à faixa etária, disponibilidade de tempo e limitações financeiras. A entrevistada 17 aponta a necessidade de cursos, não somente para as crianças, mas também voltados aos adultos, sendo considerada a questão do tempo, pois em razão de possuir filhos em idade escolar, precisaria coincidir com o turno da aula para poder conciliar com a rotina dos filhos.

Ademais, a entrevistada 27 enfatiza a relevância dos cursos como meio de proporcionar um futuro melhor para todos, incluindo os filhos. No entanto, ela destaca as dificuldades financeiras que muitas vezes impedem as pessoas de realizar cursos, apontando isso como uma limitação que pode ser um obstáculo para o desenvolvimento educacional.

Essas respostas indicam a complexidade das aspirações educacionais e profissionais dos entrevistados, mostrando a relevância das políticas públicas. Mas para haver efetividade nos serviços e programas, é necessário que seja considerado não apenas a oferta de cursos, mas também questões relacionadas à acessibilidade financeira e à flexibilidade de horários para atender a diferentes grupos demográficos.

É de referir que, conforme a Lei nº 8742/1993 artigo 6º inciso I (Brasil, 1993), que a Proteção Social Básica (PSB) é um conjunto de serviços, projetos, programas e benefícios da assistência social com o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social através do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Associando com as respostas das entrevistadas 17 e 27, os cursos seriam uma forma de desenvolver as potencialidades das famílias, mas como foi salientado pelas entrevistadas precisam ser considerados as variáveis como o turno.

Outro ponto a ser analisado que é relevante para a gestão pública considerar é a questão do interesse individual, conforme a resposta da entrevistada 37: "Olha, dando mais oportunidade, mais cursos pra aprimorar quem não teve essa oportunidade." Essa afirmação sugere que o entrevistado reconhece a necessidade de personalização e adaptação das ofertas de cursos, levando em consideração as experiências e lacunas educacionais específicas de cada pessoa.

Em diversos momentos, a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania do município de Taquara oferta cursos em parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), na região central da cidade. Mas, normalmente, os cursos não têm o retorno esperado pelos técnicos e responsáveis, tanto na parte da busca quanto na conclusão.

Nesse sentido, diante das questões apresentadas pelas entrevistadas 17, 27 e 37, deduz que alguns dos motivos pela não efetividade dos cursos ofertados é a questão territorial, conforme tabela 3, os territórios mais vulneráveis partindo do cadastro único, não estão localizados na região central. Além disso, outros fatores

como a questão social, econômica, médico-sanitária, experiência, disponibilidade de tempo com a questão de rotina diária, precisam ser considerados.

Importante destacar a questão do território com o que o primeiro entrevistado, (entrevista realizada como teste para verificar o questionário) respondeu quando referenciou o desejo de estudar. O mesmo relatou que foi ofertado curso, mas que não se sentia à vontade para fazer pois não teria roupas e higiene adequada para o local. Mas, quando questionado se havia algum curso perto de sua residência (território vulnerável), ele respondeu que participaria, pois se sentiria bem.

Ainda sobre o território, cabe destacar que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012) refere que as ações comunitárias, desenvolvidas pela PSB, são voltadas para gerar dinamismo no território, mobilizando a população e gerando o protagonismo da comunidade. Por isso, os serviços e programas precisam sempre ser pensados dentro da lógica territorial.

Além dos cursos, as entrevistadas especificam a importância dos estudos para a mudança de vida, conforme as respostas das participantes 15, 20 e 34, respectivamente:

Já pensei em voltar a estudar, Eu só não fui por causa das crianças, né? Daí não tem com quem deixa. (Entrevistada 15)

Eu acho que se eu volta no estudo, eu acho que já soluciono um monte de problema, porque aí eu consigo um trabalho. Eu parei na 5ª série e ninguém pega, vai trabalhar no mercado, tem que ter estudo, a maioria deles pede estudo, vai trabalhar no caixa, pra um monte de coisa. Se não só a oportunidade que tem é faxina, porque daí não escolhe, não pega pro estudo." (Entrevistada 20)

Mais conhecimento. Eu acho que tudo que a gente tem que ir pra frente tem que ter um pouco de conhecimento. Estudo. Parei muito nova de estudar. Eu acho que se a gente se dedica mais nos estudos, mais pra frente, é o futuro da gente. Eu acho que é isso." (Entrevistada 34)

As respostas das entrevistadas destacam a percepção de que o retorno aos estudos pode ser uma solução significativa para diversos desafios enfrentados por elas. A entrevistada 15 aponta que a responsabilidade com as crianças é um impeditivo, indicando a dificuldade em conciliar a educação com as responsabilidades familiares, refletindo a importância de considerar as barreiras práticas que podem impedir a participação das pessoas em situação de vulnerabilidade social na educação.

Essa situação vem ao encontro do que Magalhães *et al.* (2011) identificaram em sua pesquisa em relação às mulheres desejarem ter “uma vida melhor”, mas devido a todas as adversidades, encontram-se presas na resignação e na falta de esperança. Além de Silva *et al.* (2019) reforçarem que as mulheres são as cuidadoras primárias nas famílias. Mesmo havendo o desejo de retornarem aos estudos para a possibilidade de uma mudança de vida, existem as responsabilidades relacionadas a famílias que, muitas vezes, impedem a realização.

As entrevistadas 20 e 34 também relacionam o retorno aos estudos com uma melhor qualidade de vida e obtenção de um emprego. Essas respostas destacam a visão positiva em relação à educação como um caminho para o desenvolvimento pessoal e profissional. Relaciona-se ao que Freitas *et al.* (2017) evidenciam em sua pesquisa: que a pobreza é muito complexa, por isso precisa ser considerado os diversos aspectos envolvidos, como a educação inclusiva e a superação das desigualdades sociais, de gênero e das minorias étnicas e religiosas.

Em conjunto, essas respostas indicam a percepção compartilhada pelas entrevistadas que a educação é um meio fundamental para superar obstáculos e alcançar uma melhor qualidade de vida. Além disso, destaca-se que a educação tem um papel transformador para o rompimento da pobreza, pois ela proporciona conhecimentos e habilidades essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional.

5.3.2.3 Sonhos

Esse tópico é pertinente, pois sonhos se relacionam com perspectiva de futuro. Muitas participantes, quando questionadas sobre o que achavam que precisavam para proporcionar uma vida melhor para seus filhos, não sabiam o que responder. Quando era sugerido imaginar o futuro e o que gostariam que acontecesse para melhorar sua vida, elas não sabiam o que responder.

Mas, no decorrer das entrevistas, algumas conseguiram projetar sonhos. A casa ou melhorar sua moradia foram respostas frequentes quando relacionavam com o futuro e proporcionar uma vida melhor para seus filhos, conforme as respostas abaixo:

Melhorar minha casa. Comprar uma casa boa, com bastante conforto, principalmente com meus filhos. (Entrevistada 05)

Olha, se eu tivesse um lugar melhor para morar. (Entrevistada 06)

Sei lá, uma moradia que não pegasse enchente, aqui no caso, né? (Entrevistada 11)

... pode melhora minha casa, isso... (Entrevistada 13)

Ah, eu queria comparti com meu marido de se ergue, compra um terreninho, compra uma casa, bota nossos filhos dentro, dá o melhor pra eles. (Entrevistada 14)

Uma boa moradia. Seria melho. (Entrevistada 30)

Pra mim, uma casa nova. Gostaria de te um quarto separado para cada um dos meus filho. Uma casa boa para eles. Pra a gente perder aquele medo de vir um temporal, coisa assim né. Aquele medo de levanta as telha, de cair a casa. Desejaria isso. (Entrevistada 35)

Termina de faze minha casa. (Entrevistada 45)

Eu queria te uma casa nova (Entrevistada 47)

A minha casinha que vai vim ali, que seja rápido que aqui, meu Jesus Amado. (Entrevistada 49)

A minha casa. Minha casa ser melho. Tipo assim, seria de material, conseguir te uma vida melhor (Entrevistada 54)

Essas respostas refletem a preocupação com a moradia e o quanto elas acreditam que melhorar a situação de habitação irá melhorar a qualidade de vida delas. Cabe ainda relacionar essas respostas com o gráfico 03, em que 50% dos participantes referiram que a estrutura de sua casa era precária. Percebe-se o desejo das entrevistadas em melhorar as condições de moradia.

Vale destacar a resposta das entrevistadas 11 e 35 que relatam a questão dos problemas climáticos, salientando “temporal” e “enchentes”, pois o ano de 2023 foi marcado por diversas adversidades climáticas, gerando muitas perdas. O medo que expressam é justificado pelas diversas vezes em que moradores tiveram que sair de suas residências para ficarem alojados, seja em casas de parentes e amigos, seja em abrigo municipal.

A Constituição Federal Brasileira (1988) prevê em seu artigo 6º a moradia como um direito social. Ainda, em relação às políticas públicas, Brites, Marin e Rohenkohl (2016), Silva *et al.* (2017), Scortegagna e Oliveira (2020) referem que as políticas

públicas precisam ser direcionadas também para as condições de moradia, pois elas influenciam a pobreza.

Enfatiza-se a importância de considerar a moradia e sua influência na pobreza, pois ela reflete em diversas outras situações na família. Além do medo, da segurança, as entrevistadas relacionam a moradia com a questão de proporcionar uma vida melhor aos filhos.

Algumas entrevistadas expressam o desejo de comprar uma casa, construir um novo lar ou completar a construção de suas casas atuais. Essa evidência indica que as beneficiárias do PBF acreditam que a condição de habitação é crucial para a melhoria da qualidade de vida.

A repetição do tema da moradia em várias respostas destaca a necessidade de intervenção e apoio, seja por meio de políticas habitacionais, programas sociais ou outras iniciativas que possam atender às necessidades habitacionais dessas comunidades. Nesse sentido, a Prefeitura de Taquara firmou uma parceria com o governo do Estado do Rio Grande do Sul, em que serão construídas 10 unidades habitacionais, além de ser atendido com o novo Minha Casa Minha Vida Faixa 1 que contemplará mais 144 unidades habitacionais, com o intuito de priorizar as famílias atingidas nas enchentes (Prefeitura Municipal de Taquara, 2023).

Esse empreendimento corrobora com a entrevistada 6 “Loteamento. Loteamento, fazer uns loteamento pas pessoas, assim, pobes, paga um pouco por mês, assim, não dá de graça, mas que fosse um pouco, assim, que cabe no bolso de cada um pra pagasse.”. Portanto, enfatiza-se que o município tem pensado e investido em políticas públicas habitacionais.

Outro tópico evidenciado na subcategoria “sonhos” é a projeção em relação ao futuro dos filhos, conforme as respostas das entrevistadas:

É, eu não sei também. A educação que eu quero, que eles estuda, né, pra ter um serviço bom, né. É isso que eu peço para eles, né, fazer que nem eu, com 10 anos, parei de estudar para ajudar a mãe, né. E parei na segunda série, não fui mais no colégio, né. Fui arruma o serviço que eles pede, né, pra não estar estudando não. E é isso, eu peço para eles, estude pra ter uma profissão boa, meu filho. Não que nem meu marido, ele é pedreiro, não trabalha de carteira assinada, aí quando chove ele não ganha. Semana passada eles não ganharam nada, né (Entrevistada 7)

Meus filho? Bah. Eu tô tão perdida na minha vida, minha situação tá tão crítica, que olha, eu tô atirando pra tudo que é lado. De verdade mesmo. Eu só queria só mesmo te um serviço de boa mesmo. Te

meu salário ali, consegui mante minha casa, meus filho, porque não tá fácil mesmo. (Entrevistada 12)

É trabalha, ergue a cabeça, trabalha e tenta, se ergue e não se bota pra baixo. Adquiri e mostra pros teus filho o que eles qué, eles podi te. (Entrevistada 14)

A gente tenta da tudo do bom e do melho pra eles. Faltam um pouco de estudo na nossa parte, do pai e da mãe, eu e meu esposo, mas a gente tenta ensina a eles que o estudo é a base de tudo. Se eles estudarem, se dedicarem aos estudo, a gente consegue muito mais coisa. Sim, tem que te o esforço da gente, mas eu acho que o estudo é a base de tudo. (Entrevistada 34)

Percebe-se diferentes perspectivas em relação à educação e ao trabalho, revelando as complexidades enfrentadas pelas participantes durante a vida. A entrevistada 7 destaca a importância da educação para garantir um serviço estável e uma profissão qualificada. Ela compartilha sua própria experiência de interromper os estudos precocemente (da mesma forma que a entrevistada 34) para ajudar a família e incentiva seus filhos a perseguirem uma educação que lhes proporcione oportunidades mais sólidas.

Percebe-se o reconhecimento das dificuldades enfrentadas por não ter estudo e o desejo que seus filhos tenham um futuro diferente. A preocupação com os filhos persiste na fala da entrevistada 12, mas com um teor diferente, pois sua fala reflete a angústia diante das dificuldades financeiras e a busca por uma solução para garantir a subsistência para poder sustentar sua casa e seus filhos.

Tanto a entrevistada 14 quanto a 34 referem a importância de não desistir, de persistir para alcançar seus objetivos, sendo que a E 34 reforça a questão dos estudos como base para as conquistas. Em conjunto, essas respostas apontam para a valorização da educação como uma ferramenta essencial para romper com a precariedade financeira, incentivar a resiliência diante dos desafios e proporcionar um futuro melhor para os filhos.

O desejo de uma “vida melhor”, sendo a união do “educação-trabalho-dinheiro” a forma mais frequentemente mencionada para atingir uma vida mais digna é o que Magalhães *et al.* (2011) apontam em sua pesquisa. Desse modo, é pertinente destacar que as beneficiárias do PBF, através de suas respostas, também acreditam que através da educação pode se conquistar um emprego mais estável e consecutivamente uma melhor renda.

Nesse sentido, ainda sobre a educação, a entrevistada 18 aponta o que acredita que precisa para melhorar de vida "Terminando meus estudo pra fazer um curso que eu tenho um sonho, enfermagem." Essa resposta reforça a busca pela educação como uma forma de romper com a vulnerabilidade social, investindo na qualificação profissional.

Ainda sobre a importância da formação, as entrevistadas 33 e 55 salientam "Termina meus estudo e fazo técnico em informática" e "Uma faculdade de pedagogia... A minha faculdade. Se eu tivesse minha faculdade, eles teriam uma vida melhor", respectivamente. Nesse sentido, evidencia-se a perspectiva da educação como meio de melhorar a possibilidade de empregabilidade, proporcionando empregos mais qualificados e uma melhor qualidade de vida.

Além disso, outros sonhos destacados pelas entrevistadas 26 e 29 são, respectivamente: "Estabilidade financeira" e "Ter a minha lancheria." Destaca-se a busca por autonomia econômica nas duas respostas, pois o desejo de ter o próprio negócio é uma forma de adquirir uma estabilidade econômica.

Vale destacar que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2005) traz uma visão social de proteção, que seja capaz de conhecer as vulnerabilidades sociais, mas que também reconhece que a população possui capacidades e possibilidades que podem ser desenvolvidas. Portanto, afirma-se diante dos dados da atual pesquisa, que a política pública destinada para as pessoas em situação de vulnerabilidade social precisa estar voltada também para a área de formação e desenvolvimento de educação financeira, como meio de proporcionar bem-estar, melhorando a qualidade de vida.

No que tange às potencialidades das famílias em situação de vulnerabilidade social, considera-se a importância da educação, da moradia, das perspectivas de uma estabilidade financeira. Aqui, enfatiza-se a importância de relacionar com a teoria de Amartya Sen (2010) do desenvolvimento das capacidades e liberdades individuais. Sen (2010) estuda o desenvolvimento a partir da capacidade das pessoas de viverem vidas que valorizam, saindo da lógica puramente baseada nos indicadores econômicos.

Considera-se as respostas das entrevistadas neste capítulo e relaciona-se às questões do trabalho e da qualificação profissional como meios fundamentais para o desenvolvimento das capacidades individuais, permitindo que as pessoas realizem seus potenciais e exerçam suas liberdades. Ainda, para Sen (2010) o trabalho não é

apenas uma forma de obter renda, mas um instrumento vital para a realização pessoal e a expressão das capacidades individuais.

Ainda, correlaciona o trabalho como uma forma de desenvolvimento de habilidades com os objetivos da PNAS e do SUAS, percebe-se que é um meio de garantir a proteção dos usuários, viabilizar seus direitos, além de promover a autonomia e empoderamento. Portanto, investir nas potencialidades dos usuários é valorizá-los e fazer com que eles sejam atores da política pública.

Reforça-se que Amartya Sen (2010) considera que a educação e a renda são facilitadores para o alcance das liberdades substantivas, pois a educação permite com que as pessoas exerçam suas escolhas de forma consciente participando ativamente da sociedade. Além disso, a renda possibilita a provisão das necessidades básicas. Dessa maneira, o trabalho digno e a educação são elementos cruciais nesse processo, pois proporciona às pessoas ferramentas necessárias para moldar suas próprias vidas.

Diante da análise dos resultados da presente pesquisa, evidenciou-se que os beneficiários do Programa Bolsa Família enfrentam numerosos desafios. Inicialmente, esses beneficiários apresentam dificuldade em refletir sobre as necessidades para melhorar sua qualidade de vida. No entanto, quando estimulados a pensar, conseguem identificar tanto os aspectos positivos das ações do poder público quanto as principais carências que precisam ser supridas para uma melhor qualidade de vida.

Essa complexidade de fatores nas áreas de saúde, educação, segurança, saneamento/infraestrutura e trabalho torna-se um grande impeditivo para que consigam superar a vulnerabilidade social. Além disso, a falta de suporte social e a escassa rede de apoio complicam ainda mais a situação pois, quando necessitam de auxílio, não sabem a quem recorrer. A vulnerabilidade, associada ao preconceito e as experiências negativas, contribui para a sensação de não serem ouvidos, de abandono.

Em contrapartida, a população entrevistada demonstra um grande potencial. Apesar das dificuldades cotidianas, os beneficiários são capazes de pensar em maneiras de superá-las e alternativas para mudanças positivas. Observa-se uma grande fragilidade emocional, mas também sonhos, expectativas de vida e esperança em dias melhores e com maior qualidade de vida. Existe um potencial significativo no território, evidenciado pelas respostas dos entrevistados que ressaltam a importância do local onde residem e como a melhoria desse local seria benéfica para eles.

Nesse sentido, compreende-se que o poder público precisa articular de maneira mais eficaz a rede socioassistencial, assim como os programas e serviços desenvolvidos, para que atendam às necessidades da população e do território. Mesmo diante de muitas dificuldades, encontra-se uma população com desejos e vontade de mudança, que precisa ser auxiliada e acompanhada para que possa, de fato, pensar e executar ações que promovam melhor bem-estar e qualidade de vida, superando ou, pelo menos, diminuindo a vulnerabilidade social.

Finalmente a questão territorial e o sentimento de pertencimento são cruciais para a coesão social e o bem-estar coletivo. Os beneficiários valorizam seu território e demonstram um forte desejo de ver melhorias nele. Este vínculo territorial pode ser uma força motriz significativa para o desenvolvimento local, desde que apoiado por políticas públicas adequadas e investimentos em infraestrutura e capacitações.

Em síntese, para efetivamente diminuir a vulnerabilidade social dos beneficiários do PBF, é imperativo que as políticas públicas sejam não apenas mais robustas, mas também mais sensíveis às questões territoriais e ao sentimento de pertencimento. Aproveitar as potencialidades dos beneficiários, como seu desejo de trabalhar, suas ideias para melhoria do território, a valorização da educação e seus sonhos e aspirações, pode ser a chave para transformar desafios em oportunidades, impulsionando o desenvolvimento regional de maneira inclusiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vulnerabilidade social é um tema de relevância mundial e, no Brasil, não é diferente. Embora este seja um país rico em muitos aspectos, desigualdade e pobreza são questões persistentes, o que faz a vulnerabilidade ir muito além da carência material, pois ela abrange falta de acesso às políticas públicas, além de problemas de cunho emocional e social, elementos que corroboram em um ciclo de exclusão que se perpetua por gerações.

Assim, as expressões da desigualdade, como o preconceito racial, de gênero, a xenofobia e demais processos de exclusão, articulam com a vulnerabilidade social. Isso resulta na marginalização daqueles que dependem das políticas públicas para enfrentar demandas de moradia, saneamento, entre outras formas de violência existentes nos territórios. Essas situações fomentam a sensação de insegurança, e causam sofrimento emocional e psíquico nos indivíduos.

Nesse sentido, instituem-se os programas de transferência de renda, como uma construção feita a partir dos direitos sociais previstos na constituição federal, de 1988, a fim de auxiliar e dar suporte, um meio alternativo, ao atendimento das principais demandas daqueles em situação de vulnerabilidade, sobretudo no quesito da renda. Esta iniciativa, em especial o PBF, significou um avanço na vida de seus beneficiários.

Dessa forma, o Bolsa Família se coloca como um meio de romper com o ciclo intergeracional da pobreza. Assim, reconhecendo os desafios das famílias em situação de vulnerabilidade social, esta pesquisa direcionou seu interesse à análise da percepção dos beneficiários do programa em relação aos obstáculos enfrentados e, a partir dos dados levantados, ao apontamento de suas potencialidades, a fim de que estas sejam fortalecidas

No que se refere às entrevistas, evidencia-se um impacto significativo referente aos obstáculos vivenciados, uma vez que as entrevistadas, em diversos momentos, responderam as questões com um “não sei”. Isso significa dizer que não havia uma clareza acerca das dificuldades enfrentadas, o que sugere uma falta de perspectiva por parte das participantes do estudo, indicando uma limitação para se perceber além da situação ora vivenciada.

Contudo, reconhece-se a eficácia do PBF, como um benefício que contribui, sobretudo, na situação financeira dos beneficiários, na erradicação da pobreza. No entanto, é evidente a dificuldade em se refletir acerca da própria existência, pois tal percepção requer mais do que pensar somente a partir do viés monetário: são necessárias outras construções lógicas e, por isso, afirma-se que a vulnerabilidade social não se limita apenas à carência material.

Prova disso fica evidente na análise da dinâmica da vulnerabilidade social, a partir do lugar dos beneficiários do PBF, contradizendo o senso do que normalmente ocorre na execução das políticas públicas. Esta constatação pode ser verificada por meio das entrevistas realizadas para a validação do questionário, as quais evidenciaram a fragilidade emocional, social, financeira, ambiental, a que estão sujeitos os vulneráveis, sendo estes algumas das dificuldades enfrentadas para a superação da vulnerabilidade social.

Inicialmente, algumas entrevistadas responderam as questões de forma mais introvertida. Todavia, no curso da entrevista, elas acabaram se sentindo mais confortáveis para falar, o que indica a urgência de um diálogo contínuo com os beneficiários do PBF. Momentos que estes indivíduos possam ser ouvidos, bem como ter suas contribuições acolhidas. Nesse sentido, referente ao objetivo geral da pesquisa, fica evidente no processo, toda a fragilidade emocional e a carência de uma escuta qualificada, um processo de interação, o que dificulta a superação da vulnerabilidade social.

Dada a ausência de profissionais especializados na área de saúde no âmbito do território analisado e outras situações cotidianas, como o próprio tempo de deslocamento para acessar tais serviços, os obstáculos enfrentados são intensificados. Esses elementos interligados dificultam ainda mais a superação da dinâmica da vulnerabilidade social.

Ademais, ainda sobre o objetivo geral referente a percepção dos beneficiários do PBF quanto as dificuldades enfrentadas, no âmbito escolar referem situações, tais como: discriminação racial, bullying, capacitismo, problemas estruturais nos equipamentos da educação e tantas outras carências, que acabam afetando negativamente a autoestima do sujeito. Essas questões interferem no bem-estar familiar, gerando ansiedade e sofrimento psíquico, limitando a percepção de suas possibilidades e potencialidades.

Outra dificuldade enfrentada pelos beneficiários do PBF, ao responderem ao objetivo geral, a qual fora apontada pela pesquisa, refere-se à obtenção de vínculo empregatício, demanda resultante da falta de qualificação profissional, baixa escolaridade e problemas de saúde. Ainda, no caso das mulheres, há o cuidado com os filhos, com o lar, fatores estes diretamente relacionados às carências estruturais identificadas no território.

Todavia, a análise realizada destaca a influência significativa do território na vida dos beneficiários do PBF. Evidentemente, referente às carências estruturais existentes, eles se sentem mais acolhidos no território, o que também impacta na busca por oportunidades e no enfrentamento das adversidades. Há no território um potencial de luta e resistência, um sentimento de pertencimento, o que se reflete em todas as áreas do ser humano. Com isso, o território é uma das potencialidades identificadas, objetivo específico desta pesquisa, que pode ser investido para auxiliar na superação da vulnerabilidade social.

Ao considerar o objetivo proposto pela pesquisa de identificar o potencial de desenvolvimento humano a fim de superar as dificuldades enfrentadas, os resultados obtidos demonstram que mais da metade dos entrevistados referem o trabalho como uma dificuldade enfrentada, no sentido de não conseguirem emprego, ou seja, na ausência de inserção no mercado de trabalho. Todavia, a pesquisa identificou um potencial em relação ao trabalho, tanto no desejo de trabalhar quanto nas ideias de gerar oportunidades de trabalho e renda.

Nesse sentido, cabe reconhecer que muitas necessidades levantadas pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social poderiam ser supridas através de políticas públicas já existentes, mas que precisam ser executadas com um olhar mais sensível e livre de preconceitos. Essa sensibilidade dos profissionais que trabalham com as populações vulneráveis é extremamente relevante, pois encontra-se diversos profissionais que não possuem a visão ampla de todos os entornos da vulnerabilidade social. Com isso, muitos trabalhadores partem do pressuposto que os beneficiários estão estagnados, acomodados vivendo à custa do governo.

A partir de profissionais com uma escuta mais qualificada, entende-se que o usuário da política do SUAS são participantes e pessoas com grandes potenciais, e desta forma, os serviços poderão ser realizados de forma a alcançá-los na sua integralidade. Além da importância de considerar o usuário da política pública, como

peças ativas, a participação da sociedade na construção, no destino e na execução torna esta política mais eficiente e direcionada ao seu propósito.

Identificou-se como sonho dos participantes da pesquisa, finalizar seus estudos e fazer cursos. O senso comum leva à ideia de que os usuários do PBF se acostumam a viver dependentes do governo, que o recebimento do benefício auxilia a permanecer em uma zona de conforto, fato este que não se confirmou nesta pesquisa. Em contrapartida, verifica-se, a maioria das pessoas com aspirações, com esperança de melhorar sua qualidade de vida, sendo estas mais uma potencialidade identificada que pode ser investida como alternativa de mudança.

Uma das limitações da atual pesquisa foi o distanciamento da zona rural. O Distrito do Pega Fogo tem uma extensão relativamente grande, sendo dividida por Pega Fogo Alto e Pega Fogo Baixo, as residências são distantes uma da outra, o que dificultou a acessibilidade. Apesar dos esforços em realizar visitas domiciliares, constatou-se que a maioria dos domicílios visitados não eram público-alvo da pesquisa.

Com isso, sugere-se para pesquisas futuras que seja realizada uma comparação entre as dificuldades enfrentadas pelos beneficiários da zona rural e da zona urbana, para identificar se existem diferenças. Outra limitação encontrada foi o tempo para efetivar as entrevistas e o receio de algumas famílias, tanto para participar quanto para responder alguns questionamentos. Pode-se inferir que esse “medo” pudesse estar conectado com o receio do bloqueio do benefício, mesmo sendo explicado que os dados não seriam divulgados.

Outra proposta é realizar uma pesquisa-ação executando os grupos de escuta. Além dos grupos de escuta, fazer a conexão das políticas integradas e parcerias público-privadas para identificar as mudanças geradas na população estudada. Importante destacar que essa pesquisa deverá ter uma duração mais prolongada, com metas de curto, médio e longo prazo. Além disso, será confeccionado um folder com os principais resultados da pesquisa que ficarão disponibilizados no CRAS do município de Taquara, além de ser realizado uma *live* com o atual secretário de Desenvolvimento Regional, Trabalho e Cidadania.

Em se tratando do objetivo geral desta pesquisa, no que se refere à percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF, no município de Taquara, menciona-se, em síntese, o direito à saúde, à educação e ao trabalho, como um meio de superação das dificuldades enfrentadas, tangentes à dinâmica da vulnerabilidade

social. Todavia, a efetivação do acesso aos direitos é um obstáculo cotidiano, que interfere e intensifica questões sociais e emocionais.

Ademais, no que se refere ao objetivo específico da pesquisa, sobre quais suportes estariam disponíveis aos beneficiários do PBF à luz das políticas públicas, as famílias reconhecem a presença do Estado por meio da saúde, da educação e da assistência social. Todavia, em diversos momentos, ficou evidente que as pessoas não se sentem amparadas de forma plena. Não obstante, a ausência de efetividade nas políticas de segurança, saneamento e infraestrutura ressalta a urgência da adoção de medidas acerca da legislação, bem como na execução da política, a fim de melhor contemplar as demandas da realidade cotidiana.

Por isso, em relação ao objetivo específico referente às políticas públicas, identificou uma fragilidade no atual suporte recebido. Portanto, o PBF é sim uma estratégia do governo federal na superação da vulnerabilidade social, mas somente ele, sem que as outras políticas públicas estejam presentes de forma articulada, é deficitária. Em suma, a pesquisa revela que o poder público precisa estar mais presente e voltado para as reais necessidades das pessoas vulneráveis.

Em última análise, são diversas as potencialidades existentes tanto no território quanto aquelas inerentes aos beneficiários do PBF. Mas, vale destacar a importância de sonhar, pois é através dos sonhos que as pessoas mantêm a esperança, buscam melhorar e desenvolver seus potenciais. Ademais, os desejos possuem uma dimensão significativa, pois eles motivam o ser humano a olhar adiante, a enxergar um futuro diferente, auxiliando o sujeito a sair de um lugar de conformismo, gerando movimento, o que o torna participante ativo, protagonista da sua realidade. Dessa forma, o benefício do Bolsa Família, na população pesquisada, inequivocamente, serve como um meio para alcançar seu objetivo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, T.M.R.; MELO, E.M.; OLIVEIRA, G.L. Comparação do perfil de idosos ativos e não ativos do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v.18, n.2, p. 351-360, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/5DwRgtrzdG58njdFTb3tty/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A%20faixa%20et%C3%A1ria%20de%2060,e%20a%20mediana%2C%2067%20anos>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ANGELIM, A.E.S., SILVA, C.M.L. Metodologia de Pesquisa-Ação aplicada a ações interventivas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I, Salgueiro – PE. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.10, n.31, set.-out./2016. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/511/685>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Centro de Estudo da Metrópole, 2015.

BARBOSA, Núbia Maria Uchôa; DIÓGENES, Maria Albertina Rocha; MONT'ALVERNE, Daniela Gardano Bucharles. Programa bolsa família: a condicionante saúde realmente existe?. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, 2014, vol. 27, no 4, p. 435-438.

BARROS, R.; DE CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. **Texto para Discussão N° 1414 Sobre as utilidades do Cadastro Único**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2653/1/TD_1414.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BASSAN, Dilani Silveira. **Mobilidade Espacial: a dinâmica das migrações e a trajetória dos migrantes na região do Vale do Paranhana/RS – Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, RS – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2017.

BATISTA, E. Pobreza rural e políticas sociais nas sociedades contemporâneas: uma experiência no Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 0, n.14, p. 109-134, 30 set. 2018. Disponível em: <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2018.14.004/pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BERGALLO, A.C. A saída da situação de extrema pobreza: uma análise do critério de exclusão do Programa Bolsa Verde entre os anos de 2014 e 2017, **Revista Ideas**, v. 11, n. 1-2, pg. 131-174, 2019. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/202> Acesso em: 20 nov. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BISCHOFF, L. M. **Avaliação do Programa Bolsa Família no município de Taquara-RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Taquara, 2015.

BOSCHETTI, I. et al (org.). **Política social no capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAMBILLA, B. B. *et al.* A naturalização da Desigualdade na Assistência Social: dimensão subjetiva do “nó” consubstancial. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 11, nº26, p. 7-29, jan. 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/4178/3879>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, DF: MDS, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3877.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.877%2C%20DE%2024%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Instituio%20o%20Cadastramento%20%C3%9Anico%20para,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.016-de-29-de-marco-de-2022-389579729>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de Junho de 2023**. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.164, de 2 de Março de 2023**. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/mpv/mpv1164.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.164%2C%20DE%20%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202023&text=Institui%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,desconto%20em%20folha%20de%20pagamento. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania SENARC/SAGI. **Programa Bolsa Família e Cadastro Único**. 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília, DF: Unesco, 2009b. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único**. 2023. Brasil. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#cadastrounico>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2016a. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Curso de Atualização sobre a organização oferta dos serviços da Proteção Social Especial**. Brasília: MDS, 2016. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20do%20Aluno-%20PSE-05-07-2016.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Brasília, DF, 2011b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2014. Brasil. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Brasília: DF, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRITES, Maríndia; MARIN, Solange Regina; ROHENKOHL, Júlio Eduardo. Índice *Fuzzy* de Pobreza: uma análise dos municípios do Rio Grande do Sul em 2010. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. XIII, n. 21, p. 169-186, 2016. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/2106/1788>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRITO, R.F.; PONTES, H.P.; FROTA, M.A. Um retrato da primeira infância em situação de pobreza. **Revista Brasileira em Promoção de Saúde**, v. 31, n. 4, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/8766>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CABRAL, Daniel Welton Arruda. Família e Vulnerabilidade Social: análise de dados estatísticos brasileiros. In: SUTTER, Christina *et al.*, **Família e Vulnerabilidade Social pesquisas e intervenções**. Curitiba: Appris, 2015. p. 271-294.

CALGARO, C. O programa bolsa família e a teoria da justiça de John Rawls: a emancipação e a autonomia dos beneficiários. **Revista Eletrônica Direito e Sociedades – REDES**, v.4, n.2, nov. 2016. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/2318-8081.16.26>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. O processo de formulação e os desafios do plano Brasil sem miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **O Brasil sem Miséria**. Brasília, MDS, 2014, p. 33 – 65. Disponível em: https://normas-abnt.espm.br/index.php?title=Cap%C3%ADtulo_de_livro. Acesso em: 28 fev. 2024.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v.

34, n. 3, 26 mar. 2018. Disponível em: www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv. Acesso em: 28 fev. 2024.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **Caderno CRH**, 10(26), n. 26-27, p. 19-40, jan.-dez. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CASTRO, H. C. de O. *et al.* Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, v. 15, p. 333–355, 1 nov. 2009. Disponível em: www.scielo.br/j/op/a/ZsSgBnxGs9jJNWNBYz8Tz4Q/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2024.

CAVAGNOLI, L.K.; GUARESCHI, N.M.F. Itinerários possíveis da política de assistência social: garantia de direitos e governamentalidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 114 – 126, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100007. Acesso em: 28 fev. 2024.

CHANCEL, Lucas *et al.* **World Inequality Report 2022**. [s.l.], 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Mandala ODS**. 2022. Disponível em: <https://ods.cnm.org.br/mandala-municipal#oQueEMandala>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GONÇALVES, Flávio de Oliveira *et al.* Índice Multidimensional de Pobreza (IMP): as dimensões da pobreza no Distrito Federal e suas políticas de enfrentamento. **Texto para discussão** (Companhia de Planejamento do DF (Codeplan)), Brasília, n.6, set. 2015. Disponível em: www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_6_As_Dimens%C3%B5es_da_Pobreza_no_DF_e_suas_Pol%C3%ADticas_de_Enfrentamento.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

CÓRDOVA, I.; ALVES, I.G. Programas de transferência de renda na ótica dos direitos sociais: uma opção para o combate das vulnerabilidades brasileiras. **Polis**, n. 53, p. 111 – 126, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/polis/v18n53/0718-6568-polis-18-53-00168.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

COSTA, M.A. *et al.* Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n.2364, p. 1-76, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8257>. Acesso em: 28 fev. 2024.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CUNHA, A.C.S.; MAFRA, S.C.T. Breve Histórico de Estado e Política Social no Brasil. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 34, n. 1, p. 1-21, 2023.

Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/12490>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CUNHA, J.P.; ARRUDA, G. C. M. Desenvolvimento humano sustentável no semiárido do nordeste do Brasil: da constitucionalização à efetivação dos direitos sociais. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 39, n. 79, p. 139 – 168, nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/QLHY9mRy9qWzQwPyRkqNZCj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2024.

D'ALBUQUERQUE, R.; SÁTYRO, N. A demanda como determinante na execução dos serviços socioassistenciais nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, v.26, n. 2, p. 246-282, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/N5xCWHqv4sbgDVCTYscyqgh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2024.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (DEE). **DEEDADOS**. 2020. Disponível em: <http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados>. Acesso em: 28 fev. 2024.

DIREITO, D. C.; KOGA, N.M. Instrumentos e integração de políticas públicas: a rede do cadastro único. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 5, p. 1286-1306, out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/82212/78300>. Acesso em: 28 fev. 2024.

EMERIQUE, L.B.; Considerações sobre a orientação das Políticas Públicas de Combate à Pobreza na perspectiva de Direitos Humanos. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v.13, n. 13, p. 198-213, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/347/305>. Acesso em: 28 fev. 2024.

FAHEL, M.; TELES, L. R. Measuring multidimensional poverty in the state of Minas Gerais, Brazil: looking beyond income. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 3, p. 386–416, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/Xw83hnPLwhwntVzwb9NLp4g/abstract/?lang=en>. Acesso em: 28 fev. 2024.

FAHEL, M. *et al.* O impacto do Bolsa Família na inclusão educacional: **SER Social**, v. 14, n. 30, p. 98 – 126, Set. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275716461_O_Impacto_do_Bolsa_Familia_na_Inclusao_Educacional_analise_da_matricula_escolar_em_Minas_Gerais. Acesso em: 28 fev. 2024.

FARIAS, L.; DIAS, R.B. O Cadastro Único: a consolidação de uma infraestrutura para programas sociais. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 27, n. 1, p. 22 – 47, mar. 2018. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/647>. Acesso em: 28 fev. 2024.

FREITAS, M. A. *et al.* Who are They, what do They talk about and who listens to the poor? **Ciências e Saúde Coletiva**, 22 (12), 3859-3882, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZTGPJxPHBqphqcmvfN4CrYN/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 28 fev. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em: 20 fev. 2024.

GUADAGNIN, E.; MOREIRA NETO, P.R.; VIANNA, P.V.C. Bolsa Família: potencialidades e desafios na indução de políticas públicas a partir dos territórios. **Barbarói**, p. 31-56, dez. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/13971/0#:~:text=Resumo,exclus%C3%A3o%20social%20das%20fam%C3%ADlias%20acompanhadas>
Acesso em: 28 fev. 2024.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357–363, abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tw4jYGw65NMVCC4ryKNKzPv/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 28 fev. 2024.

HAESBAERT, R., LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **GeoURRJ**, Rio de Janeiro, v. 3 (5), 7-20, 1999. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049/32762. Acesso em: 28 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: Taquara**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/taquara>. Acesso em: 28 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Rio Grande do Sul**. 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html>. Acesso em: 28 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama Censo. Demográfico**. 2022b. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Ministério da Educação. **Catálogo de Escolas**. INEP Data. 2024. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Acesso em: 28 fev. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Vulnerabilidade Social**. 2023. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

KÜHN, D. D.; TONETTO, E. D. S. O Programa Bolsa Família e os Indicadores Sociais de Combate à Pobreza no Rio Grande do Sul: Um olhar multidimensional.

Desenvolvimento em Questão, v. 15, n. 39, p. 86-111, abr-jun/2017. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5799>. Acesso em: 28 fev. 2024.

LAZARETTI, L. R.; TEIXEIRA, F. O.; OLIVEIRA, S. V. DE. Desigualdades socioeconômicas e demográficas nos municípios do Rio Grande do Sul/Brasil: um índice de vulnerabilidade à pobreza. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/urbe/a/gpC8TDgvCTvYCW7NvHsdDHk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2024.

LISBÔA, L.C.; GIRIANELLI, V.R.; VASCONCELLOS, L.C.F. Características e demandas da população em situação de vulnerabilidade social acompanhadas em Belford Roxo (RJ). **Saúde em Debate**, v. 44, n. 125, p. 438 – 450, jun. 2020.

Disponível em:

[https://www.scielo.br/j/sdeb/a/rYvJmGRRQMcWht65GmVMXmN/abstract/?lang=pt#:~:text=A%20maioria%20dos%20respons%C3%A1veis%20familiares,escolar%20\(26%2C4%25\)](https://www.scielo.br/j/sdeb/a/rYvJmGRRQMcWht65GmVMXmN/abstract/?lang=pt#:~:text=A%20maioria%20dos%20respons%C3%A1veis%20familiares,escolar%20(26%2C4%25)). Acesso em: 28 fev. 2024.

MAGALHÃES, K. A. *et al.* Entre o conformismo e o sonho: percepções de mulheres em situação de vulnerabilidade social à luz das concepções de Amartya Sen.

Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 21, n. 4, p. 1493 – 1514, dez. 2011.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/8Jh35Ywj8dhXs44pvG4QMzx/?lang=pt> Acesso em: 28 fev. 2024.

MARIUCCI, P.; CARIO, S.A.F. Vulnerabilidade e Vigilância em Regiões Socioassistenciais de Santa Catarina: uma avaliação da política pública no âmbito da assistência social. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 6, n. 2, p. 64, nov. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/42>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MASLOW, Abraham H. **Introdução à Psicologia do Ser**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974.

MEDEIROS, B.T.; SANTOS, V.F. O perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Chapecó – SC. **Revista Grifos**, v. 25, n.40, p. 99, Set. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5729/572967129005.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MELO, T. D. S. A necessidade da Reforma Agrária na região do Contestado Catarinense/The need for Agrarian Reform in region of Contestado Catarinense. **Revista Nera**, v. 20, n. 35, p. 133-152, Jan-Abr, 2017. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4710>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MENASCHE, R.; MACHADO, C.J.; LAMAS, G.R. Consumo e moralidade em contextos de vulnerabilidade: histórias de mulheres. **Anuário Antropológico**, n.

v.47, p. 224-243. Jun./2022. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/47858>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MENICUCCI, Telma; GOMES, Sandra. **Políticas Sociais: Conceitos, trajetórias e a experiência brasileira**. 22 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em:
https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. Disponível em:
<https://livrogratuitosja.com/wp-content/uploads/2022/04/O-DESAFIO-DO-CONHECIMENTO-ATUALIZADO.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da Política Social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. **Familismo Direitos e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015, p. 147-178.

MOSER, C. O. N. The asset vulnerability framework: Reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, v. 26, n. 1, p. 1–19, jan. 1998. Disponível em:
https://www.academia.edu/8934518/The_asset_vulnerability_framework_Reassessing_urban_poverty_reduction_strategies. Acesso em: 28 fev. 2024.

MUNARETTO, L.F.; SILVA, J.D.F. Programa Bolsa Família (PBF): Um Estudo nos Municípios que integram a Associação dos Municípios da Zona da Produção (AMZOP). **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 3, n. 5, p. 13-16, Set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/21177>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MUSTAFA, P.S. *et al.* Cadastro Único: características, possibilidades e limites para a construção de diagnósticos socioeconômicos. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, V. X, n° 20, p. 79-107, jul./dez. 2017. Disponível em:
<https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/2872/1588>. Acesso em: 28 fev. 2024.

NAZARENO, B.R.; TORTATO, C.D.S.B. Gênero e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Pontal do Paraná. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v.8, n.1, p. 02, abr. 2019. Disponível em:
<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/9650>. Acesso em: 28 fev. 2024.

OLIVEIRA, S.M. *et al.* Condicionalidades e Proteção Social no Programa Bolsa Família. **Revista Desenvolvimento Social**, v.1, n. 9, p. 15 – 23, 2013. Disponível em: www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1752/1886. Acesso em: 28 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/> Acesso em: 28 fev. 2024.

PINHEIRO JUNIOR, Fernando Antônio França Sette. **A evolução das políticas sociais no Brasil**: o período de 1930 a 2010. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

PIZZIO, A.; SILVA, M.M.C.. Território vulnerável e Desenvolvimento Humano: Uma análise à luz da Política Pública de Assistência Social. **Desenvolvimento em questão**, n. 35, p. 177 – 206, jul./set. 2016. Disponível em: www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/4067. Acesso em: 28 fev. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA. **Geo Taquara**. 2022. Disponível em: <https://pmirs.nextgis.com/resource/7654/display?panel=layers>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA. **Taquara assina convênio com o Estado para a construção de dez moradias**. 2023. Disponível em: <https://www.taquara.rs.gov.br/noticia/12622?titulo=Taquara+assina+conv%C3%AAnio+com+o+Estado+para+a+constru%C3%A7%C3%A3o+de+dez+moradias>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **ODS em ação – Objetivo 10 Redução das Desigualdades**. Brasília, 2022. Disponível em: www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel#Redu%C3%A7%C3%A3o-Desigualdades. Acesso em: 28 fev. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório mostra que 3,8% da população brasileira se encontrava em situação de pobreza multidimensional em 2015**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: www.undp.org/pt/brazil/news/relat%C3%B3rio-mostra-que-38-da-popula%C3%A7%C3%A3o-brasileira-se-encontrava-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-pobreza-multidimensional-em-2015. Acesso em: 28 fev. 2024.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil** (II VIGISAN), Brasil, 2022. Suplemento I. Insegurança Alimentar nos estados. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034822/mod_resource/content/1/Texto%20-%20Pesquisa%20social.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Sócioeconômico**: Características Gerais. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/caracteristicas->

SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, R. C. S. Política Social: de sua gênese ao contexto brasileiro. **Acta Scientiarum Education**, v. 42, n.1, p. 1-10, 2020.

Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/40226/75137514897>

4. Acesso em: 28 fev. 2024.

SEN, Amartya. 2010. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, A. F. *et al.* A pobreza no Rio Grande do Sul: evidências a partir de uma análise multidimensional do período de 2007-2014. **Ensaios FEE**, v. 38, n. 3, p. 597-624, dez. 2017. Disponível em:

<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/3849/3932>.

Acesso em: 28 fev. 2024.

SILVA, Í. D. C. P. *et al.* Estresse parental em famílias pobres. **Psicologia em Estudo**, v. 24, p. 1 – 17, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/m8DxYJDrkzjRHtLK4xPjYK/?lang=pt#:~:text=%C3%89%20considerado%20consenso%20na%20literatura,e%20desenvolvimento%20dos%20mais%20jovens>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SILVA, F.S. *et al.* Programa Bolsa Família e vacinação infantil incompleta em duas coortes brasileiras. **Revista de Saúde Pública**, n. 54, v. 98, p. 1 – 14, 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/gcFKtfpKx4j7pSNqNGYbKfD/?lang=pt>.

Acesso em: 28 fev. 2024.

SILVA, M. Identidade, pertencimento e sociabilidade no espaço urbano: observações sobre a percepção dos usuários do bairro cidade baixa em Porto Alegre. **Illuminuras**, v.14, n. 34, p. 194-210, ago/dez. 2013. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/44388/28043>. Acesso em: 28

fev. 2024.

SILVA, M. Os Programas de Transferência de Renda na Política Social Brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites. **Revista de Políticas Públicas**, 8 (2), p. 113-134, 2015. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3762>. Acesso

em: 28 fev. 2024.

SILVEIRA, J.I. Assistência Social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serv. Soc. Soc.**, n. 130, p. 487-506, set./dez. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/LWDC6jLtzyRtGBT3pPS4BGK/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 28 fev. 2024.

SIQUEIRA, E.C.T.; MACHADO, C.A.A. Direito ao Desenvolvimento: agenda 2030 e a efetivação do objetivo fundamental de erradicação da pobreza no Brasil. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v.5, n. 2, p. 65 – 86, jul./dez. 2019.

Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadsp/article/view/5864/pdf>.

Acesso em: 28 fev. 2024.

SIQUEIRA, D. P.; MOTTA, I. D.; MENDONÇA, S. M. Desigualdade Econômica: Uma abordagem sobre distribuição de renda versus o mínimo existencial e a renda básica como proposta. **Economic Analysis of Law Review**, v.11, n. 3, p. 28, jun/2021. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/11745>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SOUZA, F. S. C.; COSTA, D. D. A.; SILVA, F. D. A. DA. Programa “Bolsa Família” e sua importância para as famílias em situação de vulnerabilidade social. **Environmental Smoke**, v. 1, n. 1, p. 42-52, dez./2018. Disponível em: <https://environmentalsmoke.com.br/index.php/EnvSmoke/article/view/5>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SOUZA, L. P.; TEIXEIRA, E. C.; TUPY, I. S. Influência do benefício de prestação continuada sobre a taxa de pobreza dos idosos nos municípios mineiros no período 2014 – 2017. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 11, p. 89 – 113, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351505702_Influencia_do_beneficio_de_prestacao_continuada_sobre_a_taxa_de_pobreza_dos_idosos_nos_municipios_mineiros_no_periodo_2014-2017. Acesso em: 28 fev. 2024.

SOUZA, P. Benefícios de renda mínima como um direito fundamental: acesso à justiça e inclusão social. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 6, n. 1, p. 166 – 183, ago. 2016. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/3802/pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SOUZA, P. *et al.* **Texto para Discussão 2499. Os efeitos do programa bolsa família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In*: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009.

STRAPASSON, K.; PAMPLONA, D.A. A escolha pública econômica para erradicar a pobreza extrema no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 4, n.2, Mar. 2015. Disponível em: www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/2988/pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

TASSARA, C. Políticas públicas de protección social y lucha contra la pobreza en Colombia: logros y desafios. **Papel Político**, v.20, n. 2, p. 323 – 351. Jul/Dez 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/papel/v20n2/v20n2a02.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

TECCHIO, A.; MARCH, K. C. A face feminina da pobreza no território meio Oeste Contestado, Santa Catarina. **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 41, p. 43 – 68, ago. 2021. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/59865/32376>. Acesso em: 28 fev. 2024.

TEIXEIRA, A. O. *et al.* Programa Bolsa Família, perfil socioeconômico e renda: avaliando a taxa de classificação dos indivíduos nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. **Economia & Região**, v. 9, n. 1, p. 187 – 204, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347875152_Programa_Bolsa_Familia_perfi_l_socioeconomico_e_renda_avaliando_a_taxa_de_classificacao_dos_individuos_na_s_regioes_Sul_e_Sudeste_do_Brasil. Acesso em: 28 fev. 2024.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política Social contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social. *In*: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. **Familismo Direitos e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015, p. 211-239.

TEIXEIRA, S.M.; SILVA, R.N.L. Política de Assistência Social: entre o familismo e a desfamíliação (Social assistance policy: between familism and dafamilization). **Emancipação**, v. 20, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/13115>. Acesso em: 28 fev. 2024.

VERGARA, Sylvia Constani. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1998.

VIGANÓ, C.; GAZOLLA, M. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Pato Branco/PR. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 4, p. 168 – 186, Out. 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1811>. Acesso em: 28 fev. 2024.

WERLE, F. O. C.; SILVA, M. J. S. DA. VULNERABILIDADE SOCIAL: práticas e desafios em escolas públicas de educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 279 – 311, 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/15350/8646>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ZIMERMANN, C. R. O princípio democrático e constitucional da dignidade da pessoa humana e a existência do programa bolsa-família: apontamentos sobre direitos elementares dos cidadãos de baixa renda. **Revista Do Direito**, p. 128-140, 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/763>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Participante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa que tem como tema Vulnerabilidade Social desenvolvida pela mestranda Caroline Britto da Silva Silveira, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação da Professora Dra. Dilani Bassan.

O objetivo central do estudo é analisar a percepção das famílias do município de Taquara/RS, beneficiárias do Bolsa Família, referente às dificuldades enfrentadas para superarem a vulnerabilidade social. Este estudo justifica-se devido ao aumento da vulnerabilidade social identificado através do crescente número de novos cadastros únicos. O convite a sua participação se deve a você ser beneficiário do Programa Bolsa Família e possuir sua renda *per capita* na linha da pobreza.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão tomadas as seguintes medidas e/ou procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas: seu nome, endereço e outros dados pessoais não serão revelados na pesquisa, somente a pesquisadora e sua orientadora que se comprometeram com o sigilo e a privacidade dessa pesquisa, terão acesso aos seus dados pessoais. Caso haja necessidade, será utilizado pseudônimos para não expor seus dados. A pesquisadora não fará uso dessas informações para outras finalidades, sendo obtido qualquer dado que possa identificá-lo na divulgação da pesquisa. Somente após a análise dos dados obtidos é que será divulgado o resultado coletivo referente ao estudo realizado. Também será feito algumas fotos de sua localidade/território para serem utilizadas na dissertação.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa você estará amparado pela legislação brasileira (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954; entre outras e Resolução nº 510/2016, artigo 19).

A sua participação consistirá em responder à pesquisadora do projeto um questionário de 43 (quarenta e três) questões e 5 (cinco) perguntas. O tempo de

duração da entrevista é de aproximadamente uma hora e meia entre o questionário e perguntas.

As entrevistas serão gravadas para serem transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua professora orientadora.

Os resultados desta pesquisa serão publicados na forma de dissertação e será examinada perante banca avaliadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em pendrive seguro, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/2016 e orientações do CEP/FACCAT, com acesso restrito, sob responsabilidade do pesquisador coordenador, para utilização de pesquisas futuras.

O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa resultará em aprofundamento da temática sobre Vulnerabilidade Social que poderá acarretar outros estudos, bem como benefícios futuros para a população vulnerável através de novas estratégias nos programas e serviços desenvolvidos pela Assistência Social voltados para a superação da Vulnerabilidade Social.

O presente estudo apresenta riscos mínimos relacionados ao possível constrangimento ao lhe fazer algumas perguntas pertinentes ao tema, além de possíveis sentimentos que possam despertar em relação a sua perspectiva de vida. Mas, se eventualmente isso ocorrer poderá se manifestar para a acadêmica e sua orientadora conforme explicitado neste termo. Para minimizar os riscos serão adotadas as seguintes medidas: encaminhamento para o órgão socioassistencial competente, com prévia autorização (em anexo).

Após o término da pesquisa, os resultados serão divulgados, de forma concisa, através da Rádio Taquara e live no Instagram. Também será confeccionado um panfleto que será disponibilizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Taquara. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar informações sobre sua participação ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitado neste termo.

Se você tiver perguntas com relação a seus direitos ou questões éticas como participante deste estudo, você também pode contar com um contato imparcial junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faccat (CEP-FACCAT), que tem por objetivo defender os direitos dos participantes de pesquisa. Dessa forma o CEP tem papel de avaliar e monitorar o andamento dos projetos de modo que as pesquisas respeitem

Questionário para os Beneficiários do Programa Bolsa Família**Bairro:** _____**Data da Entrevista:** ____/____/____**1. Características Gerais dos Moradores****Idade do Responsável Familiar**

- 18 a 21 anos
 22 a 30 anos
 31 a 50 anos
 51 a 59 anos
 60 a 69 anos
 Acima de 70 anos

Gênero:

- Feminino
 Masculino
 Outros

Cor/Raça:

- Branca
 Preta
 Amarela
 Parda
 Indígena

Quantas pessoas moram na casa?

A casa é:

- Própria
 Alugada
 Ocupação

Você considera a estrutura de sua casa:

- Boa
 Ótima
 Precária

Quantos cômodos tem sua casa?

Esta residência tem água canalizada para pelo menos um cômodo?

- Sim
 Não

Qual destino dado ao lixo?

- Coletado diariamente por serviço de limpeza
 Coletado pelo menos três vezes por semana
 Coletado pelo menos uma vez por semana
 É queimado na propriedade
 É enterrado na propriedade
 Jogado em terreno baldio ou logradouro
 Jogado em rio, lago ou açude
 Outro. Especifique:

Qual é a origem de energia elétrica:

- Rede Geral individual
 Rede Geral compartilhada ("gato")

- () Outra origem (gerador, placa solar, eólica, etc)
 () Não tem energia elétrica

A residência tem acesso a internet?

- () Sim
 () Não

O bairro onde mora tem Unidade Básica de Saúde?

- () Sim
 () Não

O bairro onde reside tem escolas?

- () Somente escolas municipais
 () Somente escolas estaduais
 () Escolas municipais e estaduais
 () Escola de Educação Infantil

2. Características de Educação

Frequenta a escola?

Nível de escolaridade do Responsável Familiar:

- () Analfabeto Funcional
 () Fundamental Incompleto
 () Fundamental Completo

3. Trabalho

Quantas pessoas trabalham na casa? _____

Quem são: _____

Quem é o responsável pela renda familiar?

Qual era sua última ocupação (cargo ou função) que tinha no trabalho?

O (a) Sr. (a) trabalha ou trabalhava?

- () trabalha formalmente em atividade atualmente
 () trabalha informalmente em atividade atualmente
 () trabalha, mas não em atividade atualmente
 () já trabalhou formalmente, mas não trabalha mais
 () já trabalhou informalmente, mas não trabalha mais
 () nunca trabalhou

Quantas horas trabalha por dia?

Já contribuiu para a Previdência Social (INSS)?

- () Sim
 () Não

Quanto

tempo?

Caso não esteja trabalhando no momento, qual foi a providência que você tomou para conseguir trabalho?

- () Estou diretamente em contato com empregador (fábrica, fazenda, mercado, loja...)
 () Fez ou se inscreveu para concurso
 () Consultou agência de emprego

- Respondeu anúncios de jornais
 - Consultou parente, amigo ou colega
 - Buscou ajuda financeira para iniciar o próprio negócio
 - Tomou outra providência, especifique:
-

- Não tomou nenhuma providência. Porque?
-

Qual a principal razão de você não estar em atividade atualmente?

- Dona de casa, cuida da família e se dedica aos afazeres domésticos
 - Está procurando emprego, mas não consegue encontrar trabalho
 - Estudos / cursos
 - Aposentado por tempo de trabalho / idade
 - aposentado por doença / invalidez
 - Afastado por doença
 - Afastado por outro motivo (gestação, mudança, licença)
 - Outra – Especifique:
-

Porque você acha que não tem conseguido emprego?

- Por causa da baixa escolaridade
 - Por não possuir experiência nas áreas específicas
 - Por falta de condições econômicas sociais (falta de transporte, falta de vestimenta...)
 - Por falta de condições médico sanitárias (água, dentição, doença,...)
 - Outros – Especifique:
-

Há quanto tempo não está trabalhando? _____ Meses

Qual é ou era sua situação de trabalho?

- Servidor Público
- Empregado assalariado com carteira de trabalho assinada
- Empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada
- Trabalho por conta própria ou autônomo com estabelecimento
- Trabalho por conta própria sem estabelecimento
- Nunca trabalhou

Qual é ou era sua principal função/ocupação no trabalho?

- Profissionais ou técnicos de nível médio
- Trabalhador de serviços administrativos
- Trabalhador de prestação de serviços e comerciários
- Trabalhador de serviço doméstico
- Trabalhador agropecuário
- Trabalhador manual (produtos de bens e serviços industriais)
- Trabalhador manual da construção civil
- Trabalhador manual de reparação e manutenção
- Trabalhador de serviço de reciclagem

Você procura emprego?

- Sim
- Não, Porque:
- Por causa do cuidados dos filhos

- () Porque o cônjuge ou companheiro não quer que trabalhe
 () Por incapacidade física, mental ou doença permanente
 () Muito jovem para trabalhar
 () Não deseja trabalhar
 () Porque acredita que não irá conseguir
 () Outro – Especifique:

Como classifica sua situação econômica:

- () Ruim
 () Média
 () Boa
 () Ótima

Na semana passada cuidou de moradores do domicílio (crianças ou outras pessoas que necessitam de cuidados pessoais)?

- () Sim. Quem?

- () Não

Na semana passada cuidou de afazeres domésticos?

- () Sim
 () Não

4. APOIO SOCIAL

Com quantos familiares ou parentes você se sente a vontade de poder falar sobre quase tudo?

Com quantos amigos você se sente a vontade de poder falar sobre quase tudo?

Participa de atividades sociais organizadas (clubes, grupos comunitários ou religiosos, centros de convivências...)?

- () Sim. Quais?

- () Não

Você participa de atividades esportivas ou artísticas em grupos?

- () Sim
 () Não

Há alguém na família que possui deficiência ou alguma doença que necessita de cuidados diários?

- () Sim
 () Não

Você já sofreu algum tipo de violência?

- () Sim
 () Não

Você já precisou de algum tipo de ajuda do setor público e não obteve?

- () Sim. Qual?

- () Não

Você já se sentiu humilhado pela sua condição de vida?

- () Sim. Qual?

Não

Você já precisou de algum suporte para dar conta de questões básicas como saúde e educação para seus filhos?

Sim. Qual?

Não

Você possui família que lhe dá suporte quando necessita?

Sim

Não

Perguntas abertas:

O que você acha que precisa para superar a situação de vulnerabilidade social (uma melhor qualidade de vida)?

O que você percebe que a gestão pública poderia ofertar para melhorar/auxiliar sua condição de vida?

Como você acredita que a educação poderia melhorar sua vida?

Você acha que falta algo em seu bairro que lhe auxiliaria a viver melhor?

O que você acha que precisa para conseguir proporcionar uma vida melhor para seus filhos?